

# **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**

*Dialética e dualidade  
segundo Antonio Candido  
e Roberto Schwarz*

**Paulo Arantes**

# **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**

*Dialética e dualidade  
segundo Antonio Candido  
e Roberto Schwarz*

**1992**

A coleção **Sentimento da Dialética** é copyleft.

A coleção é organizada em **sete categorias e três subcoleções**, com diferentes tipologias documentais e formatos de arquivos:

**Categorias:** Filosofia; Política; Estética; Arquitetura e Cidades; Artes Plásticas; Crítica da Cultura e Trajetórias. Cada categoria adota uma cor específica aplicada na capa do e-book.

**Subcoleções:**

**E-books:** livros, capítulos, prefácios, artigos e entrevistas (em formatos PDF, EPUB e MOBI/Kindle) – com obras em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

**Documentos:** matérias de jornal, fotos e documentos históricos (em formatos PDF e JPEG)

**Mídia:** vídeos ou áudios de palestras, aulas e debates (em formatos MP3 e MP4) associados a um canal da coleção no YouTube.

**Coordenação editorial:** Pedro Fiori Arantes

**Projeto Gráfico:** Paula Astiz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Arantes, Paulo Eduardo, 1942--

Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira [recurso eletrônico] : dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz / Paulo Eduardo Arantes. -- São Paulo : [s.n.], 2021.

ePUB. – (Coleção sentimento da dialética / coordenação Pedro Fiori Arantes)

ISBN 978-65-00-18118-0

1. Candido, Antonio, 1918-2017 – Crítica e interpretação. 2. Schwarz, Roberto, 1938—Crítica e interpretação. 3. Literatura brasileira – História e crítica. 4. Dialética. I. Arantes, Pedro Fiori, 1974-. II. Prado Jr., Bento, 1937-2007 III. Título. IV. Série,

CDD 869.091

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

DOI: <https://doi.org/10.34024/9786500181180>



Esta obra tem licença Creative Commons internacional 4.0

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

**Publicado originalmente como:**

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

# Sentimento da Dialética

UM ENCONTRO COM A OBRA DE OTÍLIA E PAULO ARANTES



TARSILA



Tarsila do Amaral. *Paisagem antropofágica - I*, 1929 c – lápis s/ papel, 18,0 x 22,9 cm. Coleção Mário de Andrade. Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros USP. Reprodução gentilmente cedida pela família e IEB USP.

O novo tempo do mundo exige dos intelectuais responsabilidades que lhes são intrínsecas: a de tornar a força das ideias parte do movimento de entendimento e transformação do mundo. Os filósofos Otilia Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes cumprem, juntos, há mais de 50 anos, a tarefa da crítica como intelectuais públicos atuantes, transitando entre diversas áreas das humanidades e da cultura, em diferentes audiências e espaços de formação. A coleção [Sentimento da Dialética](#) é um lugar de encontro com a obra de Otilia e Paulo Arantes e reafirma o sentido coletivo da sua produção intelectual, reunida e editada em livros digitais gratuitos. É um encontro da sua obra com um público cada vez mais amplo, plural e popular, formado por estudantes e novos intelectuais e ativistas brasileiros. É também um encontro da sua obra com o movimento contemporâneo em defesa do conhecimento livre e desmercantilizado, na produção do comum e de um outro mundo possível.

11	<b>SENTIMENTO DOS CONTRÁRIOS</b>
11	<b>O lado oposto e os outros lados</b>
17	<b>Dupla fidelidade</b>
25	<b>Metodologia dos contrários</b>
27	<b>Dualismo por todos os lados</b>
37	<b>Experiência estética e teoria social</b>
49	<b>As duas ordens</b>
55	<b>DUAL PORÉM COMBINADO</b>
129	<b>Posfácio de Bento Prado Jr.</b>

# SENTIMENTO DOS CONTRÁRIOS

## O lado oposto e os outros lados

Sem muito exagero pode-se dizer que em Antonio Candido há *dialética* por todos os lados. Ou pelo menos uma inclinação muito marcada pela palavra. Não faltam exemplos, aliás bem conhecidos, de emprego explícito e enfático do termo clássico. Enumero alguns. Em primeiro lugar, o mais abrangente deles: caso fosse possível estabelecer uma lei geral de nossa evolução mental, ela tomaria a forma de uma dialética de localismo e cosmopolitismo. Esta, de resto, a perspectiva que comanda um livro decisivo como a *Formação da Literatura Brasileira*. Assim sendo estaríamos autorizados a ver dialética no duplo encaixe do livro: tendências universalistas e particularistas estão presentes nos dois grandes momentos da nossa formação literária, Arcádia e Romantismo, que por sua vez se encontram solidariamente opostos como o universal e o particular. Neste mesmo espírito reconhecerá na fórmula em que Paulo Emílio exprimia a “penosa construção de nós mesmos” a cifra da dialética da cultura brasileira. Como o título do livro indica, não poderá deixar de haver dialética em *Tese e Antítese*, onde “o crítico se imagina um Asmodeu dialético e abre as caixas. De Edmundo Dantès surge um vingador satânico, o Conde de Monte Cristo. De Eça de Queirós socialista surge um tradicionalista contraditório” – observando-se a mesma reviravolta em Conrad, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. A dialética

também inspira a tipologia de pares antitéticos responsável pelo clima peculiar de *Raízes do Brasil*. Há dialética igualmente no entrechoque de opiniões que anima o método crítico de Sílvio Romero. No longínquo *Caramuru* a dialética organiza um sistema significativo de paradas e movimento. No *Sargento de Milícias*, além da Malandragem a dialética também define as relações entre as esferas sociais da ordem e da desordem. E no estudo do *Cortiço* a dinâmica do livro é referida a uma dialética do espontâneo e do dirigido. – O que pensar desta curiosa inflação? Segundo uma autoridade no assunto, dialética é dessas palavras cujo emprego demanda toda uma política. Por isso costuma recomendar o seguinte modo de usar: em matéria de dialética, melhor praticá-la do que anunciá-la; mencioná-la, ainda que a propósito, é o meio mais seguro de conquistar aliados e fazer adversários sem que o assunto em pauta venha para o primeiro plano da análise e o acordo se faça em função do conteúdo exposto, e não das convicções anteriores. Desnecessário lembrar que Antonio Candido sabe disso tudo e muito mais. De resto, em questão de método, sempre evitou expô-lo em separado, além de ser fã da mais estrita discreção terminológica. Quando surge então uma palavra como essa, tão sobrecarregada de sentido, é mais do que justa a curiosidade por sua razão de ser.

Num estudo recente sobre o tipo de ensaísmo praticado por nosso Autor, Davi Arrigucci Jr. vinculou esse tropismo à “mobilidade essencial ao espírito crítico do ensaísta”<sup>1</sup>. O mote lhe veio do próprio Antonio Candido que, defendendo as impressões de leitura do homem culto, em

1. Cf. Davi Arrigucci Jr., “Movimentos de um leitor”, in *Folha de São Paulo*, 23 de novembro de 1991.

cujo juízo de gosto via o melhor contraveneno para as voças metodológicas recentes, deu a entender que o nervo da crítica residiria numa “sinuosa mobilidade de espírito”, movimentação “ondulante e variada” que remonta à técnica ensaística inaugurada por Montaigne<sup>2</sup>. No que consiste esse movimento no qual Davi reconheceu o essencial do ato crítico? Basicamente na variação dos ângulos de abordagem. A imaginação crítica se alimenta dessa diversificação dos pontos de vista, que vão se multiplicando e relativizando conforme o espírito do leitor vai rodeando o seu objeto. Se não me engano, neste ponto Davi transpõe para Antonio Candido as características formais que este último identificara no ensaísmo de Sérgio Milliet, outro cujo programa fora “ondular e variar”<sup>3</sup>. Ali também se trata de um pensamento “que se ensaia, tateando com liberdade os fatos e ideias”. Reencontramos o mesmo “volteio crítico”, o mesmo movimento de rotação diversificando os planos de visão, a mesma flutuação deliberada em torno do objeto, registrando-lhe as faces sucessivas. Surgem daqui as contradições, num e noutro caso. Quem circula caprichosamente à volta de um objeto, cedo ou tarde irá dar com perfis contraditórios; sua disponibilidade de princípio manda então integrá-los. Segue-se daí – mas agora apenas no caso de Antonio Candido – o recenseamento de pares antagônicos, oposições binárias que Davi chamou de “módulos de leitura”, módulos que balizam e animam o movimento de espírito próprio do ensaio de nosso Autor: ordem e desordem, espontâneo e dirigido, contra e a favor, movimento e parada etc. Resta saber, en-

2. Cf. Antonio Candido, “Prefácio” a Plínio Barreto, *Páginas Avulsas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

3. Cf. id., “O Ato Crítico”, in *A Educação pela Noite*, São Paulo, Ática, 1987.

tretanto, se o “módulo” topológico alto e baixo, que rege a análise do *Conde de Monte Cristo*, corre na mesma pista em que funciona, por exemplo, ordem e desordem. Aqui a dificuldade maior. A Davi parece não interessar a identificação do objeto à volta do qual se movimenta o espírito ensaístico de Antonio Candido<sup>4</sup>. Uma descrição que retrata por igual Sérgio Milliet e Antonio Candido (podendo incluir perfeitamente um Augusto Meyer) dificilmente dará a medida exata do mais complexo deles, quando muito, como parece ser o caso, reproduz traços genéricos da forma ensaio, que aliás será bom ou ruim independentemente da fidelidade às leis do gênero. Associada nestes termos ao ensaio, a dialética acaba se confundindo com um movimento do espírito. Sobra, é verdade, a intenção antidogmática, inerente ao senso do relativo que caracteriza tal mobilidade, muito pouco todavia para definir a prosa de um autor.

Sirva de contraexemplo dessa particularização histórica necessária do movimento e seu objeto, o caso de Sílvio Romero, em cujo jogo antinômico de ideias Antonio Candido enxergou um fundo de dialética. Aqui também o que não falta é movimento, há até demais, pois, na imagem de Antonio Candido, estamos diante de um verdadeiro turbilhão. E no meio desse redemoinho, a contradição. “No campo das ideias e convicções, não é difícil mostrar que primeiro foi positivista e depois atacou desabridamente o positivismo; que na política de Sergipe desancou um lado e depois se ligou a ele; que considerou Luís Delfino um poetaastro e, em seguida, um dos maiores poetas brasileiros; que proclamou Capistrano de Abreu o maior sabedor de História do Brasil e, mais tarde, um medíocre catador de

4. Devo a observação a uma conversa com Roberto Schwarz.

minúcias; que era evolucionista agnóstico e afinal aderiu à Escola da Ciência Social, de raízes católicas, e assim por diante”<sup>5</sup>. Formalmente, é verdade, de todos as coisas não faltam o lado oposto e muitos outros lados, nem a tensão dos opostos, o vaivém em que se resolve (ou melhor, não se resolve) a visão simultânea do verso e reverso. E neste ponto é preciso reconhecer que Antonio Candido traz água para o moinho de Davi. Dá, porém, um passo adiante na caracterização dessa “agitação turbilhonar” de um espírito em perpétua mobilidade, acrescentando que estamos diante de uma “imagem nervosa do país”, cujas desarmonias e discordâncias profundas nele se projetam. Quais sejam elas, pelo menos neste estudo não chega a indicar, embora dê pistas suficientes. Uma razão a mais para nos apoiarmos na lição de um outro ensaísta que trouxe de volta a crítica literária para a investigação da experiência brasileira, Roberto Schwarz. Antes, porém, registremos um curioso entrecruzamento. O movimentado vaivém entre opostos, que era o modo de Sílvio Romero viver o pensamento, barra o caminho de uma outra ideia de vida mental, baseada no desenvolvimento encadeado e cumulativo de ideias e problemas. Nos termos do nosso problema, a dialética (ainda indefinida) que parece dirigir o movimento ensaístico do espírito, por assim dizer toma o lugar e inibe uma outra, mais familiar, segundo a qual viria para o primeiro plano o nexos entre processo cognitivo e evolução social. Esse o descompasso estudado por Roberto, de um lado consumo acelerado, do outro desajuste entre esta mesma opinião lábil e a inércia de rela-

5. Antonio Candido, “Introdução” a *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*, seleção e apresentação de Antonio Candido, Rio de Janeiro/São Paulo, Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p.IX. Republicado com o título “Fora do texto, dentro da vida”, in *A Educação pela Noite*, ed. cit.



ções sociais herdadas da Colônia. É o que transparece no seguinte resumo machadiano de Sílvio Romero, súmula na qual muito caracteristicamente se poderá reconhecer as linhas de Antonio Candido citadas acima. “(Sílvio Romero) examina uma por uma as bandeiras hasteadas, e prontamente as derruba; nenhuma pode satisfazer as aspirações novas. A revolução foi parca de ideias, o Positivismo está acabado como sistema, o Socialismo não tem sequer o alto sentido filosófico do Positivismo, o Romantismo transformado é uma fórmula vã, finalmente o idealismo metafísico equivale aos sonhos de um histérico; eis aí o extrato de três páginas”<sup>6</sup>. Será difícil encontrar melhor imagem para a agitação turbilhonar que estamos tentando identificar. Imagem envenenada, na qual vem retratado um efeito singular do desajuste mencionado há pouco. Dialética nessas “execuções sumárias”? A “lepidez ideológica” (Roberto) que elas refletem traduz antes uma espécie de desgaste instantâneo por falta de atrito com a realidade. Também não é difícil reconhecer na velocidade com que Sílvio Romero vai rifando doutrinas e posições algo das manobras do narrador machadiano, tal como o redescobriu Roberto Schwarz, volteios marcados no segundo por suprema indiferença e espírito escarninho, ao passo que no doutrinário das ideias novas evoluem a sério e com ânimo progressista. Do que resulta no final das contas uma paródia involuntária do movimento ensaístico do espírito. Esse o risco de uma descrição apenas formal da referida mobilidade. Dito isto, está claro que no ensaísmo de Antonio Candido há movimento no sentido em que o tomou Davi, mas há também desenvolvimento (inclusi-

6. Citado e comentado por Roberto Schwarz, *Um Mestre na Periferia do Capitalismo – Machado de Assis*, São Paulo, Duas Cidades, 1990, p. 145.

ve na acepção musical do termo) e este deriva da natureza específica do objeto que está sendo “rodeado”, isto é, exposto nas suas contradições.

### Dupla fidelidade

O objeto em torno do qual se move o ensaísmo de Antonio Candido, nos seus momentos mais fortes e expressivos, é alguma coisa que se poderia denominar genericamente de experiência brasileira – e se pensarmos no filtro cultural das formas (do ensaio ao poema), algo como uma experiência intelectual do país. Não é fácil definir-lhe o contorno, embora ela esteja por toda parte. Esquematizando ao extremo, digamos que o seu nervo resida numa certa sensação de *dualidade* que impregnaria a vida mental numa nação periférica. Como se há de recordar, Nabuco deu feição clássica a essa sensação de duas faces. Não é por rastaquerismo, dizia no trecho bem conhecido de *Minha Formação*, que tantos brasileiros preferem viver na Europa, mas por se verem condenados à pior das instabilidades, uma espécie de divisão íntima que opõe o sentimento brasileiro à imaginação europeia. “Na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; na Europa nos falta a pátria (...) De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país”. Mais um passo nessa ruminação infeliz e chegaríamos a admitir a existência de duas humanidades, uma alta e outra baixa – passo que Nabuco não gostaria de dar, embora

seja o primeiro a conceder que em matéria de senso histórico e estético – o miolo da vida do espírito – este lado do Atlântico é mesmo uma “verdadeira solidão”. O arco desse dilema característico não se esgota no oitocentos. Basta lembrar que no limiar do Modernismo Drummond ainda evocava o patrocínio de Nabuco quando confessava nas primeiras cartas a Mário de Andrade achar “lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados”<sup>7</sup>. Na resposta – depois de desancar injustamente o suposto grãfinismo despaisado de Nabuco –, Mário de Andrade trata de incutir-lhe pelo menos o sentimento brasileiro, confiando que a incorporação ao “movimento universal das ideias” viria por acréscimo. Sendo, no entanto, congênita, essa ambivalência não cederá facilmente.

Não faz muito Roberto Schwarz assinalava uma variante dela – a sensação de estar fora de eixo em relação a um mundo do qual entretanto somos parte – na sociologia que ainda vigorava antes de 1964 e se interessava pelos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no intuito sobretudo de remover essas barreiras em nosso caminho para o moderno, uma distância que por certo nos rebaixava: segundo essa teoria, “não éramos propriamente capitalistas, e o que éramos era uma diferença em relação ao que não éramos”<sup>8</sup>. Dialética neste mal-estar da sociedade brasileira refletido pelos seus ideólogos? Paulo Emílio, que segundo Roberto encontrou a equação para esse movimento de identificação e dissociação concomitantes, diria que sim. E An-

7. *A Lição do Amigo* (Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade), Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, p. 13.

8. Roberto Schwarz, “Crise e Literatura”, in *Que Horas São?*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 162.

tonio Candido também. Eis a fórmula célebre: “não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro”<sup>9</sup>. Como ficou dito, Antonio Candido viu nesta fórmula, onde de certo modo renasce o contraponto de Nabuco, a súpula do que chamou de dialética da cultura brasileira: “quer dizer, o brasileiro não pode deixar de viver pendurado no Ocidente e ele deve tentar não viver pendurado no Ocidente. Ele tem que tentar fazer uma cultura dele, mas a cultura que ele pode fazer é uma cultura pendurada no Ocidente (...) Nós somos o outro e o outro é necessário para a identidade do mesmo”<sup>10</sup>. Noutras palavras, está aí o cerne da referida experiência, agora expressa abstratamente na forma de um entrelaçamento dual entre o Mesmo e o Outro. Se lembrarmos em seguida que podemos recuar a sua vigência até os dilemas da disciplina arcádica estudados por Antonio Candido na *Formação*, verificaremos sem surpresa que ela lhe atravessa o conjunto dos estudos brasileiros. Veja-se com efeito que de algum modo nosso Autor encontra num Cláudio Manuel da Costa uma resposta antecipada aos dilemas de Nabuco. À instabilidade de um corresponde a dupla fidelidade do outro, fidelidade afetiva ao “rústico berço mineiro”, de um lado, fidelidade estética à norma intelectual e social da Metrópole, de outro lado<sup>11</sup>. Um certo sentimento íntimo de inadequação, esse o drama do

9. Paulo Emílio, *Cinema, trajetória no subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 77.

10. Antonio Candido, intervenção num debate sobre Paulo Emílio, in *Filme Cultura*, Embrafilme, n. 35/36, 1980, pp. 4,9.

11. Id., *Formação da Literatura Brasileira*, São Paulo, Martins, 1959, vol. 1, cap. II, 4.

intelectual brasileiro, situado entre duas realidades, condenado a oscilar entre dois níveis de cultura<sup>12</sup>. Mas a mesma alternância – ou se quisermos, movimento sinuoso do espírito –, que levava o poeta a invocar ora o Mondego, ora o Ribeirão do Carmo, carregava consigo um arranjo para essa divisão interior, permitindo satisfazer o propósito civilizatório de incorporar o meio rústico à norma culta do Ocidente, assegurando ao mesmo tempo a recíproca da aclimação colonial desta mesma disciplina europeia. É que a convenção literária do tempo somava a nosso favor. Tudo bem pesado – mostrava então Antonio Candido –, a adoção de uma personalidade poética convencionalmente rústica é muito mais natural e justificada no Brasil do que na Europa, vindo a calhar para exprimir o diálogo travado entre civilização e primitivismo, que entre nós era de fato real. Numa chave evidentemente diversa, um caso de “desrecalque localista”<sup>13</sup> de mesma direção que o modernista, equilibrando pela primeira vez os termos do dilema nos quais Nabuco apresentou o mal-estar na cultura brasileira, como Roberto Schwarz denominou certa vez a síndrome específica da experiência intelectual no país. Assim, da Arcádia ao Modernismo, e adiante, a mesma ambivalência rege nossa dinâmica espiritual. Fidelidade dúplice e razões de ser antagônicas – perene fonte de

12. É curioso notar que Gilberto Freyre, mais interessado em destacar a acomodação propiciada pelo antigo regime patriarcal do que o antagonismo entre os dois mundos, não sentiu o drama e muito menos sua resolução literária, enxergando apenas no desconsolo dos árcades mineiros a futura traição dos bacharéis à nossa aristocracia rural. Cf. *Sobrados e Mucambos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 6a ed., 1981, vol. 2, pp. 576-577.

13. Assim Antonio Candido designou o efeito da assimilação da vanguarda europeia pelos modernistas brasileiros, uma inversão de sinais que transformava nossas deficiências em outras tantas superioridades. Cf. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”, in *Literatura e Sociedade*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.

instabilidade –, na qual Antonio Candido reconheceu a dialética definidora de nossa cultura. Dialética do Mesmo e do Outro, como traduziu especulativamente o teorema de Paulo Emílio. Dialética do local e do universal, nos seus próprios termos – a alternância de complementaridade, divergência e equilíbrio entre essas tendências exprime não só a lógica específica do sistema literário brasileiro mas também a regra geral de certas linhas evolutivas de nossa sociedade a que o ensaio clássico de interpretação do Brasil deu o nome de Formação. Por que chamar dialético a este processo de formação? Antonio Candido dá algumas razões, as outras devemos presumir. Formalmente, ao que parece, porque se pode falar em dialética onde há uma integração progressiva por meio de uma tensão renovada a cada etapa cumprida. No caso da cultura brasileira, marcada pela tensão própria da dupla fidelidade ao dado local e ao molde europeu, um processo dual portanto de integração e diferenciação, de incorporação do geral para se alcançar a expressão do particular. Uma integração que também ocorre em plano local, na forma de uma acumulação de resultados estéticos que dá continuidade e unidade a esse processo de constituição de um sistema articulado de obras e autores. E nos momentos em que se completam os ciclos cumulativos, há por assim dizer mudança qualitativa de patamar e superação dos laços habituais de dependência (a outra ponta do dilema brasileiro), momentos em que deixa de preponderar o influxo externo graças ao filtro da tradição que se formou ao longo do referido processo. É nesses momentos de salto e equilíbrio entre as duas tendências que entram em cena aqueles escritores cuja obra alcança significado geral mediante o aprofundamento do detalhe local. Foi o caso de Machado de Assis, quando aquela virada se deu pela pri-

meira vez entre nós, e voltará a ocorrer, para ficarmos com outro exemplo preferido de nosso Autor, com Guimarães Rosa. Seja dito de passagem que, na pessoa de Antonio Candido, um passo globalizante de mesmo teor será dado pela crítica, como registrou Roberto Schwarz estudando-lhe o ensaio sobre Manuel Antonio de Almeida e o que nele diz Antonio Candido ao comparar nosso “mundo sem culpa” e a sociedade retratada pela *Letra Escarlata*: também pela primeira vez a crítica brasileira opina sobre a cena contemporânea – ponderando, no caso, a contribuição brasileira para uma ordem mundial renovada – através da literatura nacional, completando por outro lado a linha evolutiva de incorporação do particular no universal<sup>14</sup>. Voltando ao nosso fio, veremos que dialética foi dita em dois sentidos; numa primeira acepção, formalizava o movimento espiritual próprio do dilema de que partimos; numa segunda acepção, era o nome da solução – ambas enfiadas pelo mesmo nome de dialética do particular e do universal, expressão do conteúdo de experiência de todo intelectual brasileiro. No primeiro trilho, oscilação, alternância entre polos opostos, incessante movimento de balança etc.: a um tempo divisão da consciência nacional e volteios do ensaísta em redor do seu objeto, não por acaso esta mesma experiência de desidentificação sucessiva e alternada. No segundo trilho, tão afirmativo quanto era negativo o primeiro, a tensão se resolve em síntese e integração, a reconstrução local deságua no universal. Sendo, no entanto, uma só a palavra, o seu emprego exprime a continuidade do movimento do negativo ao positivo. Em princípio pelo menos, este último é resultado e não

14. Roberto Schwarz, “Pressupostos, salvo engano, de Dialética da Malandragem”, in *Que Horas São?*, ed. cit.

expressão de algum valoretornismo qualquer (para falar como Mário de Andrade), simplesmente postulado como relação direta com os grandes temas da literatura universal – que aliás têm data, não nasceram feitos. Ocorre que essa dialética de primeiro grau nem sempre especifica a particularidade histórica deste arremate.

Quis o andamento irônico da experiência intelectual brasileira que coubesse ao discípulo o passo adiante que retificaria em parte a lição do mestre. Refiro-me a um par de observações de Roberto Schwarz<sup>15</sup>. Que essa dialética integradora que governa nossa formação seja capaz de produzir, como de fato produziu, um escritor ao mesmo tempo nacional e universal é ponto pacífico porém abstrato. Em primeiro lugar, Roberto chama a atenção para a matriz histórica do conflito entre localistas e universalistas, o longo ciclo de liquidação do complexo colonial, quando era preciso conjuntamente realçar a originalidade do país e insistir no seu estatuto de nação culta. A dialética identificada por Antonio Candido “dá um balanço desta oposição, situando os termos inimigos no interior de um mesmo movimento”. Como não há dialética, no seu sentido mais enfático porém não o único, sem promessa de síntese, resta ver que destino a história deu ao que este movimento prometia, o ideal, que se poderia datar do Modernismo, de um sistema mundial de contribuições culturais nacionais singulares. Colonialismo, imperialismo, dependência, luta de classes etc., simplesmente rifaram esta perspectiva de convergência. Não que ela não exista, mas o seu registro é o da mais completa alienação: “em lugar da contribuição local à diversidade das culturas, vem à frente a história da má-formação nacional, como instância da marcha grotesca ou catastrófica do capital”. Ain-

15. id., “Duas notas sobre Machado de Assis”, *ibid.*, pp. 168-172.

da dialética, só que noutra chave, vinculando a feição local do universal e este mesmo universal, que assim particularizado deixa de sê-lo. Deste passo é o universalismo que sai desacreditado como simples ideologia, enquanto o famigerado universal concreto se introduz na figura do “sujeito automático” encarnado pelo Capital, como dizia Marx. Não é que o universal não exista, simplesmente na hora histórica presente ele não cumpre o que promete, quando não mente apresentando-se como já realizado. Em segundo lugar, quis também a ironia que Roberto situasse no próprio Machado essa desintegração do universal e do particular. Em lugar da síntese entre notação local e horizonte geral, o romance machadiano promove uma espécie de conjunção disparatada entre ambos, uma espécie de desautorização recíproca cujo efeito mimético, no entanto, é poderoso – um registro de alienação, segundo Roberto. Os capítulos machadianos estão, portanto, centrados em contrastes escarninhos cujo nervo está “no desnível, e não na harmonia, entre a generalidade da tese e o detalhe localista”. Não é aqui o lugar de acompanhar o autor em sua demonstração deste passo capital. Para o nosso propósito bastará assinalar a confluência: a dialética que o processo histórico desenganou, a narrativa de Machado também inibe, ao mesmo tempo em que anuncia uma outra engrenagem de parte e todo. Esse último nexos – de que resulta forte impressão de realismo – implica justamente numa restauração em novos termos da *dualidade* entrevista na origem da experiência brasileira dos contrários. Só que agora a disparidade entre padrão civilizatório e inculta paisagem local não reflete mais o contraste entre dois mundos vinculados pela colonização, mas o resultado da persistência do Antigo Regime num país que o capital ia refazendo. Pois é essa nova dualidade que realimenta o sentimento brasileiro dos contrastes.

## Metodologia dos contrários

Numa conferência de 1966 sobre a contribuição da literatura para a formação da consciência nacional, Antonio Candido disse que tomaria o seguinte partido metodológico: procurar ver em cada tendência a componente oposta, deixando-se guiar por uma atitude que definia como um certo *sentimento dos contrários* – assim, na imposição cultural veria igualmente adaptação, na transfiguração da realidade, *senso do concreto*<sup>16</sup>. Se estamos certos, não o norteava apenas um vago reconhecimento do caráter contraditório da realidade, mas a percepção do dinamismo específico da experiência cultural num país periférico. Um ano depois, prefaciando uma nova edição de *Raízes do Brasil*, daria a árvore genealógica daquele sentimento<sup>17</sup>. É bom lembrar, antes de referir a linhagem deste *senso dos contrastes*, que o clássico de Sérgio Buarque pertence a um gênero característico da sensibilidade intelectual brasileira, reativado no período modernista, o *ensaio histórico-sociológico*: nele se esquadrinha, sínteses são tentadas, são procuradas explicações de nossa cultura, sempre no terreno sincrético e predileto do “ponto de vista” não-especializado, um gênero misto, construído na confluência da criação literária e da pesquisa científica, forma original de investigação e descoberta do Brasil<sup>18</sup>. Fato que devolve ao primeiro plano – se ainda fosse

16. Antonio Candido, “Literatura de dois gumes”, in *A Educação pela Noite*, ed. cit., p. 164.

17. id., “O significado de *Raízes do Brasil*”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 7a ed., 1973, p. XIV.

18. id., “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”, in *Literatura e Sociedade*, ed. cit., pp. 147, 148-149, 157.



necessário – o vínculo histórico do nosso ensaísmo clássico com a experiência brasileira, especificando as providências inerentes ao gênero na direção das exigências próprias do seu objeto. Ora, voltando ao que diz Antonio Candido de *Raízes do Brasil*, tudo indica que o assunto típico desse ensaio brasileiro solicita algo como uma “metodologia dos contrários”, centrada na exploração e enfoque simultâneo de conceitos polares – no caso, trabalho e aventura, método e capricho, norma impessoal e impulso afetivo etc, enfim tudo o que Davi Arrigucci Jr. gostaria de chamar “módulos de leitura” característicos da imaginação ensaística, mas que agora reencontramos com sua carga histórica de origem. Pois bem: assim procedendo, Sérgio Buarque, segundo observa nosso Autor, estaria alargando e aprofundando uma velha dicotomia da reflexão latino-americana, lembrada nos seguintes termos: “no pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. Civilização e Barbárie formam o arcabouço do *Facundo* e, decênios mais tarde, também de *Os Sertões*. Os pensadores descrevem as duas ordens para depois mostrar o conflito decorrente; e nós vemos os indivíduos se disporem segundo o papel que nele desempenham”. Esta a tradição na qual entronca o destino que Antonio Candido dará mais adiante às *duas ordens* no âmbito de sua ensaística de interpretação da experiência brasileira. Mas aí já não poderemos falar mais de dicotomia, e sim de combinação.

## Dualismo por todos os lados

O modo de pensar do qual Antonio Candido deu notícia teve vida longa. Renovado pela ciência social universitária, chegará até os anos sessenta, quando então o contravapor de 1964 rerepresentará o contraponto civilização-barbárie sob nova luz. São metamorfoses que interessa repassar pois bem ou mal refletem a matriz histórica que associa sentimento da dialética e percepção da dualidade. Noutras palavras, o *dualismo* – pois é da sua origem que estávamos falando até agora –, antes de se tornar modelo econômico, tipologia sociológica ou chave de interpretação histórica, foi sobretudo expressão de uma experiência coletiva.<sup>19</sup> Digamos que o senso dos contrários é parte desta mesma experiência, da qual o “dualismo”, em sua acepção estrita, foi transcrição ideológica bem fundada na aparência<sup>20</sup>. Não seria então demais repertoriá-lo em suas linhas gerais.

19. Emília Viotti da Costa, “A Revolução Burguesa no Brasil”, in *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.4, 1978, p. 178. No que segue, acompanho em parte o roteiro sugerido pela autora.

20. Assinalo de passagem que a expressão famosa de Sarmiento voltou à baila em meados dos 1960 quando o gauchismo latino-americano, no intuito de comprovar o passado capitalista das sociedades coloniais, atravessadas por um único e idêntico processo (metrópoles incluídas) do século XVI ao século XX, tornou a insistir que a ideia de uma sociedade dotada de estruturas duais era fruto da cogitação das elites liberais oitocentistas num momento em que reajustavam a integração das economias reflexas na nova divisão imperialista do trabalho. Os mais rigoristas, como Gunder Frank, chegaram a imaginar até mesmo uma ampla incorporação no mercado mundial dos setores aparentemente excluídos do grande complexo exportador, vínculo assegurado por canais ocultos de comercialização através dos quais extraía-se excedente de produtores diretos – quadro mascarado pela fraseologia dualista. Cf. Ernesto Laclau, “Feudalismo e Capitalismo na América Latina”, in *Política e Ideologia na Teoria Marxista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.25. Uma fórmula mais branda diria que na referida fraseologia espelhava-se a modernização característica das elites coloniais: como se pautassem por padrões metropolitanos de consumo, agiam e pensavam como se a “barbárie” interior não lhes concernisse, e no fundo fosse apenas uma reminiscência destinada à extinção, como se remove um obstáculo ao progresso.

É costume dizer que a apresentação do Brasil como um país compartimentado, dividido entre duas realidades discrepantes – uma tradicional, rural e patriarcal, outra moderna, urbana e burguesa –, começou a predominar à medida que perdia prestígio a visão anterior, que vinha do século passado e vigorou até a primeira metade do atual, a ideia de que a nação tinha um caráter próprio, que se explicava pelo meio físico, a mistura de raças e as tradições ibéricas (sem falar nas contribuições locais do patriarcalismo), concebido nos moldes de uma personalidade coletiva, um caráter nacional em suma<sup>21</sup>. Acabamos de ver, entretanto, que o dualismo é concepção de largo espectro. Mas não seria preciso recuar até o confronto entre Litoral e Sertão em Euclides da Cunha para perceber que mesmo a assim chamada ideologia do caráter nacional pautava-se por uma esquematização dual. Basta reparar que assim procedeu o Modernismo ao esquadrihar obsessivamente nossa virtual identidade nacional. Éramos vistos então como uma “imundície de contrastes”, como costumava dizer Mário de Andrade. No centro de nosso desequilíbrio, mais uma vez, a dupla fidelidade que nos dividia e fraturava o país: de um lado a aspiração burguesa, toda ela energia, cálculo e progresso; no campo oposto, o outro Brasil, onde a existência transcorreria sem projeto, de costas para a ética ocidental do trabalho, entregue à indiferença da preguiça, para ficarmos nos termos em que o mesmo Mário de Andrade expôs nosso destino de duas caras<sup>22</sup>.

21. Emília Viotti da Costa, loc. cit., p. 177.

22. Gilda de Mello e Souza, *O Tupi e o Alaúde*, São Paulo, Duas Cidades, 1979.

No imediato pós-guerra, como as cenas do Brasil velho, diferente, fora de esquadro, acintosamente localista, continuassem misturadas à paisagem moderna que bem ou mal a Revolução de 1930 delinear, alastrou-se a convicção, logo transformada num imenso lugar-comum, de que na realidade existiam justapostos dois *Brasis*, como se podia ler no título famoso de Jacques Lambert<sup>23</sup>. Era de se esperar que essa impressão despertada por uma atualidade bifronte retroagisse até os primeiros tempos, alcançando a seguir todo o período escravista, ainda por conceituar, uma vez descartada a função estrutural do patriarcalismo, em vigor, por exemplo, no modernismo passadista de um Gilberto Freyre. Por outro lado, sabe-se que o sentido da colonização determinado por Caio Prado Jr. nos idos de 1940, vinculando o complexo formado por trabalho escravo, monocultura de exportação e latifúndio ao capitalismo comercial que cimentava o sistema metrópole-colônia, apenas formulado permaneceu no limbo até ser reativado pela nova escola uspiana de ciência social. Note-se a propósito que mesmo a *Formação do Brasil Contemporâneo* não deixa de pagar seu tributo ao raciocínio dualista quando Caio Prado Jr. faz gravitar a desequilibrada colônia de exploração mercantil em torno de dois focos distintos, o núcleo orgânico do sistema colo-

23. Aliás não foi pequena a contribuição dos autores franceses para a difusão dessa imagem dúplice de nossa identidade. Primeiro Lévi-Strauss, a propósito do envelhecimento precoce das cidades brasileiras, depois Lucien Febvre, observando a superposição de diversas idades históricas num só país. A seguir Roger Bastide, detendo-se ora na descrição dos contrastes, ora na crispação dos elementos antagônicos, ora na harmonização dos contrários, mas foi sem dúvida Jacques Lambert quem cunhou o clichê mais duradouro de nossa civilização dividida em duas partes isoladas por um abismo de séculos, o país urbano numa metade, na outra, uma cultura arcaica, essencialmente rural, carregando ainda as marcas da Colônia e do Império. Cf. Emília Viotti da Costa, loc. cit., pp. 177-178; Ladislaw Dowbor, *A Formação do Capitalismo dependente no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 21-22.

nial de produção, isto é, a lavoura escravista do litoral, e sua periferia inorgânica, subsistindo dispersa na imensidão do território interior<sup>24</sup>.

Consta que um dos primeiros a empregar o modelo dualista na interpretação de nossa evolução econômica teria sido J. F. Normano, porém devemos a Ignácio Rangel a sua versão mais famosa, uma imagem enfim condizente com a ideia: “a fazenda de escravos brasileira estava sujeita a duas ordens de leis: às do escravismo e às do capitalismo (...) Essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia. Assim não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal-capitalista, mas é necessário compreender que é internamente feudal e externamente capitalista” – esse o trecho famoso da *Dualidade Básica Brasileira* (1957), invariavelmente citado e glosado pela literatura especializada, para alguns prova do mecanicismo do modelo<sup>25</sup>, para outros passo adiante na caracterização de uma sociedade efetivamente dual, o nosso Antigo Regime (para falar como Florestan Fernandes) colonial-escravista<sup>26</sup>.

24. Maria Odila Leite da Silva Dias, “Impasses do inorgânico”, in Maria Angela d’Incao (org.), *História e Ideal – Ensaio sobre Caio Prado Jr.*, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 380.

25. Maria Sylvania de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969, p. 9, n. 4; Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*, São Paulo, Ática, 1978, pp. 19303-304. Segundo o mesmo autor, encontra-se na obra de Nelson Werneck Sodré um caso à parte de dualismo, por assim dizer distribuído geograficamente: na faixa litorânea dominada pelos engenhos, Escravismo, na vastidão do interior, Feudalismo.

26. Luiz Carlos Bresser Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 103-104. Bresser Pereira, que batizou o dualismo professado por Ignácio Rangel de “intrínseco”, lembra que na mesma ocasião Raymundo Faoro, polemizando nos *Donos do Poder* com a tese do feudalismo brasileiro, também alinha com os dualistas, só que, depois de enfatizar o cunho capitalista da plantação movida pelo braço escravo, enquadra a empresa colonial na autoridade patrimonialista, isto é, pré-moderna, do Estado metropolitano, cf. op. cit., pp. 102-103.

Numa palavra, o latifúndio escravista era pré-capitalista da porteira para dentro, capitalista da porteira para fora<sup>27</sup>. Uma expressão pitoresca destinada a sobreviver um pouco mais (talvez por refletir um problema real) à presumida lei geral da Dualidade Básica que regeria o conjunto de nossa evolução social, dos primórdios coloniais aos dias de hoje<sup>28</sup>. Seja como for, a fórmula se alastrou, consagrando o quase estereótipo da duplicidade essencial do principal personagem de nosso passado colonial. Boa parte da análise do nó paradoxal que atava capitalismo e escravidão concentrou-se na descrição da figura bifronte do potentado rural, que aliava numa só pessoa o senhor à moda antiga (*dominus* ou barão feudal), o comerciante holandês e o futuro empresário manchesteriano. Um ser híbrido em suma, que aspirava ao *status* aristocrático de senhor de terras e homens, ao mesmo tempo que visava o lucro mercantil, assim como o latifúndio era um empreendimento produtivo orientado para o comércio internacional, porém impermeável às medidas racionalizadoras compatíveis com esse objetivo<sup>29</sup>.

Quando enfim pela mesma época a sociologia funcionalista americana principiou a se impor, os respectivos modelos acabaram se superpondo. Como se há de recordar, as teorias funcionalistas da modernização costumavam dividir o país ao meio: uma metade marginal, a outra

27. Ignácio Rangel, “Dualidade e escravismo colonial”, in *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 3, 1978, p. 90.

28. Para uma representação ampliada do princípio, ver Ignácio Rangel, “A História da Dualidade Brasileira”, in *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 4, São Paulo, Brasiliense, 1981.

29. Bresser Pereira, loc. cit.



integrada, uma residual e desajustada, outra avançada e funcional. A modernização era assim uma questão de defasagem a ser superada linearmente como quem vence etapas previamente traçadas pelo percurso das sociedades hoje plenamente modernas. O “atraso”, impermeável aos padrões modernos do polo “avançado” de uma sociedade em que coexistiam tempos históricos diferentes, estaria por assim dizer do outro lado da lua, de onde milagrosamente resistia à mudança. À primeira vista era a doutrina normativa de que carecia o nosso dualismo por assim dizer espontâneo, se bem que desdobrando em setores o que se juntara em nosso centauro colonial: em retrospecto, a face da economia escravista voltada para o comércio internacional era “moderna”, ao passo que as relações sociais internas configuravam a sua porção “tradicional”. Assim, da Colônia aos anos JK não havia nada que o modelo dualista não explicasse: enfeixados no mesmo setor, proprietários rurais e camponeses eram representantes do “atraso” e como tais “resistiam à mudança”, enquanto empresários, classes médias urbanas e trabalhadores alinhavam com o progresso; onde havia reforma no Brasil velho e emperrado, lá estaria a burguesia, plena ou embrionária, como na Abolição, na República, com os Tenentes e com a Semana de 22; já Canudos e assemelhados (“barbárie” da velha dicotomia latino-americana, à qual se poderia juntar o homem rústico retratado pela literatura regionalista ou pelos estudos de Comunidade) exprimiam a desagregação da ordem tradicional, minada pela modernização da sociedade; e toda vez que um grupo supostamente moderno não se conformava ao seu papel, o fiasco era visto como fruto da sobrevivência dos padrões

tradicional – e assim por diante<sup>30</sup>. No ar, a sensação (na qual podemos reconhecer tanto o desconforto de um árcaico mineiro quanto os dilaceramentos de Nabuco e Sílvio Romero) de que o Brasil era um país inacabado, mal resolvido, fora de eixo, cuja formação à europeia teimava em não se completar. Neste rumo, sociologia, economia, e sensibilidade intelectual clássica não tinham mais como levar em conta a transfiguração do atraso promovida pelos modernistas, não havia desrecalque localista que visse vantagem no atraso: o universal por aprofundamento do detalhe local passava agora pela modernização integral deste último, o senso dos contrastes duais persistia, porém, sem “dialética” que pusesse em movimento as oposições apenas justapostas.

Quando despertou a consciência do subdesenvolvimento, a sociologia que a prolongava interpretou-o naturalmente como uma carência, uma “defasagem” enfim que não seria remediada sem que fossem vencidos os obstáculos tradicionais que entravavam o caminho que nos aproximaria da modernidade metropolitana. Continuávamos a nos sentir diferencialmente, diria Roberto Schwarz, “como não realizando o padrão ao qual no entanto pertencemos”. A dualidade por compartimentação ofuscava o nexos interno (de onde provinha o mal-estar) e bania a “dialética” que entretanto não deixava de solicitar. Enquanto isso o marxismo oficial (que também não tinha parte com a dialética), embora procurasse enquadrar o caso brasileiro na sequência dos modos de produção repertoriados pela ortodoxia na forma de etapas obrigatórias, chamando feudal ou semifeudal a fatia do país considerada “arcaica”, também alinhava com a tese

30. Emília Viotti da Costa, op. cit., p. 177.

da sociedade dual, só que em lugar da modernização indolor reclamava uma revolução burguesa que ainda estaríamos devendo. – Um dualismo mais arejado vinha enfim da CEPAL, patente não apenas na óbvia repartição da economia mundial em dois polos desiguais, centro e periferia, mas na duplicação da estrutura produtiva dos países periféricos, setor exportador de um lado, agricultura de subsistência do outro. Recorde-se ainda, que descendia em linha direta dessa dicotomia cepalina o melhor de nossa economia política, na pessoa de Celso Furtado, a quem devíamos a primeira conceituação do subdesenvolvimento: não uma economia fundamentalmente agrária – neste caso seríamos apenas uma economia atrasada e nada mais –, mas uma economia agrícola retardatária na qual, em condições históricas precisas, se introduzira uma cunha de economia tipicamente capitalista. Esse o *dualismo estrutural* que nos definia: duas formas de remuneração do trabalho, duas tecnologias de níveis diversos, duas concepções de organização da produção<sup>31</sup>.

O que se passava do lado uspiano? Antonio Candido costuma lembrar que a ciência social uspiana foi a primeira a romper com a visão aristocrática do Brasil. Mas seria preciso acrescentar que, uma vez desbancada a concepção patriarcal, custou um pouco atinar com a figura do país que melhor convinha à sensibilidade radical que surgira sem avisar na nova instituição. E isso não só devido ao tempo necessário à assimilação dos clássicos. O fato – sempre lembrado – é que fôramos esquecidos por autores cuja preocupação óbvia era o entendimento de mecanismos sociais gerados pela constituição da Europa moderna e seu anexo

31. Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p. 79.

norte-americano. Percorrê-los à procura da chave que nos decifrasse era também confessar que não éramos o que deveríamos ser. Esse o drama do principal personagem daquele período de acumulação, Florestan Fernandes. Quem lhe acompanhar a marcha das ideias, haverá de registrar efetivamente o quanto pesou na variação delas, no ecletismo das fontes doutrinárias, na perene inquietação metodológica, a sensação constante da distância que nos separava dos parâmetros sociológicos estabelecidos, expressa, por exemplo, na obsessão característica com “padrões” e “dilemas”. Nestas condições, o Brasil sociológico vinha a ser de fato um elenco de atores que teimavam em não cumprir os papéis que por definição lhes estavam destinados – uma curiosa coleção de ausências comprometendo pela raiz a instituição entre nós de uma “ordem social competitiva” plena<sup>32</sup>. O mais dúbio e recalcitrante desses atores ausentes era o burguês, a cuja procura Florestan dedicou boa parte de sua carreira. Acresce que ao iniciá-la, na década de 1940, ainda parecia um dado imediato de observação as duas faces apresentadas pelo Brasil: o país agrário sem dúvida se transformava, tornava-se industrial, mas sem perder a cara agrária; aos poucos ou abruptamente se urbanizava, mas também sem perder o jeito rural<sup>33</sup>. Quer dizer – atalhando um pouco –, ao espírito do capitalismo a caminho, porém *introuvable*, faziam contrapeso restos do que, na falta de melhor termo, Florestan começou a chamar de Antigo Regime, embora nos falhasse inteiramente a anolo-

32. Gabriel Cohn, “Padrões e Dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, in Reginaldo Moraes (org.), *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

33. Octávio Ianni, “Florestan Fernandes e a formação da Sociologia Brasileira”, in Octávio Ianni (org.), *Florestan Fernandes*, São Paulo, Ática, 1986, p. 1920.

gia europeia obrigatória. Assim, à ideia de país incompleto vinha juntar-se uma outra, a de uma país de duas caras, uma voltada para um passado que ainda não sabíamos definir, outra para um presente igualmente indefinido. Era só armar a equação, cujos termos vinham de longe, como se viu. Florestan aproveitou de tudo um pouco no propósito de esclarecer a natureza do processo brasileiro por excelência, a transição da “ordem escravocrata-senhorial” para a desejada (inclusive pela referência democrática oblíqua) “ordem social competitiva”. Numa palavra, o assim chamado Brasil tradicional era um regime ambíguo de castas e estamentos, enquanto o suposto Brasil moderno, que começou a nascer com a Independência, deveria ser uma sociedade de classes, que, no entanto, custava a se completar. O esquema dual se distendia assim no tempo. Ou melhor, se não havia lugar para o burguês e o lucro no Antigo Regime brasileiro, tampouco conhecêramos o feudalismo ou qualquer uma de suas variantes. Ambivalência abafada, todavia, pelo vínculo colonial: enquanto permanecesse “heteronômica” (como gostava de dizer Florestan) a produção colonial, seria descabido projetar no senhor de escravos a sombra do empresário capitalista. Mas a rigor a dualidade só entraria em cena com a crise do Antigo Sistema Colonial. Mais exatamente, as antigas estruturas coloniais de produção e dominação ultrapassariam, além do mais fortalecidas, o limiar da Independência, consolidando no nosso oitocentos o que Florestan também passará a chamar de *dualidade estrutural*: de um lado o mando consagrado pela tradição, cuja base produtiva permanecia intacta, de outro as formas de poder exigidas pela ordem legal do novo país soberano<sup>34</sup>.

34. Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro,

## Experiência estética e teoria social

Esse, em linhas gerais, o roteiro moderno do dualismo. Salvo engano, uma percepção social generalizada na base de um notório equívoco sociológico. E mais, se Antonio Candido nos sugeriu a pista certa, a matéria prima de uma certa experiência intelectual que se poderia chamar de sentimento dialético dos contrários. Deu-se então um caso curioso de linhas cruzadas: à medida em que a nova ciência social ia desfazendo aquele equívoco, a forma artística ia renovando e apurando a visão daquela mesma dualidade. Até onde sei, o melhor comentário desse entrecruzamento encontra-se (mais uma vez) em Roberto Schwarz, do qual acompanho a seguir alguns passos.

Como se sabe, em 1970 Roberto publicou um notável balanço da experiência cultural pós-1964<sup>35</sup>. Mas o que teria a dizer um golpe militar na América do Sul a um crítico literário já naquela época interessado na localização estético-sociológica do estilo machadiano? Ocorre que o crítico não era convencional e tinha bem aguçado o senso das mediações extraliterárias e sua continuidade artística. E de quebra nenhuma reverência pela Literatura tomada em seu valor de face, com maiúscula e tudo, o que facultaria a compreensão do fiasco de 1964 também neste plano mais rarefeito. Podia então presumir que o juízo so-

Zahar, 2ª ed., 1976, p. 37. Ao destacar no livro de Florestan esse conflito entre ética tradicional (estamental) e espírito capitalista, Emília Viotti da Costa (cf. op. cit., p. 182) recua a tensão inerente à “dualidade estrutural” até os primórdios da sociedade colonial. Noutros escritos, porém, preferirá circunscrever o fenômeno, na sua manifestação mais enfática, ao período que se inaugura em 1822, cf. *Da Monarquia à República*, São Paulo, Grijalbo, 1977, caps. VI e VII.

35. Roberto Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969”, in *O Pai de Família*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

bre o nosso maior escritor alguma coisa ganharia em ser filtrado pela experiência atual do crítico. Era de se esperar que a resposta à pergunta crítica fundamental – o que me diz hoje este autor? – também passasse pela interpretação de um acontecimento que lançava uma luz retrospectiva sobre um largo período da história brasileira. As análises de 1964 costumam recuar até 1930, mas por que não retroceder até o solo mais original de nossa formação? O golpe não exporia de maneira estridente as fraturas de um país de passado colonial? Ora, em 1964 deu-se de fato um disparate revelador. A contrarrevolução abortara uma das derradeiras tentativas de modernização nacional. Em consequência, “apresentou-se como uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em leis etc.”. Do ponto de vista literário, representou um verdadeiro ato crítico, desses que passam a limpo a literatura de um país: “à sua maneira a contrarrevolução repetia o que havia feito boa parte da mais reputada poesia brasileira deste século; resuscitou o cortejo dos preteridos do capital. Pobres os poetas, que viam os seus decantados maiores em procissão, brandindo cacetes e suando obscurantismo”. O pensamento caseiro dos “fazendeiros do ar” e seus descendentes – cuja mistura característica de inconciliáveis estudara anos antes num ensaio sobre o *Amanuense Belmiro* – finalmente alcançara a eminência histórica. Seria então o caso de converter essa paródia involuntária em conhecimento conferindo uma outra relevância ao nosso fundo de quintal. Roberto lembraria a seguir que apesar de vitoriosa essa liga dos vencidos de ontem não chegara a se impor, sendo suplantada pela subsequente maré internacionalizante do capital. No entanto o decisivo de sua con-

tribuição (de fato uma iluminação sociológica) ficou por conta da fortuna artística do “espetáculo de anacronismo, de fantasmagoria cotidiana” que deu. Neste ponto o crítico passava a uma análise verdadeiramente notável da vanguarda tropicalista. Explorando-lhe os limites, dava finalmente com o principal filão da experiência brasileira. Recapitulo brevemente a explicação do efeito tropicalista, cuja matéria prima o golpe fornecera: uma imagem disparatada em que se submete os mais variados cromos do país patriarcal “à luz branca do ultramoderno, transformando-se o resultado em alegoria do Brasil”. Sua força persuasiva lhe vinha justamente da atmosfera familiar em que todos se reconheciam ao deparar o desconjuntamento característico dessa combinação do arcaico com o avançado. Justaposição carregada de uma bem planejada ambiguidade: “o veículo é moderno e o conteúdo é arcaico, mas o passado é nobre e o presente é comercial; por outro lado, o passado é iníquo e o presente é autêntico etc.”. Ora o desrecalque é localista e o atraso é redimido por uma vanguarda retroversa, ora driblamos o complexo colonial que nos deprime expondo ostensivamente o circuito internacional de que afinal somos parte, ainda que subordinada. Uma alternância sem fim que se alimenta da fachada insolúvel de uma oposição aberrante. Tudo bem pesado, um caso de dupla fidelidade, ou mais exatamente, de duplicidade de critérios. Num momento conta unicamente o metro internacional que nos diminui e rebaixa, noutra vale o apego sentimental à profundidade histórica do traço localista que desacredita a pretensa superioridade do padrão cosmopolita. Desprovida de desenvolvimento e síntese, e tomada em acepção puramente negativa, seria o caso de se voltar a falar em “dialética”, agora uma dialética da instabilidade, de mesma linhagem dos movi-

mentos sem progresso da consciência nacional dividida. (Aliás, não se resolvendo, o conjunto assim imobilizado pelo absurdo da composição não por acaso lembra a paralisia final do *Amanuense*, onde, por mais que se misturem os pares contrastantes, nada leva a nada)<sup>36</sup>. Assim, frustrada a referida tentativa de modernização social (que por sinal provocara o golpe militar justamente por discrepar da via conservadora de sempre), todos viram a contrarrevolução cristalizar uma conjunção esdrúxula de arcaico e moderno, um *resultado* histórico que o tropicalismo transfiguraria na forma congelada de um destino nacional imutável. O que era abismo histórico datado e transponível, aparecia como coexistência disparatada de etapas incompatíveis. Aparência sem dúvida reiterada pela marcha forçada: afinal, num brevíssimo lapso de tempo (três décadas, se tanto), o Brasil passara a bem dizer diretamente de uma economia primário-exportadora para uma economia industrial-oligopólica, verdade que periférica, sem ter conhecido o momento propriamente competitivo do capitalismo. De sorte que, graças a um golpe militar planejado no âmbito da guerra fria, a *duplicidade* registrada pouco antes na análise do romance de Cyro dos Anjos reaparecia, visível a olho nu ou então armado pela montagem tropicalista dos sempre lembrados contrastes nacionais. Assim lastreados, estavam relançados os velhos esquemas *dualistas* de explicação do Brasil. Mas não era esta decerto a posição do crítico.

A dualidade rediviva esbarrava, porém, no veredicto da melhor teoria social do tempo. Houve um momento, é verdade, em que o dualismo representou um progresso na

36. Veremos noutra ocasião que corre por um trilha análogo a narrativa machadiana estudada por Roberto.

percepção da realidade de uma nação periférica. Foi quando começou a perder terreno a interpretação unitária do subdesenvolvimento<sup>37</sup> – uma visão curiosamente partilhada por *experts* estrangeiros e por amplos setores da esquerda. Segundo esse modelo, cuja ênfase recaía sobre o imobilismo secular das sociedades patriarcais, o atraso crônico se devia à predominância dos grupos oligárquicos e a correspondente política patrimonialista. Apatia social e economia agroexportadora formariam um só bloco. No imediato pós-guerra reapresentou-se, porém, com evidência redobrada a imagem do moderno, que a Revolução de 1930 afinal despertara e o Estado Novo reforçara. Crescimento econômico, industrialização, urbanização, diversificação da classe média, presença da classe operária etc., contrariando a consciência infeliz do atraso monolítico, sugeriam a marcha da sociedade no rumo das nações civilizadas: bastaria então eliminar a herança do passado para que a história da formação do capitalismo se repetisse a nosso favor. Não éramos, portanto, uma sociedade amorfa, paralisada no tempo, a reboque dos centros metropolitanos. O país se movia, mas em que direção, dependeria do princípio unificador que conseguisse pôr ordem no quadro caótico de uma sociedade dual.

Quando então o nacional-desenvolvimentismo passou a dar o tom em nossa vida ideológica, à convicção funcionalista de que o país se decompunha em dois setores, um tradicional e outro moderno, se acrescentou a uma outra, segundo a qual não haveria crescimento autossustentado sem que, sob a direção hegemônica da famigerada bur-

37. Expressão empregada por Fernando Henrique Cardoso, em cuja reconstituição me apoio, cf. “Industrialização, Dependência e Poder na América Latina”, in *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª ed., 1973, cap. II.



guesia nacional, fosse desfeito o nexo atrasado entre imperialismo e latifúndio, criando-se em consequência um mercado interno que integrasse a grande massa dos marginalizados. Sabemos que esta construção não resistiu à prova dos fatos – como não obstante a ilusão era tenaz, foi preciso esperar pela prova dos nove ministrada pelo golpe militar. Não é que faltassem críticas à esquerda, sobretudo nos meios heterodoxos. Nestas ocasiões é sempre lembrada a experiência de Fernando Henrique Cardoso: entrevistando empresários no início dos anos 1960, pôde então comprovar que parcela ponderável deles conspirava com grupos estrangeiros, dos quais se tornava sócio menor, enfrentava os sindicatos e se comportava como guarda avançada de uma agricultura que começava a se capitalizar – em suma, devia-se a uma pesquisa universitária a mais recente fotografia da luta de classes no país<sup>38</sup>. Apoiado em verificações como esta (mais conhecimentos metodológicos acumulados) tornava-se possível, por exemplo, levar às cordas o prestigioso modelo de Rostow para o desenvolvimento econômico. Todavia a alternativa que arrematava a constatação de que a burguesia escolhera o partido da ordem – subcapitalismo ou socialismo – seria cancelada pela vitória da contrarrevolução. Mas o golpe também lançaria a última pá de cal sobre o velho dualismo: setores modernos e tradicionais não se justapunham como se imaginava, antes formavam um sistema em que se entrelaçavam os respectivos interesses. Esta a simbiose estrutural (reformulando a antiga dualidade) que dois ou três anos depois o mesmo Fernando Henrique destacaria nas acomodações que caracterizam as mano-

38. Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964.

bras da burguesia num “país diferente”<sup>39</sup>. Por outro lado, a história recente do país também estava demonstrando que a falência do projeto nacional-desenvolvimentista não frustrara a industrialização capitalista da periferia, só que o desenvolvimento em questão era *dependente*. Ou por outra, o golpe militar ajudara a identificar uma *nova dependência*, que associava os grupos empresariais locais às multinacionais, redefinindo as relações entre interno e externo, segundo padrões específicos de relações capitalistas de classe. Por este prisma arquivava-se o vocabulário das dicotomias, das modernizações etc, e o subdesenvolvimento passava a ser visto como expressão do movimento internacional do capital – em suma, a herança do passado não era entrave à expansão do moderno, mas parte integrante do seu processo de reprodução. Dito de outro modo, e considerado o subdesenvolvimento de um ângulo interno como uma formação capitalista plena, não faltou quem concluísse que, em lugar da velha dualidade, passava para o primeiro plano um outro dinamismo de unificação e reprodução dos opostos de ontem, de sorte que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado<sup>40</sup>.

Esses os dados de observação, devidamente renovados pela Teoria da Dependência (e demais variantes da ciência social uspiana que se consolidara naquele meio tempo), reunidos por Roberto Schwarz na hora de recapitular os

39. id., “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira” (1967), in Celso Furtado (org.), *Brasil: Tempos Modernos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1977.

40. Francisco de Oliveira, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, in Francisco de Oliveira e Francisco Sá Jr., *Questionando a Economia Brasileira*, CEBRAP, Brasiliense, 2ª ed., 1976, p.9. Cf. id., “A Navegação Venturosa”, *Introdução a Celso Furtado*, São Paulo, Ática, 1983, pp. 8-9.

primeiros anos de vida cultural sob a ditadura. Esta se implantara por obra da guerra fria, um campo de forças internacional e, no entanto, não se acanhara, nas primeiras horas, em mobilizar e confirmar formas tradicionais e localistas de poder. Antigo e moderno – que afinal são de todos os sistemas históricos e, portanto, capitalistas em particular – realinhavam-se assim segundo uma outra lógica. Nas palavras do crítico: “a integração imperialista, que em seguida modernizou a economia do país para os seus propósitos, revive e tonifica a parte do arcaísmo ideológico e político de que necessita para a sua estabilidade. De obstáculo e resíduo, o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna”. Para um gosto clássico, digamos que o golpe trocara em miúdos o teorema do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A seguir Roberto contrapunha à estetização tropicalista da incompatibilidade imemorial do antigo e do novo a data histórica da constelação que formavam: para os países colonizados e depois subdesenvolvidos, esta configuração é central, pois estes países foram incorporados ao mundo moderno, quer dizer, ao mercado mundial, na qualidade de econômica e socialmente atrasados (fornecedores de matéria-prima e trabalho barato), de sorte que a ligação destes com o novo se faz *através* do atraso, que assim se torna estrutural, e em lugar de se extinguir, se reproduz, como atestava a industrialização recente da periferia. Revistas as coisas por este ângulo, o tradicional tornava-se pura e simplesmente uma das figuras do moderno.

Por outro lado, não creio estar exagerando se disser que a restrição de Roberto Schwarz ao desenlace afirmativo da dialética (de primeiro grau) entre universal e particular é resultado da mesma experiência histórica que levou a nova teoria social a colocar entre parênteses a per-

cepção da dualidade brasileira, rifando largas porções da fraseologia que a comentava. Há, portanto, convergência estrutural entre um raciocínio e outro, e que não se explica apenas pelo tirocínio demonstrado por Roberto ao tirar consequências estéticas da Teoria da Dependência. A gravitação conjunta de atraso e modernidade é a mesma visada pelo crítico ao particularizar o universal entrevistado não malgrado, porém, através – e de maneira negativa – da singularidade local que o especifica, e num certo sentido lhe desmente a abstração.

Isso posto, *não estava anulada a impressão de dualidade que o país não cessava de renovar*. O que a ciência social desautorizava, a experiência estética voltava a sancionar. O antigo e o novo continuavam em presença um do outro – era o que parecia mostrar a experiência social de todos os dias, sobretudo quando filtrada pela forma estética –, variava apenas o plano da sua conjunção. A composição entre eles mostrava-se insolúvel e o *ready made* tropicalista exibia um inegável grão de verdade. Mas a ligação entre os termos era estrutural e dinâmica, e a teoria social voltava a ter razão. Seria então o caso de relembrar que a teoria sociológica ao acentuar a nova dependência também encarecia a nossa originalidade diante dos países centrais. Éramos de fato o produto do movimento internacional do capital, mas embora este se desenrole em escala mundial, vai compondo elementos que são diferentes e assimétricos; distinguimo-nos assim do padrão geral na medida em que a primitiva exploração colonial está na base da articulação entre sociedades dependentes e dominantes<sup>41</sup>. Mas a que se resumia a singularidade do

41. Fernando Henrique Cardoso, “O consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos”, in *As Ideias e seu Lugar*, Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 96,143.

país – posta a nu pela situação de dependência – senão a essa coexistência, sistemática, descompartmentada, de herança colonial e presente capitalista? Acrescida do fato de que a referida herança também era um legado de formas pretéritas da expansão capitalista. Essa a *dualidade sem dualismo* que escandia a nossa formação e definia os vetores básicos da experiência brasileira.

Dito isto, uma breve digressão talvez ajude a situar a contribuição do Tropicalismo para a fixação dessa visão descompassada de um país congenitamente dúplice. – Adorno observou certa vez que as vanguardas artísticas não podem prosperar nas sociedades totalmente administradas (pelo Capital) – quer dizer, em sociedades absolutamente modernas (como queria o poeta). Nelas, as tendências objetivas ao nivelamento diminuem as chances da consciência, sem a qual não há cultura antagônica. Assim, a ruptura estética depende de um certo anacronismo, algo como um descompasso histórico condensado na experiência imediata e refletido na tradição cultural, graças ao qual se tornam visíveis os limites de um aburguesamento ainda em curso<sup>42</sup>. Sirva de exemplo o objeto surrealista, no qual aliás está calcada a imagem tropicalista. Não faz muito Perry Anderson chamou a atenção para uma passagem de Fredric Jameson onde este destaca um traço característico do Surrealismo, seu apreço pela sucata em que vão se convertendo os vestígios de etapas passadas do capitalismo.<sup>43</sup> A energia subversiva deles lhes vinha da força da obsolescência, uma espécie de in-

42. T. W. Adorno, *Scritti Sociologici*, Torino, Einaudi, 1976, p. 129.

43. Fredric Jameson, *Marxismo e Forma*, São Paulo, Hucitec, 1985, pp. 85-87; Perry Anderson, “Modernidade e Revolução”, in *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 14, 1986.

justiça em nome da qual se objetava ao curso do mundo; mais exatamente, na intensidade expressiva deles ainda eram visíveis as marcas de um estágio em que a alienação do trabalho que os produzira ainda não era completa. De modo geral, a fisionomia de vanguarda do objeto surrealista devia-se ao relativo arcaísmo da sociedade francesa da época. Reencontrando à sua maneira a observação de Adorno acerca das condições históricas da polêmica anticapitalista das vanguardas, Perry Anderson faz da “persistência do Antigo Regime” (conforme título de um livro de Arno Meyer) na lenta transição europeia para o capitalismo uma das coordenadas necessárias do modernismo artístico, que não pode sobreviver sem um “laço crítico com o passado pré-capitalista”. Completando-se a transição exauria-se o vanguardismo, como queria Adorno. Ora, tal como o seu modelo *pop* americano, o Tropicalismo vai na direção oposta, daí o seu caráter afirmativo, no fundo o alvo da crítica de Roberto. Invertendo o rumo antagônico das vanguardas, é do ângulo do ultramoderno consumado que considera as imagens degradadas das etapas pretéritas do novo. Mas reproduziria sem novidade o *pop* se ficasse nisso. Ocorre que inova o repertório dos modernismos quando varia o procedimento básico que acabamos de evocar (o descompasso histórico de que se nutre o veio utópico das vanguardas), reexpondo *lado a lado* (este o seu equívoco sociológico) o Antigo Regime brasileiro (para falar agora como Florestan Fernandes, embora noutra direção), que também persiste pelas razões intrínsecas que se viu, e as figuras atuais do capital.

(Posso apenas referir de passagem um outro caso de reavaliação estética da dualidade, igualmente estudado por Roberto Schwarz. Trata-se da composição do poema *pau-brasil*, do qual no fundo é variante, como se sabe, a



montagem tropicalista.<sup>44</sup> “A sua matéria-prima se obtém mediante duas operações: a justaposição de elementos próprios ao Brasil-Colônia e ao Brasil burguês, e a elevação do produto – desconjuntado *por definição* – à dignidade de alegoria do país”. Note-se o ponto decisivo: para o nosso crítico, a mencionada contiguidade, antes de ser um resultado artístico, é um dado de observação comum no dia a dia nacional. Assim, enquanto a teoria desmontava a compartimentação dualista, a “nossa realidade sociológica não parava de colocar lado a lado os traços burguês e pré-burguês, em configurações incontáveis”, Oswald de Andrade dará uma resposta positiva aos dilemas da dualidade. O que o complexo colonial interiorizara como atraso e desgraça, o desrecalque pau-brasil converterá em motivo de euforia, já que a vanguarda emparelhava nosso primitivismo com a cultura dos países centrais. Transformando porém os traços de nossa desconformidade em objeto de experimentação estética afirmativa, o poema pau-brasil neutralizava a ambivalência ideológico-moral própria do modo de ser dual: a dupla fidelidade já não divide mais um espírito avançado, uma vez que a reciprocidade é a regra entre metrópole e periferia, como também a instabilidade de um Nabuco já não tem mais razão de ser. Estancada a inquietação, cessa o movimento, e com ele o senso dos contrários – pacificação sem “dialética”, alcançada às custas de um mito, progressista-conservador, como mostrará Roberto, o mito do país não-oficial, porém nem por isso menos proprietário.)

44. Roberto Schwarz, “A Carroça, o Bonde e o Poeta Modernista”, in *Que horas são?*, ed. cit.

## As duas ordens

Como ficamos? Envelhecido o dual-funcionalismo e suas variantes, identificada a raiz prática da dualidade que define a experiência brasileira, ficamos pelo menos em melhores condições para unificar o termo Dialética nos estudos brasileiros de Antonio Candido, de cuja metodologia dos contrários partíramos. E mais uma vez facilitaremos nossa vida acompanhando os passos de Roberto Schwarz.

Quando, em 1970, Antonio Candido publicou sua interpretação das *Memórias de um Sargento de Milícias*<sup>45</sup>, Roberto logo reconheceu a realização do programa em função do qual vinha se preparando fazia tempo. Segundo explicaria alguns anos depois, tratava-se do primeiro estudo literário brasileiro propriamente dialético<sup>46</sup>. Aqui o termo comparece em sua acepção clássica. Mesmo assim, precisamos dar conta da versão que lhe deu Antonio Candido e que muito significativamente não consta do elenco de variantes e ocorrências de que partimos. Voltando: pela primeira vez, notava Roberto, a palavra de ordem que mandava articular forma literária e processo social era cumprida à risca, longe das fórmulas rituais e com resultados críticos verdadeiramente notáveis. Ocorre que, ao contrário da vida facilitada neste aspecto levada pelo confrade europeu, um crítico brasileiro não encontra à sua disposição o sistema de mediações históri-

45. Antonio Candido, “Dialética da Malandragem”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, n. 8, 1970.

46. Roberto Schwarz, “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”, in Celso Lafer (org.), *Esboço de Figura*, São Paulo, Duas Cidades, 1979, republicado em *Que Horas São?*, ed. cit.

cas de que carece para a interpretação da literatura local. No final das contas, não é nada óbvia a resposta à seguinte pergunta: a que país alude a forma de um romance brasileiro? (Antecipando: veremos outra vez que alude antes de mais nada a um país basicamente dual e que esta dualidade é sobretudo forma da experiência social). Antonio Candido veio mostrar – continua nosso guia – que é preciso construir esse referente caso a caso, assim como é preciso descobrir na obra a forma que lhe dá unidade e organiza a transposição estética do dito referente. Ora, reencontramos aqui as *duas ordens* cuja genealogia vimos Antonio Candido esboçar a propósito do senso dos contrários demonstrado pelo Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil* – pois como se há de recordar nosso Autor identificou na circulação dos personagens por entre as esferas sociais da ordem (o Brasil burguês) e da desordem (o polo negativo do Brasil pré-burguês) o esqueleto de sustentação do romance e demonstrou que essa fórmula estilizava um ritmo geral da sociedade brasileira na primeira metade do século XIX. Uma operação em dois tempos cuja complexidade Roberto se encarregará de expor, resumidamente da seguinte maneira: a pedra angular do raciocínio é a noção de forma, princípio mediador responsável pela junção de romance e sociedade; assim entendida, ela é parte dos dois planos, organizando em profundidade os dados da ficção e do real; vem daí o alcance mimético da composição, que não existiria se ela não fosse imitação de algo já organizado e não reprodução documentária de eventos brutos; assim, o que a estrutura literária “imita” é por sua vez uma estrutura; noutras palavras, mais exatas, “antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela”. Essa a forma social objetiva a que se refere o

romance e o crítico precisa reconstituir se quiser entender a lei de sua intriga. Neste ponto concentra-se o fardo específico da crítica brasileira. Como no plano da realidade a forma que a sintetiza, embora literariamente intuída, não está disponível, “o crítico tem de construir o processo social em teoria, tendo em mente engendrar a generalidade capaz de unificar o universo romanesco estudado, generalidade que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística”. Esse o conhecimento novo que depende exclusivamente do crítico – e de modo muito mais dramático se for brasileiro. Aqui pesaram os conhecimentos extraliterários de Antonio Candido. Mas tais conhecimentos precisam ser “reconsiderados e refundidos à luz do problema posto pela unidade formal do romance, a qual representa uma possibilidade de totalização descoberta pelo romancista (...) No caso das *Memórias* foi preciso localizar o setor da totalidade social cujo movimento a forma do livro sintetiza. Ocorre que este setor não havia sido unificado em teoria ou na consciência corrente como tendo uma problemática própria, de modo que assistimos, em *Dialética da Malandragem*, à cristalização conceitual e à promoção histórica de seu ponto de vista: assistimos à passagem de conhecimentos variados a respeito da vida dos homens livres e pobres do Brasil a um conceito que os unifica sob um certo aspecto formalizado na intriga das *Memórias* e nomeado pelo crítico a dialética da ordem e da desordem”. Entre parênteses, esse o trabalho de localização, estruturação e denominação que aguardava a escrita dialética de um ensaio de interpretação de Machado de Assis.

Relembrado esse passo fundamental – e fundamental sobretudo para os dois críticos que ao trazer de volta o ensaio literário para a sondagem da experiência brasi-

leira não por acaso reativaram o programa materialista – lembrado assim esse passo, note-se que reatamos com uma distinção já feita: dialética está sendo dita por Antonio Candido em pelo menos dois sentidos. Podemos refazer agora (e refundir) essa clivagem. Do lado da reflexão crítica, o seu nervo passa pela redução estrutural de uma forma social a uma forma estética, que em função dela se mostra a um tempo intuição artística e princípio de conhecimento. Mas a lei formal do romance assim descoberta e posta em funcionamento também revela e resume uma outra dialética, que Antonio Candido chamou de dialética da ordem e da desordem. A primeira acepção descende em linha direta da tradição materialista e traz para o primeiro plano o nexos entre forma e prática. Já na segunda, que se refere igualmente a um setor significativo da sociedade brasileira (e não é, portanto, andaime ensaístico ou generalidade hermenêutica), se exprime um vínculo diverso entre os termos da questão, mais exatamente a regra de vida dos “homens livres que, não sendo escravos nem senhores, vivem num espaço intermediário e anômico, em que não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela” (Roberto). Dialética designa aqui a lei deste movimento, e se quisermos saber mais dela não há outro recurso além das expressões em que o próprio Antonio Candido a evoca: alternância, gangorra, balanceio etc. Só que agora sabemos que não se trata de uma simples simetria estrutural, mas de uma mediação ancorada num dinamismo social. São idas e vindas que comandam inclusive a oscilação característica das frases do romance, que mostram imparcialmente o outro lado de cada coisa. Uma dialética inconclusiva, portanto, que não parece ter fim, acomodando os campos opostos num sistema de equivalências e contaminações recíprocas. Como não deixar de

ver que esta dialética nos devolve ao coração da dualidade brasileira? Ou pelo menos, mais exatamente, a uma figura dela. Não faltam sequer imagens exemplares dessa composição dual: como a oferecida pelo Major Vidigal surpreendido “envergando a casaca do uniforme, devidamente abotoada e luzindo em seus galões, mas com as calças domésticas e os mesmos tamancos batendo no assoalho. E aí temos o nosso ríspido dragão da ordem, a consciência ética do mundo, reduzido à imagem viva dos dois hemisférios”; ou então, a do Mestre de Cerimônias ao “aparecer contraditoriamente” de solidéu e ceroulas numa circunstância equívoca. São estas e outras misturas burlescas de termos que se repelem, e, no entanto, convivem, que configuram a articulação binária do espaço social anômico criado pela escravidão: reunindo os conceitos, Antonio Candido chamou de dialética esse “balanceio caprichoso entre ordem e desordem”, alternância entre dois polos antinômicos, porém indescartáveis, que definem a fisionomia do país e o conteúdo de experiência que ele especifica. É então de se supor que esse emparelhamento dual repercute outros de mesmo teor. Seria o caso, por exemplo, do “jogo do espontâneo e do dirigido” na organização do Cortiço<sup>47</sup>. Só que aqui a dialética não toma a feição de uma alternância, mas converge para um resultado em que o ritmo da desordem acaba enquadrado ao longo de um processo que sintetiza os elementos antitéticos. Um lento domínio de um hemisfério sobre o outro evoluindo sob o horizonte de um país alegorizado, porém igualmente dual, de um lado cálculo burguês, de outro sociabilidade encharcada de natureza. Mais próximas dos dilemas da fidelidade

47. Antonio Candido, “De Cortiço a Cortiço”, in *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 1930, 1991.

dual estariam as “paradas no movimento tumultuoso” do *Caramuru*: neste outro jogo de parada e movimento (remanso de ordem no universo perigoso da desordem) volta a se manifestar a “ambígua dialética da mentalidade colonizadora”, dividida pelo confronto de duas ordens culturais opostas, a civilizada e a primitiva<sup>48</sup>. – Dialética e Dualidade, reencontradas no centro da experiência brasileira, aparecem assim entrelaçadas numa forma mediadora, na qual convergem unidade estética e totalização social, conjunção revelada em toda a sua força explicativa num ensaio que, ao realizar pela primeira vez o programa dialético em nosso meio literário, encontrava a forma adequada para o sentimento dos contrários filtrado desde os tempos em que Antonio Candido estudava a ambivalência da disciplina arcádica, cifra precursora da ambivalência ideológico-moral de todo intelectual brasileiro.

48. id., “Movimento e Parada”, in *Na Sala de Aula*, São Paulo, Ática, 1985.

## DUAL PORÉM COMBINADO

### I

Quando em 1973 Roberto Schwarz publicou o primeiro capítulo do seu ciclo machadiano, onde anunciava, entre outras coisas, que o método compositivo de nosso maior escritor estilizava particularidades da sociedade brasileira do oitocentos, *ao mesmo tempo escravista e burguesa*<sup>49</sup>, pudemos ouvir de Maria Sylvia de Carvalho Franco, autora de uma obra clássica da sociologia brasileira<sup>50</sup>, o seguinte juízo crítico: trata-se, pura e simplesmente, de uma habilíssima restauração da velha explicação *dualista* do Brasil<sup>51</sup>. Conhecendo-se a má fama do termo nos meios progressistas, uma condenação inapelável. E ao que parece tanto mais urgente porquanto um estudo recente do insuspeito (à primeira vista, nunca se sabe) Francisco de Oliveira acabara de mostrar que a antiga tentação dualista continuava bem viva e animada pelas intenções reformistas de sempre<sup>52</sup>. – Não sei de mal-entendido mais

49. Cf. Roberto Schwarz, “As ideias fora do lugar”, in *Estudos*, CEBRAP, n.3, 1973, depois capítulo inicial de *Ao Vencedor as Batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1977.

50. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, Instituto de Estudo Brasileiros, USP, 1969.

51. Cf. Maria Sylvia de Carvalho Franco, “As ideias estão no lugar”, in *Cedemos de Debate*, n.1, São Paulo, Brasiliense, 1976.

52. Cf. Francisco de Oliveira, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, ed. cit.

inspirado, desses equívocos que abrem a porta certa. De resto uma porta que se abre para a dialética, como acabamos de ver. Seria então o caso de refazer a demonstração por um outro caminho, onde novamente se cruzam e articulam experiência literária, percepção social e sentimento da dialética.

\*

Dito isto, passemos ao detalhe da objeção. Segundo também reconhece Maria Sylvia de Carvalho Franco – *et pour cause* – o dualismo vem a ser o maior lugar-comum de pelo menos dois séculos de nossa história intelectual, centrada sem exceção, do romantismo ao realismo das teorias da dependência, na ideia de que na metrópole reside o núcleo produtor das relações socioeconômicas, do qual a colônia apenas repercutiria as determinações fundamentais. Segue-se daí o cortejo conhecido das noções bipolares: metrópole e colônia, atraso e progresso, desenvolvimento e subdesenvolvimento, tradicionalismo e modernização, hegemonia e dependência, etc. Só que agora o roteiro moderno do dualismo não comportaria uma decantação que lhe invertesse os pressupostos. Assim, como todos os seus predecessores, insistindo na originalidade da combinação brasileira de capitalismo e escravidão, país colonial e país burguês, Roberto seria vítima da mesma miragem ao imaginar que uma “diferença essencial” distingue as nações metropolitanas, sede do capitalismo, núcleo hegemônico do sistema, dos povos coloniais, subdesenvolvidos e periféricos. Veja-se o caso do Brasil oitocentista. Referir-se à excentricidade de sua formação e da vida ideológica idiossincrática que lhe corresponde,

é tomá-lo como resultado da “combinação” de diferentes modos de produção: uma economia escravista articulada aos grandes mercados mundiais, estes sim capitalistas, constituindo o conjunto uma constelação heteróclita de “partes heterogêneas de um todo que as transcende”. Passando pela história econômica e social, vê-se que a objeção se estende da epistemologia à política, incluindo mais adiante consequências no plano da interpretação das ideologias. Destas últimas nos ocuparemos a seu tempo. Quanto à interpelação política, seu alvo é o de sempre: as teorias dualistas inspiram invariavelmente políticas conservadoras de modernização. Onde a objeção por assim dizer inova (até em demasia) é no plano da teoria do conhecimento – imaginamos. Na raiz do modelo dualista operaria um modo de pensar contaminado por esquemas espacializantes: capitalismo metropolitano e escravismo colonial são concebidos “um ao lado do outro”, justapostos por uma “relação de exterioridade” que os concebe como termos discretos vinculados por uma causalidade linear. Como na tradição moderna espaço e reificação costumam andar juntos, não custa imaginar que relações internas que exprimam a natureza do processo são, ao contrário, visadas na sua verdade quando a forma do tempo passa para o primeiro plano – por certo não uma temporalidade qualquer, pois então não haveria meio de distinguir Bergson de Lukács, mas uma temporalidade que abra caminho para a negação interna e a contradição. Não será necessário subir tão alto na via da especulação. Noto de passagem que, sem se dar ao trabalho de afinar tanto a conceituação, a revisão uspiana da dualidade baterá justamente na tecla da contradição – estamos, portanto, em casa. Até chegarmos lá, registro a fórmula que resume o ponto de vista em nome do qual se objeta: “colônia e metrópole não



recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial”. Ninguém dirá que não, desde que se explique no que consiste justamente a particularidade dessa diferença interna – por onde retorna, vê-se logo, todo o problema de nossa singularidade colonial.

Isso não é tudo. A proposição que acabamos de citar, na sua generalidade, poderia ser subscrita pelos teóricos da Dependência, para os quais, com efeito, a dinâmica interna dos países periféricos é um aspecto particular da dinâmica mais geral do mundo capitalista, e esta por sua vez, deixando para traz justamente a oposição entre externo e interno, é resultado “tanto dos modos singularizados de sua expressão na periferia do sistema, quanto da maneira pela qual o capitalismo internacional se articula”<sup>53</sup>. (Como vimos uma das proezas de Roberto Schwarz consiste em tirar consequências estéticas de uma constatação como esta.). Se há um ponto em que até mesmo os críticos da Teoria da Dependência concordam, é que esta, juntamente com o mito da burguesia nacional, teria sepultado de vez os antigos modelos dualistas<sup>54</sup>. Todavia, Maria Sylvia não é desta opinião. A seu ver a Teoria da Dependência é responsável por um novo dualismo, tributário da velha

dicotomia cepalina entre sociedades hegemônicas e periféricas, e padecendo dos mesmos prejuízos políticos e práticos do modelo anterior (por exemplo, valorização tácita da industrialização capitalista e seus supostos conteúdos civilizatórios). Como a tese é apenas enunciada sem maiores detalhes, somos obrigados a conjecturar um pouco acerca dos seus possíveis motivos. Quem sabe porque os teóricos da dependência também insistiram na originalidade histórica das economias periféricas? Sem dúvida eles mostraram que o desenvolvimento latino-americano não era qualquer, mas capitalista, porém mostraram igualmente que se tratava de um capitalismo específico, isto é, formado numa situação periférica nacional. *Um certo capitalismo*, portanto<sup>55</sup>. Em suma, mais uma vez nos descobriríamos diferentes (do curso original do capitalismo central). Uma singularidade que ressaltaria por certo com muito mais força se retrocedêssemos até à ordem escravocrata: esta se formara sem dúvida em função da expansão do capitalismo mercantil, mas se é verdade que nunca fomos pré-capitalistas também aquela antiga ordem nunca se apresentou como um sistema capitalista “pleno”<sup>56</sup>. – Como se vê, para o gosto de Maria Sylvia Carvalho Franco, dualismo onipresente, redescoberto graças a uma revisão no mínimo drástica e inapelável do conjunto dos grandes esquemas explicativos do Brasil, sem exceção. Do outro lado, a expansão unidimensional do

53. Fernando Henrique Cardoso, “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?” (1970), in *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difel, 2ª ed., 1973, p.126.

54. Cf. Francisco Weffort, “Nota sobre a Teoria da Dependência” (1970), in *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 173. Para a crítica dependentista do modelo dualista, ver por exemplo Fernando Henrique Cardoso, “Industrialização, Dependência e Poder na América Latina”, loc. cit., cap. II. Para uma apreciação da “nova dualidade estrutural”, ver, do mesmo autor, “Imperialismo e Dependência na América Latina”, loc. cit., cap. IX.

55. Cf. João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp.25-27; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 139.

56. Como observou Fernando Henrique Cardoso em 1977, prefaciando a segunda edição do seu *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.16.

capitalismo. Resta a bifurcação uspiana, da qual Roberto Schwarz soube extrair os elementos para a composição do seu esquema histórico, nela incluída a própria autora da objeção de que partimos.

## 2

Com a publicação de *Um Mestre na Periferia do Capitalismo – Machado de Assis*<sup>57</sup>, renasceu espontaneamente a antiga acusação de dualismo. Só que desta vez o mal-entendido não parece ter futuro. Segundo seu mais recente crítico, Roberto seria vítima do “esquema binário do nacional e do importado”<sup>58</sup>. Rouanet reconhece, todavia, que nosso Autor não chega a adotar por completo tal esquema comprometedor, até porque suas análises contribuem de algum modo para desacreditá-lo, pois é fato que não teriam parte com o falso contraponto entre o autêntico e o imitado. Chega mesmo a conceder que seus problemas são novos, porém se apresentam desfigurados pela linguagem equívoca em que os formula – e essa linguagem é justamente a do dualismo, já presente de saída no título do livro, segundo Rouanet de clara filiação cepalina e dependentista. Nestas condições, apesar das ressalvas, o dualismo em Roberto seria um fato: “o Brasil e o mundo, nós e os outros, nossa realidade (de país periféri-

57. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

58. Sérgio Paulo Rouanet, “Contribuição para a dialética da volubilidade”, in *Revista USP*, n.9, 1991, p. 183.

co) e a realidade dos outros (de países centrais); atrás do título, existe o pressuposto de que os países do capitalismo periférico veem o mundo de um modo radicalmente outro, porque sua ‘realidade’ é outra”. Sem convertê-lo propriamente num ideólogo das *vantagens do atraso* – à maneira dos populistas russos do século passado ou dos nossos modernistas dos anos vinte – o argumento procura puxar Roberto para o campo do velho mito nacionalista do privilégio cognitivo das nações periféricas (uma espécie de sexto-sentido para a irrealidade das ideias metropolitanas), sem falar na insinuação de que alinharia, mau grado seu, com a versão conservadora do contraste entre o país real e o país oficial. Mas agora o ponto de apoio da denúncia do pecado dualista não é mais a homogeneidade sem brecha da expansão capitalista (embora a pressuponha), mas uma outra espécie do mesmo postulado universalista. Se a famigerada realidade brasileira compromete o universalismo da cultura moderna, pior para a dita realidade pois a universalidade do processo civilizatório não tolera desvios, o que é verdade na metrópole também deve ser na periferia. Ora, elevar a ilusória idiosincrasia local à condição de argumento, e ponto de vista implicado pelo conjunto de que, no entanto, discrepa, é próprio da “fobia ao universal” que sempre caracterizou o historicismo. Quer dizer, o raciocínio crítico de Roberto (que teima em nos roubar o direito de tratar sem maiores considerandos os grandes assuntos da literatura universal) é dualista por estar encharcado desta vez de historicismo. O reproche terá sua graça acrescida se notarmos que o cosmopolitismo ilustrado que o formula no fundo é variante mais etérea da velha sociologia funcionalista do desenvolvimento. No que Rouanet deve andar certo, se é verdade que o seu norte é a consumação sem resto do moderno. Sendo este

o empenho que deveria nos governar, vê-se que as questões infelizmente desvirtuadas pelo vezo historicista do crítico exprimem na verdade problemas de defasagem no “eixo temporal tradição-modernidade”. No que o dualismo acabou voltando ao seu lugar de origem. Mas não é isto o que importa, embora seja revelador: o que ressalta mais uma vez é o registro algo ressentido do desconforto que provoca a lembrança da modernidade recalitrante que nos distingue.

\*

Pelo visto, alguma coisa no pensamento literário de Roberto Schwarz atrai essa censura recorrente por vício de dualismo contumaz. Já sabemos qual seja, a convergência da sensação de dualidade e correlatos que o Brasil não cessa de renovar desde que inaugurou o ciclo de nação soberana de passado colonial, e da dialética *sui generis* que dá forma conceitual e estética ao movimento singular induzido por aquele mesmo dinamismo de mola dual. Por isso repito que não sei de desencontro mais ajustado ao que de fato está em jogo no referido pensamento literário, cujo arranjo inédito em nosso panorama literário não por acaso é responsável pelo sentimento muito vivo de dialética que provoca. Conhecemos também o paradoxo sob o qual pode se apresentar aquela convergência: de um lado a fraseologia dualista recusada finalmente pela nova ciência social, de outro a experiência continuada de nossa dualidade básica graças à mediação da forma artística, justamente identificada pelo melhor de nossa crítica dialética. Dentre as inúmeras contribuições decisivas de Roberto, a menor certamente não terá sido o ajustamento recíproco dessas duas perspectivas, sociológica e esté-

tica nos termos que se acabou de indicar. Vimos Antonio Candido dar-lhe o mote: qual no fim das contas o referente de uma forma literária, e mais arduamente ainda, de um romance brasileiro? Procurando dar uma resposta específica para o seu caso – a narrativa machadiana – Roberto mobilizará conhecimentos sobre o Brasil colhidos de preferência no marxismo renovado da ciência social uspiana do seu tempo: ora, nela saberá encontrar os elementos que lhe revelam a “matriz prática” da espécie de dualidade estilizada na transposição literária da experiência brasileira. Na primeira parte deste estudo mencionamos dois passos nessa direção: a crítica do Tropicalismo e a interpretação da poesia *pau-brasil*, duas formalizações de nossa dualidade que ficariam sem efeito caso não estivessem ancoradas num fenômeno consistente. Referimos a seguir outros mais no rumo do esquema histórico de que carecia, como mandava o programa dialético que em 1970 Antonio Candido enfim poria em prática. Ocorre que uma vez localizada e exposto o dito esquema, com ele reaparece a dialética em sua segunda acepção – *dialética negativa*, para falar como os clássicos –, e novamente vinculada à experiência intelectual da ambivalente dualidade brasileira.

### 3

A ideia nada simples de que a interpretação literária exige a elaboração de um sistema de mediações historicamente especificadas, na qual como sabemos se concentra o núcleo do programa materialista, comanda o raciocínio



crítico de Roberto Schwarz desde os tempos de sua primeira coletânea de ensaios<sup>59</sup>. Uma coisa, porém, é fixá-la como ponto de fuga, outra trocá-la em miúdos. Não que faltassem ali resultados críticos correspondentes às exigências do referido programa. Pelo contrário, tratava-se do primeiro livro brasileiro de crítica literária marxista a dar um passo além da mera alegação de princípios. A ressalva acima tem outro endereço e deveria ser reapresentada nos seguintes termos: uma coisa é pô-la em prática no estudo de autores europeus, outros quinhentos quando os autores na berlinda são brasileiros. Aquela altura o livro não conseguira tratar uns e outros por igual. A linha geral sem dúvida era a mesma: os problemas do Realismo e suas alternativas contemporâneas, examinados em função da coerência construtiva das obras, e o conjunto, à luz das grandes categorias explicativas da alienação moderna e seus antídotos. Mas não o relevo histórico das obras. Assim, no que respeitava à grande literatura europeia ali estudada, pode-se dizer que a vida do crítico se encontrava em boa parte facilitada pela sólida tradição social e intelectual de conhecimentos acumulados que balizavam o terreno histórico sobre o qual se erguia a experiência literária a ser decifrada. Um romance de Balzac, embora integralmente construído e carecendo de um esforço analítico equivalente, já se apresenta por assim dizer com a matéria social que lhe estrutura os conflitos previamente ordenada. Não era este o caso dos escritores brasileiros, onde quase tudo estava por fazer, a começar pelo básico: o reconhecimento do ritmo histórico singular de uma formação social em função da qual se organizara o siste-

59. *A Sereia e o Desconfiado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

ma das obras<sup>60</sup>. A par deste obstáculo substantivo, cuja consciência de resto custará a abrir caminho, é possível que também tenha pesado naquele livro de estreia algum propósito de ordem proflática: renovar primeiro o repertório da conceituação antes de abordar e redefinir a impregnação das obras pela cor local, um lugar comum de nossa crítica. Além do mais, não se tratava apenas da indispensável acumulação de recursos por parte do crítico, foi preciso que a experiência do país avançasse outro tanto, até que as implicações do subdesenvolvimento se desdobrassem por inteiro.

Não creio – para dar um primeiro exemplo – que Roberto renegue o que disse há trinta anos acerca do *Athena*, mas podemos imaginar o partido que tiraria hoje da confluência no livro entre “emoções enfunadas” e ferocidade naturalista, ou da contaminação exclamativa que aglutina num mesmo universo de inchaço retórico o narrador e sua vítima – para não falar na pesquisa que faria agora dos efeitos miméticos da composição, alinhados em perspectiva histórica com as demais modalidades de representação da realidade praticadas pelos nossos primeiros romances “realistas”. – Veja-se ainda o caso do *Grande-Sertão*. Comparando-o ao *Dr. Fausto* – onde o realismo do *Bildungsroman* é retomado em chave irônica –, Roberto observava que no romance de Guimarães Rosa a passagem do particular à consideração mais geral é direta, ao contrário do primeiro, cujo caminho na direção do universal não pode dispensar a interposição de uma camada histórica. Como, entretanto, a intenção original do

60. Estou me apoiando numa observação recente do próprio Roberto Schwarz, cf. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 29, 1991, p. 77.

livro brasileiro não é realista, a passagem imediata do regionalismo para o destino humano não é defeito, mas virtude. Isso em 1960. Hoje é provável que visse problemas nesse curto-circuito, no modo de um jagunço “especular ideias”, justapondo Heidegger e buriti, isto é, iria quem sabe bulir com um dos pontos de honra do pensamento literário nacional, nosso quinhão de universalidade direta. Quanto à fala, cujo fluxo segmentado tingiria de lirismo a articulação de relato épico e situação dialógica, Roberto sem dúvida manteria sua condição de experimentação estética acordada, como dizia para distingui-la da coreografia linguística aquém da consciência, praticada por seus pares contemporâneos. Só que agora<sup>61</sup> exploraria a afinidade entre o construtivismo da linguagem de Guimarães Rosa e a fala tradicional de uma população de iletrados, no que arrefeceria o ânimo vanguardista dos amigos da transgressão dos limites da linguagem. Mas àquela altura (1977) já estava armada a grande equação entre “atraso” passado a limpo e autocrítica da cultura burguesa.

#### 4

A imagem original do Brasil só entrará em cena num estudo de 1964 sobre o *Amanuense Belmiro*. Embora não forme sistema nem constitua o eixo da interpretação, podemos datar deste ensaio a primeira manifestação do

61. Como sugerido numa nota de *Ao Vencedor as Batatas*, ed. cit., pp. 166-167.

que virá a ser o raciocínio crítico brasileiro de Roberto Schwarz, cuja formação nos interessa descrever. – Analisando vinte anos antes no romance de Cyro dos Anjos a combinação muito brasileira de emprego público e arte poética – a liga singular de rotina e quimera de que tratará em crônica Carlos Drummond de Andrade –, Antonio Candido, depois de registrar na figura “sentimental e tolhida” do narrador a associação de blague desenvolta e resignação acanhada, chegou a identificar um mecanismo social de fabricação de literatos desfibrados pela prática cotidiana da introspecção, a que deu o nome de “belmirização”<sup>62</sup>. Trata-se do “fazendeiro do ar”, como denominava o mesmo Drummond um personagem característico de razoável fatia de nossa tradição literária, assim descrito por Roberto voltando ao assunto poucos anos depois: “o homem que vem da propriedade rural para a cidade, onde recorda, analisa e critica, em prosa e verso, o contato com a terra, com a família, com a tradição e com o povo, que o latifúndio possibilitara”<sup>63</sup>. Mas agora interessa menos destacar o desvio da linhagem rural, que afinal é de todos os romances e poemas que retratam o declínio de nossa ordem patriarcal, do que a lógica da referida “mistura belmiriana”. Para começar, o sempre repisado contraponto entre o campo e a cidade se resolve numa direção pouco estudada. Como não há transformação radical entre passado rural e presente urbano, onde se esperava conflito e desintegração, há promiscuidade entre o tradicional e o moderno que o prolonga. Por ser uma extensão do privi-

62. Cf. Antonio Candido, Prefácio a Cyro dos Anjos, *O Amanuense Belmiro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 7a ed., 1971. Trata-se de um estudo reproduzido de *Brigada Ligeira*.

63. “Cultura e Política, 1964-1969”, op.cit., p.92.

légio rural, observava Roberto, a sinecura em que o burocrata lírico se instalou por mão de deputado é o posto menos urbano da cidade. O avesso dessa continuidade se exprime nos *inconciliáveis* que convivem na contemporização de nascença do amanuense: “o democratismo e o privilégio, o racionalismo e o apego à tradição, o impulso confessional, que exige veracidade, e o temor à luz clara”. Não se veja nestes pares antitéticos a mola de um desenvolvimento dramático que de qualquer modo não terá lugar, barrado pela perspectiva acomodaticia do funcionário da Seção do Fomento Animal, mas os ingredientes da mistura que nos está ocupando. Essa a *duplicidade* que interessa reter, realçada pela ironia de segundo grau do narrador, que lhe fixa o perfil bem como o movimento dos demais personagens. Dou a seguir o inventário de incongruências estabelecido por Roberto: literato democrata e racionalista, Belmiro ri do avô patriarca, cujo extinto brilho rural, no entanto, o esmaga; moça politizada e emancipada sonha com irmãos que lhe defendam a honra; rapaz arrivista embriaga-se com tiradas nietzscheanas; já o pai de família é antes de tudo um filósofo, mas filósofo cujo élan especulativo é ameno (ou descabelado) o bastante para recomendá-lo a quem de direito e adiantar-lhe a carreira. Assim discriminada, a *mistura belmiriana* é um retrato do Brasil, no qual desponta uma constelação dual cujos componentes se desautorizam reciprocamente. Mesmo central e destinada a um grande futuro explicativo, esta visão ainda não constitui o nervo da demonstração. O seu recém descoberto poder de revelação serve por enquanto apenas para reforçar o horizonte polémico delineado no ciclo de ensaios anterior, a saber: a duplicidade em questão é responsável pela graça que veio enfim animar o brejo das almas, mas por outro lado em-

perra o desdobramento realista dos opostos que combina, a presteza modernista da prosa manobrando por entre os inconciliáveis não leva a nada, a imobilidade é a sua figura final. O que em Machado de Assis estava a serviço da sondagem desabusada da experiência brasileira, tornou-se com o tempo instrumento de uma “estética da acomodação”. Sob esta forma amortecida, Roberto topava pela primeira vez com o seu esquema.

Três anos depois, encontramos nosso Autor estudando a carpintaria de uma peça atual desse mesmo teatro ideológico. Trata-se de um raciocínio político que para variar rende conforto a nacionalistas, proprietários e militares. Nisto evidentemente não é novo. O que o distingue, para além da prolixa derivação do repertório clássico da esquerda para um abstruso programa de direita, é o empenho muito enfático na composição heteróclita do argumento, como se nada do espectro mundial quanto do miudamente local merecesse ficar de fora. Assim, os escritos políticos comentados por Roberto “valem-se com frequência da lição de Lênin, Trotski, Gramsci e Rosa Luxemburgo; entretanto são publicados com destaque no Estado de São Paulo, que não é um jornal de esquerda. Filiam-se ostensivamente à tradição marxista – um dos subtítulos é *Que Fazer?* – mas concentram sua esperança nas Forças Armadas, rebatizadas de proletários do sistema. Batem-se pela independência dos povos, e também pela expansão imperialista do Brasil. São conspiratórios, mas destinam-se ao grande público. Baseiam-se num esquema de luta de classes, e propõem a união nacional”<sup>64</sup>. O que pensar desse imbróglio? Não se trata apenas de falta de lógica. Embora Roberto não tome esse caminho, do

64. “Sobre o Raciocínio Político de Oliveiros S. Ferreira”, *ibid.*, p. 35.

qual fornece não obstante as principais coordenadas, não é difícil reconhecer nesta amostra de subversão edificante e oficial uma variedade da mistura belmiriana de incompatíveis evocada linhas acima. Mais especificamente, recorde-se a abertura do *Amanuense*, cujo teor o seu tanto levitado é parafraseado por Roberto em dois tempos: “com poucas linhas vemos um bar de parque, soldados e mulatas indo e vindo, mesas de ferro, o cervejeiro alemão, música de vitrola, povo dançando, uma roda de chope”. Em suma, um trecho de carnaval modernista, assim condensado pelo crítico, que apenas cita: pretos reforçados, cabra gordo, de melenas, garçons urgentes, proletariado negro, filosofia e teologia, vitrola, mulatas dengosas, conduta católica, Regimento de Cavalaria, alemão do bar”. Confusão democrática? Fraternalismo sentimental? Promiscuidade pau-brasil? De qualquer modo, o conflito social apenas esboçado é abafado por uma prosa que a todos festeja cordial e indistintamente, porém em termos tais que nela se anuncia a pista dupla por onde corre a “chispa desembestada” do raciocínio político que estamos tomando como um sintoma do desconcerto brasileiro redescoberto pelo crítico. Considere-se então a observação preciosa de Roberto, reconhecendo na “enumeração desafinada” do amanuense um “parente ancestral do discurso revolucionário”, porém caracteristicamente abasileirado: “Operários, Sargentos, Camponeses, Estudantes, Minhas Senhoras e Meus Senhores”. Ora, não é outra a saudação de fundação do clube unanimista” visado pelo esquema político em questão, cuja atmosfera Brasil-velho todos adivinham juntamente com o arremate fascista onde se encaixam camadas geológicas distintas, golpismo e infantilismo pau-brasil. Novamente o olho clínico de Roberto para os nossos contrastes rebarbativos: são membros do

referido clube belmiriano, “o Revolucionário, a professora D. Nicota, Olavo Bilac, as Forças Armadas, os oradores oficiais da Agricultura, da Indústria e Comércio” – esperando pelos tipos bifrontes de Machado de Assis.

\*

Esses passos preparatórios na direção do referente básico de nossa literatura só começaram a somar na virada dos anos 1960 para os 1970. Dois momentos pesaram e com eles já travamos conhecimento na primeira parte deste estudo, o balanço da experiência político-cultural depois de 1964 e a publicação de “Dialética da Malandragem”. No primeiro deles, o registro do disparate revelador: em 1964 simplesmente saiu às ruas a mistura belmiriana de incompatíveis. A acomodação desconforme de antigo e moderno que a crise precipitara e monumentalizara era de fato uma constante de nossa formação, como atestava, revista num relance decisivo, o conjunto de nossa história literária. Por outro lado, o novo surto de modernização conservadora ao mesmo tempo em que inscrevia o atraso do país na atualidade internacional, exibiu um vínculo inédito entre dualidade e dependência, entendida esta última como o desenvolvimento do descompasso estrutural expresso pela primeira. O golpe de vista em que o crítico revelaria a sua força consistiria em redescobrir o primeiro capítulo dessa constelação na armação da narrativa machadiana, deixando-se levar pelo fio condutor da sintaxe binária do sistema cultural brasileiro, sobre cuja gênese o desfecho de 1964 lançara nova luz. O lugar da forma na fixação dessa constelação caberia então ao ensaio de Antonio Candido indicar – lição que Roberto estava agora preparado para tirar.

Algo do balanceio caprichoso entre dois polos antitéticos, porém entrelaçados – que Antonio Candido não temeu chamar de Dialética, na acepção que estamos tentando ilustrar – está presente no princípio formal dos romances machadianos da segunda fase. Segundo ele mesmo assinalou em mais de uma ocasião, foi graças a uma página de Augusto Meyer que Roberto Schwarz atinou com o verdadeiro nome daquele princípio: ele codifica a fala de um “homem volúvel”. Trata-se de um achado característico da crítica de escritor, como o próprio Roberto rebatizou o impressionismo de autores que “faziam da fixação e denominação das impressões mais finas uma finalidade da escrita”, uma maneira de se reconhecer tacitamente a “força cognitiva da sensibilidade e da capacidade de expressão do leitor culto”. “Quase toda obra de Machado de Assis”, escrevia Augusto Meyer, “é um pretexto para o improvisado de borboleteios maliciosos, digressões e parênteses felizes. Fez do seu capricho uma regra de composição”<sup>65</sup>. Salvo uma outra observação preciosa acerca da imobilidade em que se resolve essa movimentação acelerada – “a aparência de movimento, a pirueta e o malabarismo (...) toda essa trepidação acaba marcando passo” –, à qual voltaremos com nosso Autor, aquela primeira notação não progrediu. É que onde havia método, Augusto Meyer sentiu apenas “uma certa impotência para a narrativa realista de fôlego”<sup>66</sup>. Na direção oposta, Roberto verá nas manhas

65. Augusto Meyer, “O homem subterrâneo”, in *Machado de Assis*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935, p. 9.

66. Roberto Schwarz, “Complexo, moderno, nacional e negativo”, in *Que Horas São?*, ed. cit., p. 115.

narrativas do romancista uma Forma, na acepção materialista que se acabou de lembrar, a um tempo princípio de construção do livro e estilização de dinamismos sociais.

Vejamos primeiro a caracterização da composição que depois o orientará na síntese dos conhecimentos necessários à identificação da forma social correlata. A denominação exata de Augusto Meyer deu-lhe a pista de que carecia: a voz narrativa que rege a composição é uma *fala volúvel*. Mas ainda não sabemos no que consiste exatamente essa volubilidade do narrador. “Este não permanece igual a si mesmo por mais de um curto parágrafo, ou melhor, muda de opinião, de assunto ou de estilo quase que a cada frase”. São viravoltas sobre viravoltas que comandam tudo o mais, enredo, caracteres, mescla de estilos, etc. Qual a lei desse movimento caprichoso? Segundo Roberto, ele se pauta pelo constante desrespeito de alguma norma, a começar pelas convenções literárias de que depende o senso realista da verossimilhança – e, no entanto, como mostrará adiante, não poderia ser maior o valor mimético dessa construção mercurial. Assim, em poucas linhas Brás Cubas “finge de morto, de metódico, de paradoxal e de elegante”; a seguir, será cínico, indiscreto, charlatão, sucedendo-se negações, insultos e apelos ao esnobismo do leitor. Considerem-se as habilidades retóricas do defunto autor: “prestígio e desprestígio estão juntos na impostação da linguagem, convivência que é de todos os momentos, e atrás da qual triunfa o narrador, que brilha sempre duas vezes, uma quando assinala os próprios méritos retóricos, outra quando ri do seu caráter desfrutável”. As mesmas idas e vindas balizam os juízos sobre a conduta ilustrada: “a todo momento Brás exhibe o figurino do *gentleman* moderno, para desmerecê-lo em seguida, e voltar a adotá-lo, configurando uma inconsequência que o



curso do romance vai normalizar”. De sorte que este mesmo figurino ora é acatado respeitosamente, ora é alvo de escárnio, ora funciona como norma indispensável, ora como trambolho. Essa alternância entre valorização e desprezo, baliza evocada para logo ser descumprida, cristaliza uma oscilação de critério na origem do movimento de báscula que Antonio Candido talvez batizasse de *dialética da norma e da infração*, também aqui definida por uma combinação peculiar de antagonismo e acomodação. Alternadamente uma norma é juiz e objeto de capricho, critério de realidade e vítima de um desacato qualquer. Não por acaso o narrador sempre brilha duas vezes, pois a sua supremacia não é qualquer, mas rigorosamente calculada segundo dois pesos e duas medidas. Numa palavra, “a dualidade de critérios é constitutiva da forma e da inquietação do romance machadiano; ela é a hélice que o empurra” – para onde, ainda não sabemos. Este o outro achado de Roberto, o andamento binário da volubilidade, marcado por “alternativas, paralelismos, antíteses, simetrias, disparidades”. Até mesmo a adjetivação se dá aos pares, onde mesmo os termos que aparecem isolados têm um par implícito, onde não há ponto de vista que não seja duplicado pela sua antítese. Em suma, o regime da volubilidade é dual. Mais *uma vez vemos dualidade e dialética convergirem no mesmo princípio formal*. Como lembrado, uma dialética original, sem contradição à vista; uma dialética de ritmo binário, sem síntese, uma espécie de reino do *renversement du pour au contre*, e vice-versa. Resta determinar o referente que lhe dá sentido.

## 6

Digamos que para dar o próximo passo Roberto precisou repassar alguns capítulos de sua formação, nos quais se dispunham os conhecimentos sobre o Brasil que pediam unificação à luz dos modelos compositivos machadianos. – Roberto tornou-se crítico literário. à sombra de um empreendimento muito pouco literário. Ou melhor, simplesmente teve o pressentimento (raro entre seus pares) das implicações literárias da revisão então em curso dos grandes modelos interpretativos das origens do Brasil contemporâneo, tarefa programada por um grupo de jovens assistentes uspianos na virada dos anos 1950 para os 1960. Como um crítico literário não pode viver só de literatura, sobretudo no Brasil, Roberto procurou de preferência a companhia de sociólogos, historiadores, economistas, e até mesmo de alguns filósofos: lia com eles *O Capital*, num seminário que ficou justamente famoso pelo que rendeu na reformulação da imagem do país<sup>67</sup>. Ora, nada se compreenderia de nossa marcha recalitrante para o moderno enquanto não se passasse a limpo a combinação brasileira de capitalismo e escravidão.

Quando no início dos anos 1960 Fernando Henrique Cardoso (o primeiro a tirar consequências do referido Seminário) abordou o nexos espinhoso capitalismo-escravidão, encarou-o de um ângulo por assim dizer clássico<sup>68</sup>. Havia de um lado o ensino de Florestan Fernandes, mas surgira por outro lado um marxismo renovado pela leitura heterodoxa do *Capital* e pela tradução recente de

67. Deste Seminário, Fernando Henrique Cardoso dá notícia no Prefácio da 2ª edição do seu *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, ed. cit.

68. Cf. tese supracitada.

*História e Consciência de Classe*, onde imperava o ponto de vista da totalidade e a fluidez dos processos impulsionados pela contradição contra a fachada objetivista da reificação. Como Fernando Henrique não remonta até o período colonial, mas se detém no momento de crise da empresa escravista do nosso oitocentos, pode-se dizer que o seu assunto vem a ser a hora da verdade da “dualidade estrutural” detectada por Florestan Fernandes a partir da Independência. Muito caracteristicamente da parte de um leitor novo do Lukács dos anos 1920 (para não falar no Sartre da *Crítica da Razão Dialética*), a relação nada linear entre capitalismo e escravidão é visada de início através dos limites da consciência social possível de nossas camadas dominantes. Àquela altura, sendo a economia escravista uma economia do desperdício, e neste sentido, anticapitalista, o imperativo correlato de ocupar em permanência o escravo, ao gerar em consequência a ilusão do trabalho racionalmente produtivo, subtraía à consciência dos senhores as desvantagens de um regime de produção ao qual deviam, no entanto, mando e fortuna. Deste enredo em que cada sistema social de produção ocultava a realidade do outro, Fernando Henrique não extraía, porém, nenhuma consequência para nossa vida ideológica. Ou melhor, raciocinava ainda em termos de obstáculos ideológicos, como mandava o figurino herdado de Florestan: “o sistema escravocrata, numa economia mercantil que visa o lucro, encobre para o proprietário de escravos o sentido real da produção capitalista e impede o pleno florescimento do capitalismo”. Numa palavra, questões de consciência à parte, capitalismo e escravidão se inviabilizam reciprocamente. Onde o quadro acomodatório da dualidade deixava entrever uma enigmática convivência há agora *contradição* pura e simples. E, no entanto,

ela se movia. Não basta, entretanto, redescobrir nos fatos (embora não seja coisa desimportante) que contradição e movimento se implicam mutuamente. Uma coisa é provar por  $a+b$ , recapitulando a conceituação da teoria do valor-trabalho (como fora destrinchada no Seminário Marx), que um sistema de produção escravocrata-capitalista é uma contradição nos termos e que portanto uma empresa escravista visando lucros que se realizam no mercado está por definição condenada, outra coisa é reconhecer que na prática nem sempre foi assim: durante alguns séculos o regime escravista funcionou adequadamente a serviço da produção mercantil num quadro de capitalismo comercial em pleno desenvolvimento. Retendo apenas a contradição lógica, verdade que estudada na forma histórica do seu limite verdadeiro, Fernando Henrique se restringiu a constatar o fato, ficou assim devendo a explicação do movimento global que conjugava os dois períodos.

Reeditando o livro em 1977, Fernando Henrique volta a bater na tecla da contradição. (Mas agora já tinha bem presente a síntese a que chegara nesse meio tempo Fernando Novais, que recapitulo mais adiante). Nosso capitalismo-escravista foi a um tempo dinâmico e contraditório. O dinamismo lhe vinha de sua origem histórica, a expansão mercantil, em função da qual desenvolveu-se a escravidão moderna, um conjunto de relações de propriedade, técnicas, instituições, valores, etc. Já a contradição viria com o tempo: não é que ela não date da própria instauração do complexo, mas de fato só se apresenta no momento da decomposição, quando as modificações do capitalismo transformam a relação servil num obstáculo ao avanço do sistema produtivo. No fundo, a contradição menos explica do que assinala a presença combinada de elementos incompatíveis que a história reuniu. O que era afinal o Brasil

colonial? Uma economia de forma capitalista e base escravista<sup>69</sup>. Uma outra distinção de categorias no entanto ajustável aos velhos modelos dualistas – se é verdade que para funcionar a contradição exige no mínimo a divisão em dois. Por este ângulo compreende-se que tenha insistido no caráter incompleto do capitalismo de base escravista do nosso oitocentos e que tenha retomado a antiga terminologia de castas e do patrimonialismo para designar escravos e o mundo dos senhores. Alguns anos antes, repassando outra vez este assunto então obrigatório, o mesmo Fernando Henrique acrescentara ao repertório da casa a descrição de Genovese, que via no capitalismo escravista um “paradoxo”: como Inglaterra e Holanda teriam desovado um modo de produção arcaico no exato momento em que promoviam o seu, mais avançado?<sup>70</sup>. Porém Fernando Henrique, com razão, apenas registra a variante para retomar o vocabulário da contradição, ampliado, todavia, de maneira mais drástica. Recapitulo brevemente começando pelo capítulo das negativas. Nossos produtores coloniais não eram pré-capitalistas pois deviam a existência à expansão do capitalismo comercial; tampouco era “antigo” nosso escravismo, pois o primeiro jamais se estruturou como parte de um sistema de produção mercantil de âmbito mundial; também seria um disparate imaginá-los feudais, na ausência de domínios, servos e relações de vassalagem (para dizer o mínimo); muito menos chegaram os ditos produtores coloniais a

69. Uma distinção inspirada em Hobsbawn, cf. Introdução a Marx, *Formações Económicas Pre-capitalistas*, Córdoba, Cuadernos de Passado y Presente, 1971.

70. Cf. Fernando Henrique Cardoso, “Classes sociais e história: considerações metodológicas”, in *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1975.

constituir uma burguesia agrária, porque afinal não exploravam a mais-valia de assalariados. Mas o que era então o nosso Antigo Regime? (Fernando Henrique não via nenhum mal em adotar a expressão predileta de Florestan Fernandes). Na falta de melhor, fala tanto em capitalismo colonial como em escravismo colonial. Só que agora o capitalismo não pode mais ser apresentado como um bloco homogêneo contraposto à nebulosa do pré-capitalismo. Ele será muitas coisas e também o seu contrário: entre outras, a produção manchesteriana e o sistema industrial-estatal de Colbert, o monopólio d’El Rey e a escravidão nas Américas, os *enclosure acts* e a irracionalidade do capital variável congelado na mão de obra escrava, etc. Éramos, portanto, parte de um sistema com duas caras, nem integralmente capitalistas, nem simplesmente pré-capitalistas. Capitalistas? Escravistas? Éramos e não éramos, ao mesmo tempo-essa a nossa ambivalente existência bifronte. Voltamos assim à terra natal da dualidade, agora passada a limpo na língua da contradição: os termos que a compõem não se encontram mais justapostos, porém “contraditoriamente relacionados”.

Pela mesma época, Octávio Ianni também traduzia nos termos enfáticos da contradição a dificuldade de conceituação de um conjunto de elementos independentes e antagônicos. Mais uma vez: o “paradoxo” que reside na articulação de trabalho livre na Metrópole e trabalho escravo na Colônia se transforma em contradição estrutural com a Independência e a preeminência do capitalismo industrial no sistema econômico mundial – como queria mais ou menos Florestan Fernandes que, no entanto, preferia falar em “dualidade”<sup>71</sup>. – Em contrapartida, veja-se

71. Cf. Octávio Ianni, *As Metamorfoses do Escravo*, São Paulo, Difusão Eu-



o que escrevia Paula Beiguelman, se não me engano, por volta de 1967. A rigor, dizia, o escravismo moderno é essencialmente capitalista. Um só e mesmo modo de produção no centro e na periferia? Por enquanto não, o esquema ainda é uspiano e clássico – onde, segundo Gorender, há um pouco de tudo: sobras do dualismo tradicional, hipóteses acerca de um assim chamado capitalismo incompleto, integracionismo, etc.<sup>72</sup> Voltando: de um ponto de vista lógico (novamente) o capitalismo está de fato centrado no trabalho livre, porém este mesmo sistema (aí o enigmático paradoxo de sempre) reinventou o trabalho escravo na sua franja colonial. Isto posto, como explicar a destruição do capitalismo escravista, que não pode ter perecido por inconsistência lógica. Esta a brecha por onde se reintroduz o balanceio dual do esquema binário cujas metamorfoses estamos acompanhando: por um lado – prossegue a Autora – não procede a ideia de uma depuração progressiva do sistema, o capitalismo não elimina o regime escravista de produção como outrora suplantou o feudalismo, o escravo africano é uma criatura sua; por outro lado, também não se pode dizer que o capitalismo se estendeu até a periferia colonial, onde justamente ele tomou a forma esca-

ropeia do Livro, 1962; *Escravidão e Racismo*, São Paulo, Hucitec, 1978. Neste último livro, discrepando da abordagem inclusiva do sistema colonial, não descarta uma visão por assim dizer autárquica da economia colonial: a contradição na berlinda não se manteria se não fossem as colônias formações sociais amplamente articuladas internamente. No que se aproxima em parte da posição de Antonio Barros de Castro, para quem o sentido da colonização seria imanente, cf. do autor, “A economia política, o capitalismo e a escravidão”, in José Roberto do Amaral Lapa (org.), *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980. Para um levantamento das posições em confronto acerca da natureza capitalista ou não da formação colonial brasileira, ver Sedi Hirano, *Pré-capitalismo e Capitalismo*, São Paulo, Hucitec, 1988.

72. Cf. Jacob Gorender, *op. cit.*, cap. XV.

vista para se realizar enquanto tal<sup>73</sup>. E assim por diante. Recordo para arrematar que Fernando Henrique também chegou a formular a questão nestes mesmos termos lógicos: no contexto único do capitalismo colonial moderno, a produção mercantil capitalista encarna o geral, cabendo às formas de organização da produção colonial encarnar a particularização dessa generalidade. Daí a contradição.

## 7

Ao estudar a economia cafeeira do século XIX, digamos que a ambição de Maria Sylvia de Carvalho Franco, de onde partiu a objeção que nos serviu de ponto de apoio, tenha sido a de extirpar a raiz mesma dessas ambiguidades o pensamento dualista, do qual o episódio uspiano seria apenas o capítulo mais próximo e melhor camuflado<sup>74</sup>. Para começar, fica entendido que a simples presença do escravo na fazenda de café não é suficiente para definir um modo de produção que lhe seja congruente. Vinculada ao conceito inclusivo do capital, a escravidão não só não é nem de longe o princípio unificador do sistema colonial,

73. Cf. Paula Beiguelman, *Pequenos Estudos de Ciência Política*, São Paulo, Pioneira, 2ª ed., 1973, cap. I, “Sobre o Problema do Escravismo”.

74. Além do já mencionado *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, refiro-me ainda à tese de livre-docência *O Moderno e suas Diferenças*, USP, 1970, e ao estudo “Organização social do trabalho no período colonial”, *Revista Discurso*, São Paulo, Hucitec, n. 8, 1978. Para uma apreciação crítica desse conjunto de ideias, ver J. Gorender, *op. cit.*, pp. 307-309, e José Roberto do Amaral Lapa, *O Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 92-96.

mas ressurgiu definida como categoria puramente econômica. Tudo bem considerado, ressalta a sua coerência exclusiva com a produção capitalista. Quanto a esta última, ela não se refere apenas à subordinação da expansão colonial ao capitalismo comercial, como se enfatiza desde os tempos de Caio Prado Jr., mas à nossa assimilação sem resto ao núcleo europeu. Colônia e metrópole são desenvolvimentos particulares do capitalismo, lucro e acumulação vigoram nos dois hemisférios. Fica, portanto, estabelecida a modernidade da colonização portuguesa, e com ela, a impropriedade da aplicação ao caso brasileiro da tipologia característica da bipartição dualista. Reconsidere-se por este prisma o latifúndio colonial. Os dois princípios que lhe regem a atividade econômica-produção direta de meios de vida e produção de mercadorias não existem um sem o outro, ou melhor, produção e consumo diretos só encontram sua razão de ser na atividade mercantil. Não chegam, portanto, a configurar uma dualidade, nem mesmo integrada ou intrínseca, como queria Ignácio Rangel. Tampouco podemos dizer, à maneira da sociologia funcionalista, que se contrapõem no Brasil de ontem dois tipos de sociedade, uma escravista e tradicional, outra capitalista e moderna. Decididamente não somos uma coleção de sobrevivências, arcaísmos, resíduos, etc. Assim sendo, a única categoria que nos convém é a da unidade: “o ressurgimento da escravidão, o desenvolvimento do trabalho livre, a formação da burguesia, a constituição do empreendedor colonial são categorias unitariamente determinadas: nos tempos modernos, uma não existe sem a outra”. A ciência social uspiana do tempo não diria que não, pelo contrário, veria neste arranjo sistemático a sua marca de origem, salvo evidentemente no que concerne a determinação unívoca do empreendedor colonial,

burguês de nascença. Por isso mesmo, Maria Sylvia irá se inspirar no retrato weberiano dos nossos potentados do café, raça dura, industriosa e frugal, tomada pela compulsão do lucro, alheia ao consumo supérfluo e aos vagares do lazer fidalgo: sob o tipo clássico do latifundiário escravocrata, fará emergir o chefe de empresa impessoal e sua vontade inteiriça de aquisição econômica. Nestes termos, não se pode mais apresentar nossos grupos dominantes como uma formação estamental, como queriam Florestan e discípulos. Procede desta linha de raciocínio a reabilitação do trabalho, contrariando frontalmente um dos grandes lugares-comuns da historiografia, que o supunha desqualificado por definição numa ordem escravocrata: longe disso, como a vida de senhores e escravos transcorreu vinculada a uma unidade de produção, onde se perseguia de maneira sistemática a aquisição econômica de vulto, nem o trabalho nem a atitude lucrativa se apresentavam como uma ocupação infamante.

Tudo isso quanto a um dos extremos da caracterização. É bom salientar que a própria Autora se encarregará de reequilibrar o argumento, restabelecendo o balanço típico das exposições clássicas. Retome-se o exemplo do trabalho, sobre cuja compra e venda no mercado edificou-se a conceituação básica da Crítica da Economia Política: neste capítulo, diz a tese mais ostensiva do livro, dá o tom reinante na sociedade brasileira o latifúndio enquanto empresa mercantil administrada centralizadamente pelo proprietário, daí o imperativo do trabalho presente nas camadas dominantes, agravado pelo estado de grande penúria em que o café encontrou paulistas e fluminenses, meio favorável a uma certa indiferenciação social e quebra do rigor na depreciação do trabalho; situação muito específica à qual se confronta o contrapeso

genérico da ordem escravocrata, atenuando-se o juízo anterior: de fato, não se pode desconhecer que a presença da escravidão acarretou a degradação da noção de trabalho, de sorte que, como era afinal de se esperar, este último “aparece contraditoriamente desqualificado e valorizado, refletindo as oposições fundamentais daquela sociedade”. Que não era, portanto, unidimensional. Assim, as ambiguidades extirpadas com uma das mãos renascem plantadas pela outra. Não somos por certo uma ordem neutra onde se justaporiam dois setores distintos, um tradicional e um moderno, nem a grande propriedade fundiária se deixa dissociar numa “comunidade” de autoconsumo fechada sobre si mesma e numa “sociedade” mercantil aparelhada para os negócios internacionais; não é menos verdade, todavia – acrescenta a Autora – que fomos um amálgama de escravidão e produção para o mercado, ajustamento original que se fez acompanhar por um cortejo de ambivalências. Veja-se a ruína que se abateu sobre a antiga zona cafeeira. Não se pode dizer sem mais que ela se deve à marcha da “modernização”, pois a corrosão foi interna e a “tradição” que precipitou o declínio foi a mesma que serviu aos requisitos “modernos” do lucro. Arruinou-se então por coerência com a produção capitalista; o colapso não se prende, portanto, às “propriedades deletérias universais da escravidão”, mas à sua ligação específica com a agricultura comercial dos tempos modernos, de sorte que o teor destrutivo da escravidão é “função de seu aproveitamento ditado pelos cânones capitalistas”.

Ninguém nos círculos uspianos onde se reestudava o nexos brasileiro entre capitalismo e escravidão diria o contrário, até porque fora ao longo desse raciocínio coletivo que se consolidara a ideia de que o trabalho escravo tendia a desaparecer à medida em que se firmava o modo de produção que o reinventara nas colônias. Voltamos desse modo à

linguagem do obstáculo, tão característica do estilo que se queria arquivar por vício de dualismo. E também ao jogo de balança de nossa identidade: como foi central a componente mercantil não chegamos a compor uma ordem propriamente estamental, mas tampouco completou-se entre nós o processo de formação de uma sociedade de classes, freou-o justamente a presença da escravidão, como se conclui no fim do livro. Se passarmos agora ao plano mais longínquo das categorias inclusivas, veremos que a unidade que tomou o lugar da antiga dualidade não é qualquer, verificaremos (sem surpresa) que nela se exprime uma “síntese difícil”, um “nexo íntimo” entre padrões e práticas no mínimo díspares. Veja-se o destino da bipartição funcionalista entre produção (tradicional) para subsistência e produção (moderna) para o mercado: como no Brasil as áreas ditas “atrasadas” tiveram sua constituição e caráter determinados ao mesmo tempo que as práticas capitalistas, elas formam um “conjunto unitário”. Unificando-se esses dois princípios montou-se a sociedade brasileira: quer dizer, onde se falava de dualidade básica, fala-se agora de “contradição básica” – enfim, o discurso da “contradição” cuja introdução na cena uspiana referimos acima. Sem dúvida contradição que brota da “coerência” deste novo mundo (trabalho escravo) com o velho de além-mar (trabalho livre), coerência de incompatíveis que se ajustam exatamente numa “unidade contraditória”. Não estou querendo dizer que falar de “dualidade” como antigamente, integrada, intrínseca, estrutural ou o que seja, dê no mesmo. É que não pode se dar, e funcionar, uma “unidade de contrários” sem uma estrutura binária que a ponha em movimento. – Isto posto, e para que não se diga que o novo discurso da contradição é apenas uma maneira de falar e assim deixar subsistir a antinomia, seria bom trocar em miúdos essa “unidade contraditória”, onde há e não há dualidade.

## 8

Esse em linhas gerais o conhecimento histórico acumulado na revisão uspiana do dualismo e do qual se deveria então tirar as consequências estéticas cabíveis. Uma coisa, porém, era orientar o andamento binário da composição machadiana para a contradição básica que desde a origem articula a sociedade brasileira, outra atinar com o mecanismo específico que em princípio deveria lastrear a volubilidade mercurial do narrador. Sobre um fundo de antagonismos, esta última supõe, no entanto, coexistência e reversibilidade constante, enquanto a contradição pura e simples exige crise e superação. De sorte que, à primeira vista, poderíamos revirar indefinidamente o nexo capitalismo-escravidão sem dar com o movimento objetivo exigido pela forma anteriormente identificada.

Deu-se então o inesperado – do ângulo do mal-entendido de que partimos, e não vistas as coisas do lado dos conhecimentos coletivamente acumulados. Justamente um achado de Maria Sylvia forneceu a chave da correspondência procurada – achado aliás pelo próprio Roberto Schwarz, como referiu em mais de uma ocasião<sup>75</sup>. Trata-se de uma espécie de compêndio de todas as ambiguidades decorrentes da vigência concomitante dos dois princípios “essencialmente opostos” e, no entanto, reguladores da atividade econômica, como se viu páginas atrás: o sistema bipolar em que gravitava o *favor* praticado pelas classes proprietárias em nossa ordem escravocrata. Por mais que Maria Sylvia insistia em renegar sua descoberta, rebatendo os vínculos da dominação pessoal sobre o comportamento

impessoal da prática lucrativa burguesa, achatando assim o possível relevo de nossa vida ideológica, fiquemos com as razões que lhe ditaram a versão original, que a seguir resumo. – Assim como a presença da escravidão bloqueou a formação de uma sociedade de classes, também impediu que a relação entre proprietários e homens livres e pobres (que não estavam obrigados a vender sua força de trabalho) assumisse generalizadamente um caráter mercantil. Incompletamente expropriado, o agregado podia viver de favor em chão (ou teto) alheio, mas só até o momento, imprevisível, em que a pressão econômica do ganho voltasse a exercer o seu império. Essa a experiência que se tinha de um proprietário que era ao mesmo tempo senhor de escravos, experiência de um *duplo jugo* (grifo meu). O destino de um homem pobre e dependente era assim um campo de provas onde se manifestava a famigerada unidade contraditória que nos definia. Era portanto a vítima de um mundo regido por “dois princípios diferentes (grifo meu) de ordenação das relações sociais, que se articularam e tiveram efeitos deletérios recíprocos”: as associações morais pelas quais se pautava um sistema autoritário de vinculação entre os homens livres, e a atividade lucrativa que cimentava relações de interesse. Mas não era esta a síntese antitética que unificou lar e negócios, núcleo doméstico e empresa mercantil, no latifúndio colonial? Acresce que a ordem escravocrata tornava dispensável a existência de quem vivia de favor, de sorte que a dominação que se expressava na obrigação moral era uma graça que podia ser retirada a qualquer momento. O senhor não só definia a natureza dos laços que o uniam a seus dependentes como podia transgredi-los impunemente segundo a sua conveniência, agindo ora como patriarca, ora como homem de negócios — segundo exatamente as duas componentes

75. Cf. p.ex. “Machado de Assis: um debate”, loc. cit., p. 83; *Ao Vencedor as Batatas*, ed. cit., p. 109, nota 3.

antagônicas que lhe balizavam a propriedade, autoconsumo e produção mercantil. Digamos então que apelando alternadamente para cada um destes dois princípios “essencialmente opostos”, o proprietário esmiuçava no seu instável comportamento de duas faces a contradição a que se referem as categorias inclusivas da unidade, unidade de duas práticas que se negam e determinam reciprocamente. Podemos dizer também que o referente da unidade contraditória na qual nos reconhecemos é essa gangorra sem fim entre opostos que se revezam sem nunca se anularem num denominador mais alto. Ou por outra: chamemos se quisermos este último de coerência com a ordem capitalista mundial, apenas enunciada, teremos que reparti-la nas suas duas componentes básicas, e assim por diante. Nestes termos, não haverá inconveniente nenhum em se voltar a falar em “dualidade”, salvo a evidente confusão terminológica com os dualismos antigos cuja impropriedade a ciência social uspiana foi das primeiras a assinalar. Quem tornar a falar de dois Brasis depois de passar por essa renovação do assunto, está certamente pressupondo um nexos contraditório que os sintetize numa unidade maior, sem, contudo, apagar o sistema de ambiguidades de que tal unidade se alimenta.

*A um só tempo, estava identificada a fonte da dualidade da fala volúvel e da correspondente dialética de norma e infração – segundo a qual, para nomeá-la com uma das fórmulas empregadas por Roberto, a infração, além de infração, é norma, e a norma, além de norma, é infração, como se deveria esperar de uma contravenção sistemática. Assim, o vaivém entre arbítrio e discurso esclarecido metodicamente praticado pelo narrador estilizava a vontade imprevisível e caprichosa de um proprietário, o desplante tranquilo dos abastados.*

Mais exatamente: “a volubilidade narrativa confere a generalidade da forma e o primeiro plano absoluto ao passo propriamente intolerável dos relacionamentos de favor, aquele em que segundo a conveniência ou veneta do instante a gente de bem se pauta ou não pela norma civilizada, decidindo entre duas xícaras de chá sobre a sorte de um dependente”. Um mecanismo cujo funcionamento dual depende do vínculo ambíguo com a escravidão numa economia capitalista. Graças a um achado sociológico de primeira linha, localizada a estrutura social selecionada pela configuração artística, Roberto dá um passo adiante e qualifica em termos históricos norma e infração articulados pelas reviravoltas da prosa machadiana da segunda fase: “a volubilidade narrativa irmana e faz alternarem os arrancos da impunidade patriarcal e o pouco-se-me-dá do proprietário moderno, o arbítrio da velha oligarquia escravista e a irresponsabilidade da nova forma de riqueza”. Quer dizer, quando nossos potentados oitocentistas arbitrariamente decidiam considerar o próximo de acordo com a fraseologia da igualdade civil alinhavam com a modernidade europeia, igualmente aclimatada no país, mas se lhes convinha estreitar os laços morais do favor, era o país colonial que tomava a dianteira. Duas esferas sociais, portanto, uma dimensão histórica própria, de um lado obrigação paternalista, de outro norma burguesa; mas notemos, todavia, antes de denunciar o dualismo antigo redivivo, que era o próprio vaivém cotidiano de nossas classes dominantes que se encarregava de combinar aqueles dois ângulos, um tradicional e local, outro moderno e mundial por onde se vê que um não era resíduo nem o outro apenas horizonte virtual.



Antes de prosseguir, uma variante terminológica. Trata-se do caso em que dualidade vem a ser a expressão de um déficit. O leitor de *Ao Vencedor as Batatas* há de recordar que Roberto principia o capítulo sobre Alencar estendendo até *Senhora* uma observação de Antonio Candido acerca de uma incongruência característica dos romances de Macedo. De um lado, realismo miúdo, fiel ao varejo das aparências, à galeria carioca dos “personagens-de-toda-hora”, do outro, a trama extremada do enredo romântico. Combinação inverossímil de duas convenções literárias incompatíveis: a primeira mandava aderir ao nosso cotidiano sem relevo, a fim de lhe dar o verniz estético de que tanto carecia, a segunda exigia o padrão poético elevado da peripécia romântica. O resultado evidentemente não convencia, pessoas tão acanhadas não podiam se envolver nas intrigas romanescas que lhes preparava Macedo. Tal como a palavra justa de Augusto Meyer, é bem possível que esta análise tenha posto Roberto na pista de nossa incongruência central. Recém instruído pela descoberta da dualidade de critérios que regia a conduta de nossas classes dominantes, deve ter reconhecido naqueles dois esteios convencionais da obra de Macedo as marcas literárias muito frouxas de nossa dúplici-fidelidade aos padrões europeus de comportamento (exigidos pela civilização do capital, a que nunca deixamos de pertencer) e ao seu complemento local, o dia-a-dia abafado do patriarcalismo (regulado pela presença do trabalho escravo). Esse o enorme passo adiante dado por Roberto: assinalando a presença da mesma disparidade entre enredo e notação realista na obra de Alencar, reconhecia-lhe o caráter estrutural, não só como traço de composição

comum a vários autores, mas como expressão (ainda desajustada) de uma forma elementar da vida brasileira. Conjugando então inocentemente matéria local e molde europeu, Alencar compunha igualmente um mundo literário fraturado: aí o déficit de que falávamos, um defeito congênito de composição que segundo Roberto acaba configurando uma dualidade, mas agora com sinal negativo, sinal de um impasse formal que compromete pela raiz o valor da obra<sup>76</sup>. Uma rede de personagens de segundo plano, porém verossímeis em sua estreiteza nacional, acaba desacreditando o conflito central: essa a dualidade formal que inviabiliza *Senhora*. Porém nada mais brasileiro do que esse defeito de composição. E para melhor ressaltar-lhe o valor mimético Roberto propositadamente analisa a variação de tom do romance progredindo da “periferia” do livro (singela e familiar) para o seu “centro” (mundano e de alta voltagem moral), como se na forma dual da composição mal resolvida se espelhasse o duplo foco da gravitação mundial de que éramos parte e nos desequilibrava a vida, prática e pensada. Na periferia (nos dois sentidos) a vida corre desafogada, “vícios, virtudes e mazelas admitem-se tranquilamente”, a prosa que a descreve é balanceada e isenta como a do *Sargento de Milícias* (se for permitido o palpite), enquanto no centro a linguagem vem saturada de reflexões normativas, bem calcada no figurino europeu da vida complexa. A consonância com o padrão brasileiro não poderia ser maior, só que inteiramente cega por incorporar sem crítica um desajuste que de fato balizava o dia a dia ideológico de nossas elites. Veja-se então que a má dualidade de Alencar não peca por ser dual, mas por justapor o que a realidade articula, por

76. Cf. *Ao Vencedor as Batatas*, ed. cit., pp. 48, 54.



conjugar sem malícia o que a prática dos abastados alterava perversamente. Seus personagens – continua Roberto – oscilam entre o titânico e o familiar (sendo, no entanto, o primeiro postiço e o segundo autocrático), mas Alencar ignora a lei dessa inconstância, movimento cujo andamento binário vimos que não seria demais chamar de dialético, por sua vez transcrição de uma lógica específica do processo brasileiro.

## 10

Ainda no que se refere à coleção de indícios que orientaram nosso Crítico na direção do seu achado e a subsequente montagem do esquema histórico correlato, é provável que tenha pesado igualmente (como deu a entender em mais de uma ocasião) a leitura do que escreveu Lúcia Miguel-Pereira acerca do caráter nitidamente autobiográfico dos primeiros romances de Machado de Assis<sup>77</sup>. Neles se desenrola o “drama do ambicioso, do homem superior vindo do meio humilde” e que quer se elevar, por isso se debate no seguinte dilema moral, procurando verificar “se os cálculos são sempre indícios de maus sentimentos, se não é possível conciliarem-se ambição e nobreza de caráter”. Escolado pela frequentação dos historiadores, Roberto logo percebeu que o dilema se referia a um conflito correndo por um trilho inédito, se comparado ao similar europeu. O que costumavam dizer os historiadores? Que

77. Cf. *Prosa de Ficção*, Rio de Janeiro, José Olympio, 3ª ed., 1973, pp.65-66.

a energia prometeica do *self made man* era coisa descobida num meio sustentado pelo braço escravo onde, em consequência, a mobilidade social dependia da patronagem da elite<sup>78</sup>. O drama vivido pelas heroínas do primeiro Machado era, portanto, o drama da cooptação, de sorte que a conciliação entre ambição e caráter, entrevista por Lúcia Miguel-Pereira, exprimia (outra descoberta de nosso Crítico) o desejo machadiano de polir e civilizar o paternalismo. Só a chave do favor poderia abrir as carreiras ao talento. Por assim dizer inovávamos na matéria-prima predileta do romance europeu, a ascensão social. “As distâncias e as estações da carreira social não eram as mesmas no Brasil e nos países de que nos vêm as construções sociológicas e romanescas que adotamos. A carreira do brasileiro pobre pouco tinha a ver com o modelo individualista ou ‘napoleônico’, cujo pressuposto é a ordem burguesa moderna, modelo que seria decisivo para o romance europeu, de Julien Sorel e Rastignac a Raskolnikoff”<sup>79</sup>. Um arrivista fluminense será sempre menor que um francês, bem como coisa fora de esquadro “trazer às nossas ruas e salas o cortejo de sublimes viscondessas, arrivistas fulminantes, ladrões ilustrados, ministros epigramáticos, príncipes imbecis, cientistas visionários”. Sendo assim tão eloquente a discrepância, podemos até imaginar que Roberto deva a primeira percepção da dissonância de nosso liberal-escravismo à observação da carreira do próprio Machado, insuperável na prática do “toma-lá-dá-cá do paternalismo”. Quer dizer, a marcha singular da car-

78. Cf. Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 13.

79. Roberto Schwarz, “Duas notas sobre Machado de Assis”, in *Que Horas São?*, ed.cit.,p.15.

reira dependente do favor deve ter sido o sinal precursor de que a nossa vida ideológica tinha um centro diverso do europeu. Mas aqui outro passo à frente: para que esses esquemas sociológicos lhe falassem à imaginação, era preciso reconhecer de antemão na “gravitação cotidiana das ideias e das perspectivas práticas” e não há carreira social sem impulso ideológico – “a matéria imediata e natural da literatura”.

## II

Uma vez exposta a raiz social da volubilidade narrativa – a alternância prática de patrocínio oligárquico e negócios burgueses –, estava montado o esquema histórico de que carecia o crítico, a forma objetiva exigida pelo programa dialético traçado por Antonio Candido, nos termos em que vimos Roberto Schwarz interpretá-lo. Repetindo: isto quanto à primeira acepção de dialética, consagrada pela tradição materialista, que manda procurar na configuração artística a estrutura social sedimentada. Quanto à segunda acepção em que estamos tomando a palavra – a reversibilidade caprichosa de norma e infração –, acabamos de verificar que ela vinha fazer justiça à sensação de dualidade que o Brasil incessantemente desperta. E mais, ao que parece uma não vai sem a outra: dialética não especifica apenas o vínculo entre figuração literária e processo social, que não existiria sem homologia estrutural, mas, sendo assim, ela está igualmente presente nos dois lados, o mesmo princípio põe em movimento a forma estética e

a forma social, no caso inconstância abissal do narrador e ambivalência prática de nossas elites proprietárias. Pois esse edifício de correspondências repousa sobre um chão histórico (para falar como nosso Autor) que Roberto explorou (à procura da forma social que lhe competia exibir) com a ajuda da ciência social uspiana. Páginas atrás revimos o destino dado por ela às antigas e modernas tipologias dualistas, uma aparência que se resolvia na articulação contraditória de escravidão e capitalismo, à qual devemos nossa formação nacional. Não uma dissonância lógica enquadrada pela teoria do valor-trabalho, mas um resultado histórico. Essa *a matriz prática da dialética*, essa *a origem do sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Ocorre que esta forma das formas que é a dialética (na acepção segunda que lhe estamos dando) não se encontra disponível à simples consideração evidente da referida contradição. Como desentranhá-la desse grande lugar-comum da nova teoria social uspiana?

Neste ponto Roberto deu outros passos decisivos. Já mencionamos o primeiro deles, identificar a matéria-prima da literatura: depois da falência das formas fixas, a materialidade prática do dia a dia ideológico. Em seguida, o reconhecimento do nexos efetivo dessa gravitação cotidiana das ideias. Mas aqui seria preciso contrariar um dogma da esquerda e de toda a sociologia uspiana. Apesar de batermos durante muito tempo na tecla de nossa diferença, nunca duvidamos (e sobretudo depois de corrigida essa linha de tiro) de que a falsa consciência, e tudo mais que dela se segue, funcionava tão bem aqui como nos países centrais: pelo menos no plano das ideologias por assim dizer inclusivas, somos tão burgueses (ou modernos) como nossos confrades de além mar, dos dois lados do oceano as cogitações dos nossos homens de ideias (ou simples

particulares) devem e podem ser submetidas, com igual efeito de desmascaramento, ao mesmo teste de realidade. Numa palavra, pensamento político, sentimentos estéticos, juízos morais, etc., brotam de nosso chão social com a mesma naturalidade que o similar nos países hegemônicos. A esquerda uspiana estava convencida de que a crítica de feitiço materialista não poderia ser efetivamente exercida entre nós caso as representações ideológicas em circulação não tivessem continuidade social evidente. E mais, que desconfiar do molde clássico desse vínculo era trazer água para o moinho da direita, não só por comprometer a boa teoria da produção social das ideias mas por reforçar perigosamente o lugar-comum predileto de nossos autoritários, a apologia do “país real” a ser preservado das elucubrações ideológicas adventícias, e a conseqüente ofuscação da moderna dominação de classe, esta sim real. Pois Roberto achou que esse mesmo programa materialista, haja vista a natureza do caso, exigia que se caminhasse numa terceira direção alternativa, que explicasse enfim nosso funcionamento ideológico manifestamente anômalo. Assim sendo reabriu o dossiê do Liberalismo, tomado em sua acepção mais abrangente de modernidade burguesa, abarcando instituições, ideias, perspectivas práticas, da política de gabinete às grandes máquinas literárias românticas, do trabalho dito livre ao apreço pelas Luzes, da carreira aberta ao talento às estéticas realistas, etc.

Como é sabido e ficou dito acima, embora não detenha a prioridade do argumento, pois ele vinha do século passado, coube ao “pensamento” autoritário dos anos 1920 sistematizá-lo, vendo o Brasil autêntico na tradição personalista da política de clã e o postigo, no anglo-saxonismo de fachada, como dizia Oliveira Viana. (Com o sinal trocado, alguns marxistas mais inflexíveis insistirão

no alinhamento oposto, porém igualmente sem resto: a presença do liberalismo no país seria decorrência muito bem ajustada de uma hegemonia burguesa exercida sem contraste desde os tempos da escravidão.) Ainda nos anos 1930 Sérgio Buarque continuaria sublinhando o enxerto liberal, mas no intuito democrático de liquidar nossas raízes ibéricas. Não será muito diverso o propósito de um Florestan Fernandes ao retomar mais adiante o assunto. Como se tratava, na teoria e na prática, de favorecer o estabelecimento de uma “ordem social competitiva”, decompôs o paradoxo do liberalismo brasileiro em duas dimensões, correspondentes à bipartição do país desde o fim mal resolvido do Antigo Regime local: do lado dos interesses patrimonialistas senhoriais, o liberalismo se apresentava como “ideologia”, mas tinha a força da “utopia”, voltada para a formação de um Estado nacional moderno, quando exprimia o movimento da “sociedade civil”, inócuo e marginal num aspecto, dinâmico e atuante no outro. Uma existência bifronte trabalhada por um conflito progressista, desequilíbrio evidentemente explicável pela “dualidade estrutural” que nos define pelo menos desde os tempos da Independência. Na sociologia uspiana dos anos 1960, o liberalismo voltaria à baila por ocasião da crítica generalizada das sociologias do desenvolvimento, centralizadas na noção de sociedade tradicional. Assim, o que haveria de mais característico do que o amálgama impensável de oligarquia e instituições políticas liberais, liga paradoxal que, vinda do Império, se consolidaria durante a República Velha e a Revolução de 1930 não conseguiria desmanchar inteiramente? O novo argumento dizia que a aparente posição em falso do liberalismo, longe de denunciar a fraseologia suspensa no ar, era na verdade expressão adequada das relações de produção em vigor no

país. Duplicidade, contradição, sem dúvida, porém plenamente funcionais. Uma economia primário-exportadora está, por assim dizer, condenada a combinar instituições liberais de revestimento e relações oligárquicas de poder. O envolvimento com o imperialismo educava e modernizava largas porções de nossas elites, ao mesmo tempo em que restringia as franquias liberais ao círculo restrito dos dominantes. A convivência contraditória de liberalismo e oligarquia respondia assim a exigências externas e internas: encurtando ao máximo a participação social e política, assegurava a forma de dominação requerida por uma exploração econômica comandada pelo mercado externo<sup>80</sup>. Nestas condições, nosso liberalismo era a um só tempo contraditório, congênito e original. Os historiadores iam mais ou menos na mesma direção: o liberalismo pesou na Independência e voltaria a pesar na Abolição, neste intervalo, todavia, apresentou-se expurgado de seus pressupostos e implicações de origem pela presença da escravidão e seus prolongamentos. Uma vez explicada sua metamorfose ultraconservadora e antidemocrática, ressaltava-se a aclimatação muito funcional<sup>81</sup>.

Recapitulando a argumento desenvolvido pelos colegas, Roberto não dirá que não, mas mesmo assim ainda continuava achando que a contradição não era menos real e precisava ser explorada. O que pensar do humor involuntário dos revolucionários pernambucanos de 1817, quando proclama-

<sup>80</sup>. Cf. Francisco Weffort, “Liberalismo e Oligarquia”, in *O Populismo na Política Brasileira*, ed. cit., cap. V – trata-se do segundo capítulo de uma tese de doutoramento defendida em 1968.

<sup>81</sup>. Cf. Emília Viotti da Costa, “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil” e “A consciência liberal nos primórdios do Império”, in *Da Monarquia à República*, ed. cit. – capítulos redigidos na segunda metade dos anos 1960.

vam sem pestanejar: “patriotas, vossas propriedades, ainda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas”? Por essas e outras enormidades muito características, nosso crítico mudou a angulação e passou a uma outra dimensão, a da incongruência viva, mas agora no plano das cogitações ideológico-morais, onde se desdobrava, fornecendo a matéria-prima da prosa literária, a “unidade contraditória” de capitalismo e escravidão. Aqui o ponto nevrálgico da virada no argumento, a descoberta de que a dualidade dos princípios opostos se manifesta na cabeça de nossos antepassados na forma de uma conciliação amistosa: “sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas”. Antagonismo entre *Aufklärung* e Favor: o primeiro postula “a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho, etc. contra as prerrogativas do *Ancien Régime*. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais”. Desautorização recíproca portanto; mesmo assim a coerência contará menos do que a recomposição dos termos antitéticos, coexistência promovida pela prática cotidiana do favor, alimentada não obstante por razões que a desmentem: “assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc.” Ou ainda: como o latifúndio escravista girava em torno do lucro, até certa data fora um empreendimento rentável, o senhor de escravos vinha a ser um capitalista consequente, ao contrário dos adeptos de Adam Smith, que procuravam na exploração capitalista a realização da liberdade; de sorte que, mais uma vez: “a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-va-

lia, etc.” Não será difícil reconhecer a lógica que governa esta interversão generalizada, eixo da ambivalência ideológico-moral da elite brasileira. *O que é contradição histórica na base, no topo desenrola-se sob a forma de uma reversibilidade permanente.* Um outro exemplo, o discurso parlamentar de Bernardo de Vasconcelos, segundo o qual a África é que civiliza o Brasil; comentário de Roberto: “nestas circunstâncias, os amigos do progresso e da cultura podem ser inimigos da escravidão? Não deveriam ser amigos dela? Os inimigos da instituição nefanda não seriam também inimigos do Direito, da Constituição e da Liberdade?” Como na prosa machadiana, há sem dúvida método nessa gangorra acintosa de contrários, e sabemos qual seja, a dialética dual de norma e infração que define a fisionomia do capricho. Nas palavras mais exatas de nosso Autor: as elites brasileiras “se queriam parte do Ocidente progressista e culto, naquela altura já francamente burguês (a norma), sem prejuízo de serem na prática, e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do mesmo Ocidente (a infração). Ora, haveria problema em figurar simultaneamente como escravista e indivíduo esclarecido? Para quem cuidasse de coerência moral, a contradição seria embaraçosa. Contudo, uma vez que a realidade não obrigava a optar, por que abrir mão de vantagens evidentes? Coerência moral não seria outro nome para a incompreensão do movimento efetivo da vida? Valorização da norma e desprezo pela mesma eram da natureza do caso...” Veja-se como varia o regime da contradição: na Europa, conflito demandando superação ou então colapso, na periferia escravista do capital, sustentada por uma situação de classe bem assentada na esfera prática, uma oscilação indefinida entre extremos opostos que a ninguém interessava descartar.

Há ainda um outro aspecto a considerar na contradição básica que nos define e de cuja estabilização prática brota a referida dualidade de critérios, na qual entrevimos, em nova chave, a dialética de ordem (a norma burguesa) e desordem (infração colonial) identificada por Antonio Candido. E que a bem dizer ela só se configura na passagem da Colônia para o Estado nacional, isto é, a partir do momento em que o antigo Sistema Colonial entra em crise. Neste passo precisamos voltar por um momento a um outro capítulo da historiografia uspiana, de cujos conhecimentos Roberto não só é devedor – como também faz questão de reconhecer –, mas sobretudo converge com a perspectiva globalizante que os organiza. *Aqui continuamos a respirar dialética, desta vez a dialética viva que se manifesta no ponto de vista da totalidade.* Estou me referindo a um outro veterano do Seminário do Capital, Fernando Novais. Embora sua tese date de 1973, não deixou de influir largamente durante sua elaboração ao longo da década anterior<sup>82</sup>.

Em razoável medida pode-se dizer que o problema ainda é o mesmo: o vínculo antitético entre capitalismo e escravidão que traçou o destino do Brasil moderno, nos termos em que o descrevemos, a metamorfose da velha aparência dualista numa “unidade contraditória”. Como o ângulo agora é histórico, passa para o primeiro plano o movimento de conjunto ao longo do qual esta contradição se delineou e consumou. Com isso Fernando Novais deslo-

82. Cf. Fernando Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Hucitec, 1979; id., “O Brasil nos quadros do antigo Sistema Colonial”, in *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.



cou inteiramente o eixo da questão, que de local se torna mundial. Aí a grande inovação: pela primeira vez o centro de gravidade de uma História do Brasil deixa de ser nacional mais ou menos como nas teorias da Dependência, das quais a nova explicação historiográfica é contemporânea<sup>83</sup>. Tudo bem pesado, uma verdadeira desprovincianização da história do país, que de comparsa torna-se protagonista de uma transição cujo centro está na Europa, mas cujo raio de ação é internacional<sup>84</sup>. Neste novo enquadramento, a periferia colonial se apresenta como o ponto nevrálgico em que o capitalismo metropolitano revela a sua natureza. Doravante a categoria básica vem a ser a noção inclusiva de Sistema Colonial. Aqui o passo à frente em relação a Caio Prado Jr., de cujos primeiros resultados o novo raciocínio depende. Num capítulo clássico, Caio Prado fixara o “sentido da colonização” (direção e projeto globais, no que escapava da determinação causal linear) no seu caráter de empreendimento comercial. Mas a análise se detivera antes da hora, sem percorrer todas as “conexões de sentido” exigidas pela totalidade em movimento que se tinha em vista, isto é, a unidade explicativa precisava ser ampliada: “talvez o Brasil na expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando a análise

**83.** Para uma apreciação desfavorável dessa ótica internacional em que se move o raciocínio de Fernando Novais, ver Ciro Flamarion Cardoso, “As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial”, in Roberto do Amaral Lapa (org.), *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, ed. cit., p. 172 e sqq.

**84.** Nesta direção globalizante também vai Luiz Felipe de Alencastro (outra referência de Roberto Schwarz), estudando nossa sociedade oitocentista do ângulo da internacionalização do tráfico negreiro e da formação da periferia imperialista, cf. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”, in *Révue Française d’Histoire d’OutreMer*, t.LXVI, 1979, pp. 244-255.

até a linha do horizonte; ‘Brasil’, é claro, não existia, a não ser enquanto colônia, e é da colônia portuguesa que trata Caio Prado Jr.: a questão é saber se não seria preciso o conjunto do mundo colonial”<sup>85</sup>. Numa palavra, o passo adiante consistia em pesquisar as articulações entre exploração colonial e passagem europeia para o capitalismo. Embora não pareça, esta extensão do raciocínio clássico, além de ressuscitar o famigerado ponto de vista da totalidade, é igualmente heterodoxa: se é verdade que toda montagem da colonização se prende aos movimentos do capital comercial, é preciso então tirar as devidas consequências e reconhecer que não se pode analisar a economia colonial a partir das relações de produção, mas a partir da relação metrópole-colônia<sup>86</sup>. O que altera o estatuto da escravidão. Juntamente com o absolutismo, a política mercantilista, o capitalismo comercial, etc., éramos peças do Antigo Regime, isto é, de uma fase intermediária em que desintegração do feudalismo e expansão colonial andavam juntas. Quer dizer, através da exploração comercial das áreas ultramarinas promovia-se a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia esse o “sentido profundo” que articula todas as partes do Sistema. Fomos então colonizados *para o capitalismo* e foi justamente esta circunstância crucial que acabou impondo o trabalho compulsório no Novo Mundo. A ampliação da economia de mercado reinventou a escravidão nas condições da exploração colonial, mais rentável que o trabalho assalariado. Fernando Novais vai ainda mais longe

**85.** Fernando Novais, “Caio Prado Jr. historiador”, in *Novos Estudos*, CE-BRAP, 1983, p.69.

**86.** Cf.id., “Escravidão: uma façanha do capital mercantil”, in *Cadernos de Debate*, n. 1, ed. cit., p.76.



e chega a sustentar que é a partir do tráfico negreiro (o mais importante setor do comércio colonial) que se pode entender a escravidão e não o contrário. Ficava também demonstrado o dito de Marx acerca da verdade do capitalismo central que se revela na periferia: “enquanto na Europa moderna”, lembra Fernando Novais, “o desenvolvimento capitalista ‘libertava’ os produtores diretos da servidão medieval e integrava-os como assalariados na nova estrutura de produção que camuflava a exploração do trabalho, as economias coloniais periféricas, montadas exatamente como alavancas do crescimento do capitalismo e integradas nas suas linhas de força, punham a nu essa mesma exploração na sua crueza mais negra”. Ora, a esta altura a análise do caráter antitético de uma produção escravista para o mercado seria prematura e formal. Não que o contrassenso não exista, mas ele só se tornará efetivo quando se configurar a crise global do Sistema, aí sim virá para o primeiro plano a contradição da produção colonial, a um tempo mercantil e escravista. Novamente é o eixo mundial de um processo único, porém de duas caras que definirá a trajetória da contradição, pois onde havia sustentação recíproca passa a haver antinomia o capitalismo introduziu a escravidão, que assim atuou na formação do capital industrial: quando então este entra em cena o Sistema entra em crise e o *mundo criado pelos senhores entra em choque com o universo burguês de além-mar*. Só que para nós a crise do Antigo Sistema Colonial nada resolveu.

Voltando ao assunto anos depois, Fernando Novais mostrou como, dentre as várias vias de passagem para a nova ordem internacional definida pela posição hegemônica do capitalismo inglês, o Brasil enveredou pela mais conservadora, mantendo a monarquia e preservando a

escravidão<sup>87</sup>. Em princípio, capitalismo industrial e produção colonial escravista são incompatíveis; isso posto, o primeiro precipita a crise do Sistema estimulando a ruptura do Pacto Colonial e a constituição de Estados Nacionais, mas não liquida o trabalho compulsório (embora persiga o tráfico), quando mais não seja porque a presença da escravidão, embora bloqueie a afirmação plena de uma sociedade de classes e de um mercado interno, não barra a penetração dos manufaturados ingleses: além do que, a supressão do trabalho escravo passava doravante a depender de uma decisão nacional<sup>88</sup>. Estava armado o cenário mundial em que evoluiria a ambivalência ideológico-moral das elites brasileiras estudada por Roberto Schwarz. Tratava-se de um desenlace conservador local, porém apreendido como resultado da gravitação de conjunto de um sistema mundial em transformação. Note-se ainda que pela mesma época os dependentistas, interessados em desfazer a oposição mecânica entre externo e interno, estavam mostrando como no passo das situações coloniais às situações de dependência dos Estados Nacionais as classes dominantes locais, agora únicas beneficiárias do sistema produtivo, tinham sua estruturação definida no quadro mais amplo do capitalismo mundial, subordinadas, porém integrantes da nova burguesia internacional<sup>89</sup>. De sorte que a ambivalência referida há pouco era alimentada pela associação a um circuito planetário de

87. Cf. id., “Passagens para o Novo Mundo”, in *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 9, 1984. Sobre a luta política para a manutenção da matriz econômica colonial no país independente, ver Luiz Felipe de Alencastro, *op. cit.*.

88. Cf. João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, ed. cit., p.46.

89. Cf. p. ex. Fernando Henrique Cardoso, *As Ideias e seu Lugar*, ed. cit., cap. III.

ideias e práticas, aqui a virada decisiva: o Antigo Regime mundial descrito acima e de que éramos parte. estratégica não se desintegrara inteiramente. Ou por outra, a mesma instância internacional que inviabilizara o exclusivo colonial, não só admitia a sobrevivência como reproduzia e parecia reforçar a antiga organização escravista da produção. Nestes termos, ganha nova vida o teorema clássico acerca do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, nas palavras pitorescas da versão de Roberto, “expressão que designa a equanimidade sociológica particular a esse modo de produção, o qual realiza a sua finalidade econômica, o lucro, seja através da ruína de formas anteriores de opressão, seja através da reprodução e do agravamento delas”. A nova etapa do capitalismo acarretava uma inversão generalizada de sinais: com a persistência do Antigo Regime neste quadro modificado, o atraso entrava em cena, porém de ponta a ponta ambíguo, já que o seu fundo falso revela a verdade do progresso. “Assim, a ligação do país à ordem revolucionada do capital e das liberdades civis não só não mudava os modos atrasados de produzir, como os confirmava e promovia na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos modernos”. Desta perspectiva globalizante, duas consequências do maior relevo. Exibindo o progresso por esse flanco vulnerável – isto é, “a má-formação brasileira, dita atrasada, manifesta a ordem da atualidade a mesmo título que o progresso dos países adiantados” –, Roberto não só ia anotando o alcance mundial de nossas esquisitices nacionais como construindo uma plataforma de observação a partir da qual objetar a esta mesma ordem universal. O que reconhecerá em ato no pensamento literário de Machado. Estava assim lançada a base de uma *Ideologiekritik* original. O mesmo chão histórico que barateava o pensamento

e diminuía as chances da reflexão – pois aqui se desmanchava o nexos entre ideias e pressuposto social, o que lhes roubava a dimensão cognitiva –, devolvendo a faculdade crítica com a outra mão, fazendo nossa anomalia expor a fratura constitutiva da normalidade moderna. Voltaremos ao ponto. A outra consequência é por assim dizer direta. A reposição do antigo sistema produtivo pela nova ordem do capitalismo industrial, articulando Antigo Regime e civilização burguesa, lançava as bases histórico-mundiais de nossa dualidade. *A razão de nosso modo de ser dual está nos avanços do capital e não numa compartimentação local idiossincrática.* O Brasil é dois em virtude do passo conservador da Colônia à nova periferia organizada pelo imperialismo. Nossa discrepância interna está por assim dizer mundialmente orquestrada. Agora sim podemos voltar a falar em dois Brasis, complementares e articulados, um colonial e outro burguês, um da “desordem”, outro da “ordem”, um da “infração”, outro da “norma”, com o acréscimo de que a convivência prática dessas esferas comunicantes confunde o juízo e provoca a interversão permanente que estamos chamando de dialética. Dois Brasis de que Roberto fará o inventário, por exemplo, na galeria dos personagens das *Memórias Póstumas*, em cuja construção heterogênea ressaltam as “desarmonias ciclópicas do capitalismo mundial”: assim, “em Brás Cubas convivem o cavalheiro esclarecido, o inventor charlatão, o discípulo de um doido, o deputado absurdo. Cotrim abriga na sua pessoa um comerciante respeitável e um contrabandista flagelador de africanos. Analogamente, ocultada nas piruetas literofilosóficas do narrador ilustrado, reconhecemos a fisionomia de um engendro da escravidão”, e assim por diante, de Lobo Neves a Virgília.

## 13

Podemos então repertoriar as figuras da dialética induzidas pela sondagem machadiana da experiência brasileira, tal como as encadeou o ciclo correspondente de Roberto Schwarz. Desnecessário insistir, imagino: não se trata nem de longe de simples ilustração metodológica, mas de imposição real de um conteúdo histórico determinado, e decorrência da única forma ajustada à descoberta desse mesmo conteúdo de experiência. O resultado seria diverso se fosse outra a inspiração. A mesma forma social revelada pela composição machadiana acabou sugerindo o método crítico adequado para a sua reexposição ensaística.

Vimos até agora duas acepções básicas. A primeira delas é de inspiração materialista clara e se refere às relações de forma e conteúdo. Dos dois momentos que por sua vez se deixam distinguir no âmbito destas determinações recíprocas, sublinhamos o primeiro e aludimos de passagem ao segundo. Recapitulo antes de passar adiante. O passo inicial de Roberto — instruído pela mesma tradição materialista segundo a qual a literatura é antes de tudo um processo de configuração de dupla face, uma voltada para a estruturação interna da obra, outra para o decurso histórico real — uma vez identificado o princípio formal da prosa machadiana, e por ele orientado na organização dos dados imediatos da percepção social, culminou na reconstrução da forma objetiva que lhe era correlata. Assinalamos os conhecimentos e procedimentos sintetizados com vistas a essa composição. Para tanto — devidamente apoiado na lição de dialética dada por Antonio Candido, da qual não por acaso foi o primeiro a perceber o verdadeiro alcance — precisou contrariar um lugar-comum de nossa crítica progressista que manda pesquisar a literatura

brasileira em função de sua impregnação pelo ambiente: mostrou então que a matéria do escritor não era informe, mas um resultado histórico objetivamente estruturado. E um resultado histórico mundial, cuja localização sociológica demandou a reconstituição do curso internacional da colonização que moldou a fisionomia do país. Em resumo: de um lado a fala volúvel de um narrador ambivalente, de outro a reativação do universo colonial no mundo transformado pelo capital, ambos comandados por uma mesma lógica de andamento binário. Noutras palavras, já neste plano em que opera a junção de romance e sociedade, o princípio mediador deriva de uma forma bifronte na qual está cifrada a percepção básica de uma dualidade, a um tempo estrutura e fundamento prático-histórico.

O segundo momento dessa dialética de forma e conteúdo concerne a passagem do primeiro Machado, conformista por conveniência, ao romancista moderno da segunda fase. Nesta passagem de nível resolve-se um problema objetivo de acumulação artística, quando então se completa a formação do nosso sistema literário, tal como o concebera Antonio Candido numa obra clássica sobre o problema. Roberto deu-lhe uma primeira formulação quando tratou das insuficiências do realismo à europeia adotado por Alencar: um conjunto de desajustes entre intriga romântico-liberal e relações locais paternalistas. Do que resultava um universo literário mal resolvido numa “dualidade formal”, impasse de composição no qual se espelha uma matéria imitada sem a mediação da forma, dualidade que reproduzia uma aparência cujo fundo falso não lograva compreender. A modificação introduzida por Machado, anunciava Roberto, devolverá densidade à nossa matéria ao incluir no plano dos conteúdos a falência da forma europeia: sendo característica da vida nacional,

aquela fratura passa a ser deliberadamente procurada, enriquecendo-se a matéria a ser produzida com a degradação de um universo formal. Especificada, esta dialética de forma e conteúdo fornecerá a chave do passo do primeiro ao segundo Machado. O que era assunto no primeiro, torna-se forma no segundo: este um dos grandes achados do último livro do ciclo machadiano de Roberto, avançando inclusive no terreno da teoria estética. Assim, o “estrago causado pela vontade imprevisível e caprichosa de um proprietário” constituía o nervo dos primeiros romances, nos quais se tratava então de buscar um freio para a irresponsabilidade dos ricos. A marcha retrógrada do país se encarregará de arquivar este programa civilizador de polimento das relações paternalistas de favor. Um dado de observação social mais a experiência acumulada vem assim articular o passo de conteúdo a forma que estamos resumindo. Ficam descartadas as explicações psicológicas ou de evolução doutrinária, em favor do trabalho literário de apuração dos impasses anteriores. “O tipo social do proprietário, antes tratado como assunto entre outros e como origem de ultrajes variados, passa agora à posição (fidedigna?) de narrador. Ou, por outra, as condutas reprováveis (mas não reprovadas) do primeiro reapareciam transformadas em procedimento narrativo, onde o vaivém entre arbítrio e discurso esclarecido, causa do mal-estar moral e prático dos pobres, se encontra universalizado, afetando a totalidade da matéria romanesca (...) o ponto de vista troca de lugar, deixa a posição de baixo e respeitosa pela de cima e senhorial, mas para instruir o processo contra esta última”. Por aí não só estava resolvido um problema que tem a idade da crítica machadiana, como a estética literária brasileira entrava por um terreno que não estava habituada a frequentar. Não quero ex-

traír nenhum teorema deste resultado verdadeiramente notável, mas é forte a sensação de que ele ultrapassa o caso em questão. Não será difícil encontrar situações no plano artístico em que a consideração metódica de dificuldades acumuladas, até o ponto da impossibilidade completa, gere uma forma nova onde o obstáculo ultrapassado se converta em ponto de apoio para um novo progresso do material estético – e mais, que a totalidade social imamente ao processo indique qual o caminho desobstruído e qual a forma inviabilizada.

Passemos então à dialética em sua segunda acepção – já que afinal decidimos explorar o vínculo do termo consagrado pelo sentimento europeu de dois gumes da modernização capitalista com a experiência brasileira. Não se trata de um nome qualquer para um movimento que também se poderia descrever por intermédio de outras expressões. Com perdão da palavra, bem ou mal se trata de um conceito que unifica duas ordens de fatos. Vimos que a permanente reversibilidade de norma e infração que define a gangorra caprichosa em que balança o narrador machadiano estiliza a convivência descompassada de Antigo Regime colonial e país burguês. Também verificamos que uma mesma lógica dual rege o andamento da prosa e ritmo social. E enfim chamamos dialética esta pulsação prolongando uma fórmula de Antonio Candido, notando ao mesmo tempo que a extensão se devia a um igual fundamento prático na “dualidade” (redefinida) da formação nacional. Assim, uma dialética sem síntese articulava os “dois Brasis”. Se a chamarmos de *dialética negativa*, como já o fizemos, estaremos dando um nome que consta do repertório clássico, mas traduz o timbre específico do segundo Machado, especializado, como se sabe, no capítulo *das negativas*. Ocorre que esta denominação

– complicando um pouco a tarefa do comentário – contraria uma outra acepção clássica do termo, que associa dialética e prosa realista do grande romance oitocentista.

Neste ponto, devolvo a palavra a Roberto. Ele mostrou, neste aspecto, como Machado escreveu romances realistas com recursos literários antirrealistas. Não são poucas as consequências, e uma delas redundava em apresentar a convergência de dialética e via brasileira para o mundo do capital. Veja-se a questão do realismo, para começar. As anotações de Roberto são abundantes, retenho algumas: derrotando a subjetividade burguesa consistente, o capricho descarta o recorte individualista pressuposto na prosa do Realismo; arma-se em consequência um “enredo vadio”, sem tensão, onde a trama não é retesada por nenhum conflito, nenhuma corrente central; assim sendo, o tempo é improdutivo, não pressiona na direção de qualquer progresso, não enquadra enfrentamento algum de posições; daí a ausência de personagens napoleônicos, enérgicos e definidores, inviabilizados por patronagem e cooptação. Eis então um outro achado de Roberto: nalgum momento entre a primeira e a segunda fase, Machado percebeu que a marcha recalcitrante do Brasil para o mundo moderno rifava a dialética de indivíduo e sociedade, matriz da estética realista; quer dizer: “o arranjo civilizado das relações entre proprietários e pobres, que estivera no foco do trabalho literário da primeira fase, ficava adiado *sine die*. De agora em diante Machado insistiria nas virtualidades retrógradas da modernização como sendo o traço dominante e grotesco do progresso na sua configuração brasileira. Voltando a *Iaiá Garcia*, o esquema europeu embutido na sua intriga, ligado à dinâmica moralizadora do trabalho livre, estava fora de combate”. Como o Brasil não se aburguesava em moldes euro-

peus, estava desbancada a dialética clássica. Em seu lugar, uma outra, negativa, regeria um enorme girar em falso de animação e fastio, agitação e melancolia, sofreguidão e inapetência – outra dualidade de polos alternos sem peripécia, identificada por nosso Crítico, movimento de balança sobre o fundo da indiferença, outra filha diletada da escravidão, juntamente com os arrancos sem futuro da veleidade. Para retomar imagem e conclusão de Roberto, acrescentemos que essa dialética negativa é a hélice que empurra a narrativa machadiana em direção ao *nada*.

Aqui um novo capítulo, justamente o das negativas, onde figuram as especialidades machadianas: a melancolia, o cansaço, a desolação, o tédio, o desgaste, a deriva, a repetição, a falta de saída, a desagregação e o nada, enfim toda sorte de dinamismos frustrados. Evidentemente não há traço de complacência metafísica, pelo contrário ela sai de cena barateada pelo registro escarminho do capricho. A seguir, a qualificação do *niilismo* em que se resolve esta dialética negativa. Como sempre a comparação transatlântica é da lógica da questão. O realismo europeu torna a alienação inteligível registrando a ilusão perdida, enquanto o enredo machadiano narra uma existência vazia de sentido, porém plena de satisfações – a vida excelente levada por nossos potentados, embora corresse por uma pista inexistente, como diz Roberto noutra parte. Como avaliar a peripécia? Brás Cubas, lembra o Crítico, não foi nada, entendamos: não foi “nada de apresentável, na ordem burguesa das realizações individuais”, mas por certo, alguma coisa terá sido no plano das relações locais que, no entanto, não têm força normativa para impor sua atualidade própria, daí a existência nula de Brás, embora plena. Quer dizer, diante da Europa a volubilidade é nada, mas é tudo quando confrontada com o sistema das relações



brasileiras, portanto ora uma coisa ora outra, conforme a batida do pêndulo, como era de se esperar também neste caso. Há mais, no entanto, e mais grave neste niilismo que exprime a pressão ao mesmo tempo real e inócua do molde burguês de civilização: ainda “que as iniquidades da sociedade brasileira deem em nada, nem por isso têm um fim à vista”. Esse o arremate sombrio de uma dialética inconclusiva, ponto final sem ponto de crise no horizonte. Na Europa, a dialética negativa anunciava o contrário, o nascimento moderno do sujeito sem tutela, o momento quase libertário de indefinição entre o Antigo Regime agonizante e a nova ordem burguesa ainda não estabelecida. Foi assim com o discurso ilustrado francês – basta pensar em obras-primas do sentimento nascente da dialética como *Le Neveu de Rameau* e *Jacques le Fataliste*. Mais adiante, já para o fim deste primeiro período, ela ainda se apresentaria na existência irônica do intelectual alemão de vanguarda, encarnada nos românticos de Iena: a tendência do Witz ao niilismo era a um tempo expressão de uma subjetividade reforçada em sua soberania pela desidentificação irônica com conteúdos positivos e prenúncio de um esvaziamento estetizante que se avizinhava. O discernimento infalível de Machado levou-o a reanimar esse esqueleto da dialética em estado bruto na sua dimensão degradada posterior ao contravapor de 1848, depois do fiasco da fraseologia burguesa, divisando o valor mimético e o alcance crítico da operação. É o que sugere Roberto em terminologia e referências diversas, noutro de seus achados. Veja-se a solução que encontrou para a apropriação machadiana do humorismo inglês do setecentos, ao mostrar como o romancista, usando técnicas narrativas de 1750 no espírito esteticista *fin de siècle*, obtinha efeitos modernos com recursos arcaizantes, por assim dizer

imitando mais uma vez a dinâmica da combinatória brasileira. Mais exatamente, uma forma que estivera ligada ao impulso de emancipação das Luzes servia, quando se trazia para o primeiro plano sua índole autocomplacente, para retratar o esclarecimento barateado de nossas elites.

#### 14

Com isso o efeito era duplamente crítico pois entrava em cena uma curiosa dialética da *Aufklärung*. Originalmente esta última expressão se refere a uma filosofia da história (empiricamente verificável e de intenção crítica) que recua as fronteiras do capitalismo até às formas mais primitivas da racionalização e da troca mercantil, no propósito de expor a marcha de uma interversão: onde seria legítimo esperar progresso e emancipação, encontramos retrocesso e sujeição. Não que a *Aufklärung* seja engodo permanente e deságue inexoravelmente no seu contrário. Simplesmente é próprio do Esclarecimento não cumprir o que promete, sem que a promessa de reconciliação seja nada, pelo contrário, ela só se torna ideologia quando se apresenta como promessa historicamente cumprida. Dialética naquela fórmula quer dizer então, além de reviravolta e desengano prático, igualmente crítica imanente, pois o limite do Iluminismo é fixado por ele mesmo – não há outra norma além da própria emancipação. Ora, objetivamente, nossa dualidade colonial-burguesa sendo ela mesma um desenvolvimento moderno do atraso – como lembra Roberto, passando a limpo mais uma vez o mo-



mento menos vulnerável do antigo raciocínio dualista –, não estávamos para o progresso como a aberração para a norma, o desvio para o avanço uniforme, pelo contrário, como a atualidade mundial expunha seus segredos na periferia do capital, que não era resíduo mas parte integrante de uma evolução de conjunto, por assim dizer constituíamos uma figura viva daquela mesma Dialética da Ilustração. Noutros termos, este um dos aspectos do passo globalizante inerente ao esquema crítico de Roberto Schwarz. A seguir o Autor mostrará de mil maneiras como a prosa machadiana, ao desmanchar a estampa moderna de nossos figurões, sem elogiar o atraso ia desqualificando o progresso, do qual aquele fazia parte. No mundo das *Memórias Póstumas* a totalidade das luzes contemporâneas se apresentam subordinadas a um princípio contrário ao delas, o capricho de um narrador inconstante que vai rifando uma a uma as aparências ilustradas que compõem a imagem da civilização. E, no entanto, acrescenta Roberto (que estou resumindo, desnecessário dizer), embora contrarie a consistência do sujeito moderno e seja por ele desautorizada, a volubilidade, na sua vertiginosa troca de posições, exige recursos intelectuais e estilísticos próprios das Luzes: ela “não acata limitações” e “com o seu expansionismo sem fronteiras traz ao romance a dinâmica antitradicional própria à sociedade moderna”. Assim, nada mais esclarecido do que a desenvoltura do narrador. Veja-se então a posição em falso em que se encontra a Razão esclarecida e parcialmente escarnekida. “Uma a uma as transgressões de Brás Cubas – documentos de sua ‘supremacia’ – assinalavam a impotência da posição esclarecida e a passavam para trás”. Neste sentido, as piruetas ultrailuministas do narrador “chegavam depois, e se colocavam adiante” da *Aufklärung*. “Por outro lado,

ficou visto igualmente que a conduta volúvel está sempre *aquém*, denotando um estágio anterior, de primitivismo risível para espíritos adiantados”. Note-se em consequência onde foi parar o centro de gravidade dessa dialética *sui generis* da Ilustração, a um tempo relativizada e confirmada: “o movimento da volubilidade contém diagramas sequenciais opostos, avaliações contraditórias quanto à posição histórica da Razão, percebida simultaneamente como ultrapassada e inalcançada”. No plano prático, mesma dubiedade (novamente, ambivalência decorrente do estatuto dual do país), expressa pelo “futuro promissor de modalidades sociais obsoletas”. Numa palavra, tudo se passa como se no Brasil a Ilustração trocasse de sinal: separada do seu ímpeto reformador, que aqui não tinha o que fazer, ela se reduzia a um estoque de aparências modernas oferecidas à dissipação de um homem culto. Aqui a chave comprometedora, pois a lepidéz ideológica deste mesmo homem culto é um resultado da Ilustração: sem o processo do qual ela é o resultado, a *Aufklärung* suspensa no ar transforma-se no seu contrário e passa a funcionar como peça-chave da apologética oligárquica.

## 15

Essa conversão originalíssima do universalismo das Luzes em ideologia é um dos tópicos favoritos da *Ideologiekritik* em ato na forma machadiana. Já aludimos ao ponto páginas atrás. Tirar as devidas consequências da feição grotesca que ciência e progresso iam assumindo

entre nós, vem a ser uma outra maneira de indicar que Dialética – tanto a do ensaísta quanto a do movimento narrativo – e crítica imanente da ideologia não podem deixar de andar juntas, e isso desde os tempos em que o renascimento moderno da dialética apresentou-se antes de tudo como uma teoria da consciência aparente, porém concebida de tal modo que a própria consciência traria em si mesma a medida da sua verdade e da sua falsidade. Dialética era esse confronto interno do objeto com o seu próprio conceito, sendo o momento da negação a denúncia de promessas não cumpridas. Crítica da aparência portanto desde a hora em que madrugava a consciência moderna em sua autonomia, e com muito mais razão a partir da derrapagem de 1848, quando então a perspectiva crítica da globalidade mudou definitivamente de campo. Onde, por força das coisas, reaparece a inspiração dialética, retornam estas conexões que dão vida ao espírito crítico. Estamos vendo que esta constelação brilha com luz própria na periferia. A atual voga neoilustrada não parece disposta a conceder o fenômeno, isto é, que o Ocidente possa girar em falso justamente nos países que aspiram integrar-lhe a órbita prestigiosa. Se as Luzes perdem o rumo no Brasil e dizem o contrário do que anunciam, não é que algo do desempenho histórico delas se revele nesse passo em falso, mas o referido descompasso quando muito atesta o desvio de um país na contramão, que caberia então atualizar emparelhando-o com as supracitadas Luzes, as quais de modo algum sairiam prejudicadas da manobra. No capítulo dos exemplos schwarzianos limito-me a uma passagem da apologia condenatória do cunhado Cotrim, outro achado de nosso Autor. Como se há de lembrar, Brás invoca a novidade moderna da alegação científica do condiciona-

mento sociológico (“não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais”) para desculpar barbaridades do parente. Neste aproveitamento conservador da última palavra progressista reside a mola original do mecanismo satírico armado por Machado nesta revelação de virtualidades apologéticas de ponto de vista críticos estava implicado o registro criterioso do progresso como pressuposto do nosso atraso. Aqui o impulso crítico original vem da sistematização destas inversões que singularizavam nosso dia a dia ideológico. Desnecessário assinalar que essas reviravoltas se devem justamente à duplicidade de critérios que aprendemos a reconhecer. Variando o paradigma, a circunstância que atenua agrava, e vice-versa, demonstrando a caminho o fundo falso das primazias e finalidades de um e outro lado em simbiose. Novidade também na outra modalidade de crítica ideológica posta em prática pela prosa machadiana, seus “exercícios filosófico-ficcionais”, que traziam à literatura brasileira, “jejuna no capítulo, o conflito das ideias atuais e melhor que isso, não o trazia na forma xucra praticada por adeptos ou detratores”. Comprimidas em “tamanho de bolso”, doutrinas metafísicas e teorias científicas, devidamente distanciadas pela representação literária em veia grotesca, viam-se à mercê do capricho que, desautorizando as operações da razão, insinuavam o grão de veleidade presente mesmo no esforço mais objetivo do pensamento.

Se o Brasil não fosse dois, não teríamos voz no capítulo da literatura mundial. Vem daí a universalidade efetiva de Machado, que não tem parte com o universalismo aparente dos temas, que aliás ele mesmo se encarregou de desacreditar. E pôde fazê-lo justamente por não ser completa a coerência com o capitalismo. Caso fosse sem resto a hegemonia burguesa, aí sim resvalaríamos para a irrelevância de mera província do capital. Sem ser propriamente uma vantagem, o atraso reproduzido pela modernização (e que não é, portanto, qualquer), confere à experiência brasileira, quer dizer, ao sentimento diferencial de uma sociedade em permanente confronto com o seu duplo de além-mar, uma espécie de ponto de vista próprio, e o que é mais importante, convergindo com os efeitos que nos países centrais decorriam do colapso da tradição burguesa. Numa palavra, a ação dissolvente do capricho desprovincianizava o Brasil, em larga medida pelo que nela contrariava as finalidades da referida tradição. Ou nos termos mais específicos em que Roberto apresenta o problema: pormenorizando e apurando a dimensão não-burguesa da existência burguesa no Brasil – explorando, portanto, nossa dualidade constitutiva –, o elenco de violações cometidas pela fala volúvel do narrador machadiano aproximava a dita experiência coletiva da evolução ideológica do *fin de siècle* europeu, todo ele impregnado de impulsos antiliberais, do esteticismo às vanguardas que madrugavam. Aí se revelava uma das pontas do alcance mundial de que podia se revestir a persistência local do Antigo Regime. “Em consequência, escravismo e clientelismo não são fixados apenas pelo lado óbvio, do atraso, mas também pelo lado perturbador e mais substantivo de sua afinidade

com a tendência nova”. Não se veja nisto nenhum propósito de enturmar com os constrangimentos da periferia, pelo contrário, vimos Machado e seu maior crítico estabelecerem um tal intercâmbio entre atraso e progresso que a nenhum dos dois lados inocenta. Aliás o próprio Roberto se encarregará de mostrar, no estudo citado sobre Oswald de Andrade, que é ao Modernismo que devemos a transformação da convivência entre primitivismo e modernidade em alibi de classe. A reciprocidade que em contrapartida se prende à reconstituição machadiana da experiência brasileira é de outra ordem. São correspondências críticas (entre centro e periferia) afinadas com o esvaziamento planetário da civilização burguesa: nos países centrais, a partir da reviravolta de 1848, quando as classes proprietárias passam para a defensiva e a *Aufklärung* muda de sinal; nos países periféricos, quando o Imperialismo tira consequências desta mesma metamorfose do capital. Aqui outro ponto alto do ciclo machadiano de nosso Autor. Até onde posso perceber, algo inédito no âmbito de nossa crítica literária. Roberto passa a enquadrar a maturação representada por Machado do ângulo extranacional de uma história geral do romance, uma ótica sistemática, razões materiais à vista e não um conjunto qualquer de comparações avulsas ao sabor de afinidades de temperamento ou estilo. Uma *démarche* comparável à iniciativa já assinalada dos “dependentistas” de que é contemporâneo. Um conjunto de equivalências no plano literário que também vinha descompartimentar a experiência intelectual brasileira, até então confinada à rotina das comparações miúdas. Noutros termos, pela primeira vez a crítica da cultura, instruída como vimos pela revisão das implicações de uma sociedade dual, examinava no seu conjunto os efeitos artístico-ideológicos do desenvol-

vimento desigual e combinado do capitalismo, entre os quais podemos incluir justamente a reprodução burguesa de nosso Antigo Regime. São convergências em duas direções: uma afinidade inesperada com o centro, cuja literatura (a melhor) passara a viver em “estado de sítio” depois de declarada, em junho de 1848, a guerra entre as classes; na franja do sistema, um mesmo ar de família circulando entre obras que mediam o formalismo metropolitano pelo metro barateado das letras periféricas.

No que concerne o primeiro arco de confluências, Roberto consegue mostrar que a honestidade narrativa posta em questão pelo novo estágio europeu da luta de classes (a normalidade burguesa não pode ser mais a mesma depois do massacre do campo popular), passando a exigir procedimentos formais inéditos na tradição realista (impessoalidade, padrão científico, rodízio de pontos de vista, utilização demonstrativa da primeira pessoa do singular, todos efeitos deslocadores destinados a firmar a precedência da formação social sobre as intenções subjetivas e demais falsificações ideológicas), define o território exato em que reencontramos a volubilidade do protagonista machadiano, também posta à distância exclusivamente pela composição situacional. Note-se de passagem que Roberto ainda se dá ao luxo de retificar Lukács, aliás o primeiro a tomar o contravapor de 1848 como divisor de águas na história da cultura moderna. As providências artísticas enumeradas acima configuram justamente recursos que Lukács desqualificaria por estarem a serviço da capitulação estético-epistemológica que chamou de “descrição”, por oposição à apreensão da totalidade que a narração preservaria mesmo em condições adversas. Ocorre que a referida apreensão objetiva não se perde com a estética antiburguesa posta em prática por escritores como Flaubert, para mencionar um dos alvos lukácsianos. Sim-

plesmente, observa Roberto, o primado da desinteligência social e a crise dos significados comuns inviabilizam a antiga desenvoltura narrativa. Aqui o lugar histórico do narrador desacreditado ou mal-intencionado, aqui também, graças ao trabalho artístico de Machado (entre outros efeitos, o princípio da desqualificação pela forma), o ponto de contato entre a reversão europeia detonada pela secessão de 1848 e a transposição do impasse moral das classes dominantes brasileiras. Veja-se que do lado europeu encontramos igualmente uma ambivalência objetiva do mesmo teor que a de nossas elites: a impassibilidade que caracteriza a nova objetividade – tal como os volteios de mão dupla do narrador machadiano – também se alimenta de uma alternância de critérios próprios de uma sociedade bidimensional como a nossa – “ódio ao burguês e, em igual dose, desprezo pela impotência do mesmo ódio”.

Quanto ao segundo leque de convergências, abarcando a experiência literária no âmbito do capitalismo retardatário, o achado igualmente notável concentrou-se no caso russo como termo de comparação exemplar. Também na Rússia patriarcal-burguesa do oitocentos a ideologia hegemônica do Ocidente corria por uma pista falsa, esta uma das chaves do romance russo de mesma idade histórica que as narrativas machadianas. Numa e noutra situação, o atraso histórico impunha um sistema semelhante de ambiguidades no uso local do ideário burguês. – A este propósito é curioso lembrar o primeiro registro da literatura russa no caminho crítico de Roberto Schwarz, a análise de *Os Demônios* de Dostoievski, publicada na coletânea de 1965<sup>90</sup>. Se fosse necessária uma contraprova de que na época Roberto ainda

90. Cf. Roberto Schwarz, “Para a fisionomia de *Os Demônios*”, in *A Sereia e o Desconfiado*, ed. cit..

não atinara com a fisionomia própria da experiência brasileira a que se referiam as formas literárias que nos vinham da tradição (de resto, outra demonstração da dificuldade em dar com ela), aquele estudo oferece a melhor ilustração. Nele o Crítico esbarrou num modelo de vida mental análogo ao nosso, porém sem reconhecê-lo e, talvez por isso mesmo, lhe tenha dado uma formulação parcial, nos moldes da crítica progressista da falsa consciência. Não deu atenção por exemplo, embora o tenha reconstituído à perfeição, à coloração brasileira do retrato envenenado de um Stepan Trofimovitch, que só agora deciframos, é verdade, depois que o Crítico desmontou mecanismos semelhantes em Machado. Curiosamente também deixou de lado o vínculo característico (sobretudo para um brasileiro de imaginação materialista) entre a utopia conservadora do patriarcalismo cristão, que inspira a purgação dostoiévskiana e arrasta consigo, na forma de fantasias doutrinárias caricatas, a matéria ideológica do ocidente literário, e os percalços do desenvolvimento desigual – aliás foi pensando justamente no caso russo que Trotsky formulou o conceito. No escrito de 1961, Roberto reteve e estudou com minúcia as manobras dostoiévskianas de desqualificação do pensamento no intuito, porém, de melhor realçar a ameaça que poderia encerrar, mais ou menos à maneira pela qual Lukács julgara a funesta evolução de conjunto da ideologia alemã, de Schelling a Heidegger, onde apologia da idiosincrasia nacional e ruína da razão andavam juntas. Mas acrescentou, todavia, uma dimensão suplementar à explicação, o suposto materialista da união entre conhecimento e interesse, valor cognitivo do pensamento e esfera prática de sua “aplicação” socialmente interessada. Há no romance de Dostoiévski uma espécie de dialética derrisória da Ilustração: o liberalismo de almanaque do

pai bisonhamente estrangeirado, porém dependente dos patrocínios locais converte-se no desvario doutrinário do filho maquiavélico. Roberto lembra então que o destino das ideias não é por princípio o de enganar quem delas se serve, ocorre simplesmente que a desmoralização das ideias (sobretudo as progressistas) posta em cena por Dostoiévski é consequência da ausência (no romance e no país) dos seus verdadeiros destinatários, os que precisam delas para ver claro sua posição numa sociedade antagonica – sem este horizonte objetivo elas se transformam de fato em fantasmagoria de veleitários. Um passo a mais e topariamos com a posição em falso das ideias modernas no Brasil. Assim, quando retoma o exemplo russo na década seguinte, nosso Crítico o faz devidamente instruído pela interpretação da variante brasileira da vida ideológica na periferia. Mas agora também sai abalada a hegemonia cultural dos países centrais, revelando-se por inteiro o formalismo da civilização burguesa, o alvo predileto da ruminação russa. Um resultado da constelação que formam atraso e modernização recalcitrante, como passará a explicar o fenômeno. De sorte que, um mesmo conjunto de ambivalências preside a vida das ideias e as perspectivas práticas na franja da ordem burguesa mundial, chave real da comparação: também na Rússia do oitocentos, onde capitalismo e servidão viviam em simbiose, o choque entre modernização e inércia patriarcal era “experimentado como inferioridade e vergonha nacional por muitos, sem prejuízo de dar a outros um critério para medir os desvarios do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo”. Deste quadro ressaltarão, por exemplo, as afinidades entre o nosso Brás e o homem dostoiévskiano do subsolo, “que sofre do fígado, mas não vai ao médico, porque despreza o racionalismo



ocidental, sem prejuízo de se desprezar a si mesmo por que não vai ao médico”. Por onde voltamos mais uma vez à oscilação característica da dualidade. Se pensarmos em sua matriz prática, teremos a razão histórico-estrutural de um vasto sistema de comparações capaz então de dar a volta ao mundo que o capital organizou, através de uma história geral da experiência literária. Esta a plataforma de observação em que se instalou Roberto Schwarz, como lhe pedia o sentimento dialético das coisas brasileiras.

## 17

Duas palavras sobre o possível destino da dialética negativa da volubilidade. Persistindo a matriz prática, é de se presumir que não faltem figuras que a estilizem, pedindo identificação caso a caso. Penso pelo menos num caso de parentesco formal à vista. Mais uma vez a cristalização é literária, cabendo sua descoberta e formulação ao mesmo Roberto Schwarz. Refiro-me a uma observação de seu estudo sobre a prosa de ficção de Paulo Emílio Salles Gomes<sup>91</sup>. Segundo o Crítico, o x estético do livro reside no desacordo total entre a limitação dos personagens e a inteligência da escrita. Esta última é prosa de ensaísta e não de “artista”, na sua aceção mais convencional. Nela se concentram os resultados de uma vida intelectual. A fluência do narrador, manobrando em meio ao acanhamento da intriga, vem da incorporação desses resultados do escl-

91. Cf.id., “Sobre as três mulheres de três ppês”, in *O Pai de Família*, ed. cit..

recimento moderno. Todavia, esta preponderância não é qualquer, ela não só traz para o interior das novelas de enredo barateado o dinamismo anti-tradicional da modernização, como representa a vitória do homem culto sobre a miopia das compartimentações especializadas. Que, no entanto, comparecem (estas últimas) para serem percorridas e ultrapassadas uma a uma, provocando não só admiração, mas também riso. No limite a variação vertiginosa dos assuntos é a imagem mesma de um certo desconjuntamento. Assim, com muita “vivacidade na bobagem”, um episódio entre o escabroso e o indigente vem enquadrado sucessivamente por incursões na medicina, no erotismo, no catolicismo familiar, na teologia, no ateísmo, na numerologia – segundo o catálogo estabelecido por Roberto. A verve do narrador vive destas acrobacias. Esta a nota falsa que nos interessa. Por ela reconhecemos o herdeiro de Brás Cubas e uma reedição abrandada da mencionada dialética negativa, e exatamente enquanto estilização de uma “disposição permanente de tudo relacionar e explicar”. O mesmo amálgama praticado por um arremedo do homem total renascentista, no qual Roberto adivinha as piruetas de um clown. Desdobramento da estampa desacreditada do narrador machadiano. No lugar, porém, de um engendro da escravidão, um filho da família paulista, cuja cultura geral a um tempo real e dúbia alimenta a referida disposição de tudo relacionar. (Algo deste novo protagonista de nossa dualidade vem retratado nos romances de Zulmira Ribeiro Tavares)<sup>92</sup>. Aqui a chave do desacordo supracitado na armação central do livro: “a visão abrangente e sintética a que se ergueu a inteligência burguesa,

92. Cf.id., “O Nome do Bispo: um romance paulista”, in *Que Horas São?*, ed.cit..



em sua fina flor, tem de se acomodar às finalidades acanhadas de sua vida real”. Uma desenvoltura condenada, portanto, à loquacidade sem lastro de nossas “classes bem falantes”. Capacidade de formular, porém travada pelo tamanho paulista da experiência a ser transposta. No resumo de Roberto, “muita vida intelectual, mas enquanto parte da alienação, e não enquanto solução para ela”. Vê-se que o hiato assim reproduzido entre constrangimento local e momento esclarecido (o conjunto desconexo das digressões), rebaixando o horizonte, torna a inviabilizar a dialética redentora de universal e particular (resta, porém, a escrita do autor: até onde sua penetração analítica descende da verve ambivalente do narrador?). E por aí firma a carreira da dialética negativa em questão, na qual se poderá enfim entrever a paródia involuntária de um certo ensaísmo que vê tudo em tudo. Utopia intelectual dos descendentes de Brás Cubas.

## Posfácio de Bento Prado Jr.

“Arrabal, arrabal amargo  
que me has clavado en la cruz”

(Le Pera e Gardel)

Não se engane, caro leitor: com *Sentimento da Dialética*, de Paulo Arantes, não ganhamos apenas um grande acerto na reflexão sobre a historiografia literária no Brasil. Muito mais do que isso (que não é pouco) é a própria filosofia brasileira que sai dos limites estreitos de seus seminários mais ou menos “técnicos” (pois ignora-se, normalmente, que a essência das “técnicas” filosóficas jamais é, ela própria, técnica), para mergulhar na “experiência” e no próprio Brasil.

Empirismo? Historicismo? Os hábitos mentais dominantes empurram naturalmente o leitor para uma prudente atitude de suspeita. Filósofos e teóricos da literatura franzem os sobrolhos (podemos imaginá-los, enfarruscados em seus ascéticos gabinetes) diante dessa confusão de gêneros: – onde ficou a autonomia da forma literária ou dos problemas “especificamente” filosóficos? É compreensível que esse belo livro, publicado em 1992, não tenha tido a repercussão, na imprensa, que esperávamos.

Será, portanto, para começar, necessário explicar, mesmo que muito esquematicamente, o que significa a expressão “experiência” intelectual brasileira ou o alcance filosófico do livro de Paulo Arantes, indissociável de seus efeitos para a compreensão da cultura e da sociedade brasileiras.

Procedamos, portanto, com paciência. A ideia de “experiência” remete à grande tradição da filosofia hegeliana: é ela que está na base da *Fenomenologia do Espírito*. Para explicar, de maneira suficiente, o alcance do texto de Paulo Arantes, seria necessário passar pelas centenas de páginas (publicadas ou inéditas) que consagrou à gênese do estilo da dialética no pensamento alemão (séculos 18 e 19) e à sua recepção pelo pensamento francês no século 1920 (por exemplo, os textos de Paulo Arantes, publicados no livro *Ressentimento da dialética: dialética e experiência intelectual em Hegel*, São Paulo, Paz e Terra, 1996, sobre a interpretação de Hegel por A. Kojève e J. Lacan). Só o contraponto da análise das ideologias alemã e francesa permite a plena compreensão de mais este ensaio sobre a ideologia brasileira.

De alguma maneira, o pressuposto de Paulo Arantes é de que a filosofia hegeliana construiu, na passagem do século XVIII ao século XIX, um ponto de vista (uma espécie de mirante elevado) que lhe permitiu a compreensão retrospectiva de todo o movimento da sociedade e da cultura europeia e que torna ainda possível decifrar a experiência contemporânea, tanto nos países do centro como nos da periferia – sobretudo porque só esse ponto de vista poderia revelar o fio vermelho que une (não só na economia) o Primeiro aos demais mundos que recobrem o planeta.

Mas, o que tem a ver a literatura brasileira com as especulações hegelianas sobre o caráter dialético da “experiência da consciência”? Paulo Arantes não “hegelianiza” arbitrariamente ou dogmaticamente a história da literatura no Brasil. Seu ponto de partida é justamente a obra historiográfica e crítica de Antonio Candido. Bom ponto de partida, por várias razões: a par de ser reconhecidamente nosso melhor crítico e historiador, Antonio Candido

mantém sem hostilizá-la, pelo contrário, alguma reserva em relação à tradição da dialética (declara-se, *cum grano salis* 1950% marxista em períodos normais, e 90% em períodos negros de repressão e anti-marxismo vulgar ou obscurantista).

Adepto de uma “dialética negativa”, não importa a Paulo Arantes que Antonio Candido seja reticente em face das versões doutrinárias da dialética. A reticência de Antonio Candido facilita a empresa de Paulo Arantes, que nele vai buscar o exemplo de uma dialética implícita e viva, obedecendo a recomendação de Merleau-Ponty: praticar a dialética sem falar dela, quase sugerindo que a dialética só pode ter vida clandestina.

O que, aliás, permite compreender o título do livro, que de outra maneira permaneceria misterioso: *sentimento da dialética*, quase um *faro*, que não decorre de uma teoria pronta e acabada, mas que não se funda, também, na volubilidade da subjetividade ou na falta de fundamento do juízo de gosto; algo como um *faro* que localiza a realidade através das contradições do espírito, embrulhado na matéria social em que se debate, tanto na sua dimensão subjetiva (consciência), como na sua dimensão objetiva (cultura). Um *faro*, diria Paulo Arantes, guiado pela natureza do “objeto” que está sendo “farejado”, que se abandona, em suas oscilações, às “contradições do objeto”.

Mas por que a literatura brasileira seria um “objeto contraditório”? Com muita finura, Paulo Arantes faz um verdadeiro recenseamento das contradições que funcionam como instrumento analítico na obra de Antonio Candido: análise do localismo e do cosmopolitismo, do universal e do particular na *Formação da literatura brasileira*, dialética do espontâneo e do dirigido no es-

tudo de *O cortiço* (*O discurso e a cidade*, Editora Ouro sobre Azul) etc. Mas não é apenas, é claro, o uso frequente de oposições, como as enumeradas, que permite a Paulo Arantes diagnosticar o estilo dialético dos ensaios de Antonio Candido. É o fato que tais oposições formais gravitam em torno de uma intuição básica ou de uma interpretação da originalidade da cultura brasileira.

Todas as dualidades remetem a algo como uma “sensação de dualidade que impregnaria a vida mental numa nação periférica”. Na verdade, a ideia do Brasil dúplice não é nova – data do nascimento do interesse pela famosa “realidade brasileira” e são inúmeros os textos que insistem na ambiguidade da condição periférica (transoceanismo, “bovarismo” etc...) do brasileiro. A grande vantagem ou a originalidade de Antonio Candido consiste em fornecer a chave desse dinamismo específico da experiência cultural em país periférico, dando o horizonte conceitual da formação do sistema literário brasileiro.

No início da formação desse sistema, a lógica seria a da disparidade entre o padrão civilizatório importado e a “inculta paisagem”: contraste entre dois mundos vinculados pela colonização. Isto iria dos Arcades ao Romantismo. Com Machado de Assis, estaria completo o sistema, coincidindo com o momento em que o capitalismo brasileiro, para se constituir, passa a combinar duas ordens numa só: sociedade burguesa e sociedade tradicional. Noutras palavras, o tema central de Antonio Candido seria a conceptualização do dualismo, não como expressão de uma experiência vaga, mas como sintoma de uma experiência cultural coletiva.

A formação da literatura e a gênese do capitalismo se cruzam, sem que se possa falar em “sociologismo”. É uma noção ampliada e sofisticada de forma que permite

a passagem de uma dimensão à outra: só no cruzamento entre forma literária e forma social pode-se encontrar o fundamento do caráter mimético da obra literária (algo como seu “valor de veracidade”), ou sua capacidade de re-encontrar uma forma implícita na matriz prática do *Lebenswelt*. Em resumo: de um lado, uma dialética forma literária/forma social; de outro, a análise dessa forma ubíqua – a dualidade estrutural. Antonio Candido pôs em prática esse programa, ao desvelar a dualidade que imperava nas obras literárias (ordem/desordem, espontâneo/dirigido, modernismo/atraso, universalismo/particularismo, etc.) e avançou na direção de encontrar na sociedade essa mesma forma.

Mas se Antonio Candido esboçou um esquema sociológico dos traços da “experiência brasileira” em que essa forma se reproduzia, coube a Roberto Schwarz, segundo Paulo Arantes, dar o fundamento social final desse esquema interpretativo. Com a Teoria da Dependência, “sabemos que não se trata de uma simples simetria estrutural, mas de uma mediação ancorada num dinamismo social”. Qual, para resumir, o rosto do país que as obras literárias descreviam? “Um lento predomínio de um hemisfério sobre o outro evoluindo sob o horizonte de um país alegorizado, porém igualmente dual, de um lado cálculo burguês, de outra sociabilidade encharcada de natureza”.

Ao passarmos dos escritos de Antonio Candido aos de Roberto Schwarz, não passamos apenas do mestre ao discípulo: a obra de Roberto não continua, apenas, a de seu mestre, ela a completa. Que não se acuse precipitadamente Paulo Arantes de ler retrospectivamente a obra de Antonio Candido. Tal é a lei da dialética: toda compreensão é retrospectiva e, para retomar literalmente Hegel, “a verdade é o resultado”. De resto, o Antonio Candido de Pau-

lo Arantes é o mesmo reconstruído pelo próprio Roberto Schwarz em seu ensaio “Pressupostos, Salvo Engano, de Dialética da Malandragem” (in *Que Horas São?*, Ed. Cia. das Letras).

Toda a segunda parte do livro é consagrada aos escritos de Roberto Schwarz. Obra-prima de hermenêutica, além de descrever o itinerário de Roberto Schwarz, desde suas primeiras publicações, esta segunda parte o situa nas tensões que o opõem a vários críticos e colegas, ou na cumplicidade teórica que o liga a autores como Fernando Novais que fornece, com a teoria da economia colonial, a ideia de que dualidade não implica dualismo. Limitemo-nos a sublinhar um ponto central da crítica schwarziana, explicada por Paulo Arantes: a famosa tese das “ideias fora do lugar”.

Só no Machado da maturidade a ambivalência da experiência brasileira passa para o nível da forma, o conteúdo (que predominava em Alencar) ficando com temas prosaicos e até banais. Donde o caráter autobiográfico dos primeiros romances de Machado, onde sempre se contaria a estória de um pretense *self made man*, frustrado nas suas pretensões pela persistência de uma sociedade onde a mobilidade social dependia da patronagem da elite.

O drama das heroínas do primeiro Machado é sempre o drama da cooptação, exprimindo “o desejo machadiano de polir e civilizar o paternalismo”, na ideia de que “só a chave do favor poderia abrir as carreiras ao talento” – tentativa de conciliar “ambição e nobreza de caráter”. E daí, de imediato, o tema das ideias fora do lugar: “a marcha singular da carreira dependente do favor deve ter sido o sinal precursor de que a nossa vida tinha um centro diverso do europeu”.

Ao contrário do movimento reflexivo do “sociologismo”, aqui, é a análise da forma literária (por exemplo, a “volubilidade” do narrador nos romances de Machado) que lança luz sobre a forma social e permite uma “teoria do Brasil”. E o resultado da análise literária será a descoberta de uma “dialética sem síntese” que articula os “dois Brasis”. “Se chamarmos de dialética negativa, como já o fizemos, estaremos dando um nome que consta no repertório clássico, mas traduz o timbre específico do segundo Machado, especializado, como se sabe no capítulo das negativas”.

Donde toda sorte de “dinamismos frustrados”. “Dialética inconclusiva”, “ponto final sem ponto de crise no horizonte” – para Paulo Arantes já éramos adornianos antes de Adorno. A *Aufklärung* no Brasil mostrava assim o que realmente era no momento em que se dava sua apropriação propriamente conservadora. Suspensa no ar, a *Aufklärung* transforma-se “no seu contrário e passa a funcionar como peça-chave da apologética oligárquica”.

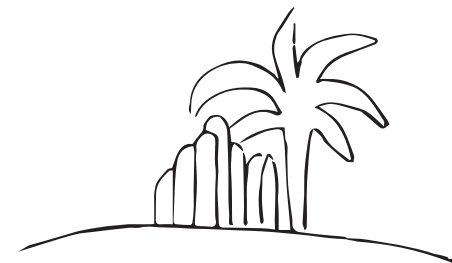
Ao fim e ao cabo, o leitor malevolente sempre poderia arguir que o ponto de partida do ensaio é falso – ou que, pelo menos, a obra de Antonio Candido é suscetível de outras leituras (Davi Arrigucci, por exemplo) e que pode resistir a essa espécie de anexação retrospectiva e talvez violenta. A ele responderíamos, sem qualquer compromisso com a Coruja de Minerva (somos insuspeitos), lembrando Merleau-Ponty. Uma grande obra não se esgota em si mesma, ela é também, todas as leituras que torna possível.

De seu próprio lado, na sua imanência secreta, ela abre espaço para muitas tradições. Com este belo livro de Paulo Arantes, os escritos de Antonio Candido e de Roberto Schwarz (bem como os do próprio Paulo) articulam-se em

linha ou sucessão cumulativa, permitindo-nos descortinar o movimento da formação de uma tradição crítica no Brasil, onde a palavra crítica reassume toda a sua riquíssima carga semântica (não só crítica literária, mas crítica da sociedade, da cultura e da Razão). Evento que corações brasileiros, perdidos nesta periferia ou neste amargo arabalde do mundo contemporâneo, só podem receber com alegria.

**Bento Prado Jr.** Filósofo e escritor (1937-2007). Foi professor no Departamento de Filosofia da FFLCH USP, na PUC SP e na UFSCar. Publicou livros sobre Bergson, Rousseau, Wittgenstein, entre outros.

**Publicado originalmente** no jornal *Folha de S.Paulo*, 9 de maio de 1993.



Este livro foi composto  
nas fontes Literata e Work Sans  
em março de 2021.